

1808: as portas se abrem...

Estrangeiros no Brasil, antes e depois de 1808 * De Fribourg para Nova Friburgo
Leopoldina, a Ciência e a Política * Sigismund Neukomm e sua viagem ao Brasil
O insuperável Johann Natterer * A interpretação dos sonhos em Freud e Piaget
Franz Weissmann: trabalho com o vazio, o espaço * O capital da libido
Thomas Ender, pintor da Missão Austríaca * Mestre Carpeaux

*Leque comemorativo da chegada
da Família Real (detalhe), 1808.
Museu Mariano Procópio.
Juiz de Fora/MG*



EDITORES

JOHN WESLEY FREIRE E HELENICE VALIAS

DIAGRAMAÇÃO E TRATAMENTO DE IMAGENS
ANGELA DUQUE

ILUSTRAÇÃO E LOGOMARCA
ANTONIO SILVÉRIO CARDINOT DE SOUZA

ILUSTRAÇÃO
RAFAEL CARNEIRO MONTEIRO

CONSELHO EDITORIAL
ANTONIO OLINTO (*in memoriam*)
CARLOS LESSA
CARLOS NEJAR
CECILIA COSTA JUNQUEIRA
ELIANA REZENDE FURTADO DE MENDONÇA

EVANILDO BECHARA
HAROLDO COSTA
LAURA SANDRONI
LUCIA HELENA
NIREU CAVALCANTI
ROBERTO CORRÊA DOS SANTOS

AGRADECIMENTOS

Aos autores Alberto da Costa e Silva, Ivan Junqueira, Marco Lucchesi, Acadêmicos da ABL; a Alberto Mussa, Anna Letycia, Barbara Freitag, Cecilia Costa Junqueira, Fernando C. Straube, Glauca Peixoto Dunley, Jacir J. Venturi, João José de Melo Franco, José A. Lutzenberger (*in memoriam*), José Fernando Pacheco, Laura Sandroni, Luiz Antônio de Souza, Manoel Corrêa do Lago, Maria de Lourdes Viana Lyra, Maria Janaína Botelho Corrêa, Marieta de Moraes Ferreira, Nireu Cavalcanti, Raul Mendes Silva, Rosana Lanzelotte, Sílvia Fernanda Figueirôa, pela gentileza de nos cederem seus textos. A Ferreira Gullar, pelo belo poema. A Kassius Santos, Luc Viatour, Regina Lo Bianco que nos permitiram a reprodução de suas fotos.

À ABL e seus Acadêmicos Cícero Sandroni e Sergio Paulo Rouanet; ao Museu Mariano Procópio; às editoras Global, Objetiva, Planeta e Rocco, pela contribuição a este número.

A Anna Lindner von Pichler – Cônsul Honorária da Áustria em Treze Tílias; a Antonio Silvério Cardinot de Souza, Fernanda Silva, Guilherme Loureiro, Jéssica Lauritzen, Lara Lutzenberger, Lília Schwarcz, Ronaldo Nelson Gunther, e a todos os que colaboraram para o êxito desta edição.

Os conceitos emitidos representam unicamente as posições de seus autores. Permitida a transcrição, desde que sem fins comerciais e citada a fonte. Registros na Fundação Biblioteca Nacional n.ºs 491.096 a 491.101 Registro no INPI e no ISSN em andamento.

Contato com os editores: educacaoemlinha.1@gmail.com e editorial@educacaoemlinha.com.br

SUMÁRIO

- 3 Editorial
- 4 Fala, leitor
- 5 Estrangeiros no Brasil, antes e depois de 1808
- 8 Imigrantes
- 10 De Fribourg para Nova Friburgo
- 13 Leopoldina, a Ciência e a Política
- 17 Sigismund Neukomm e sua viagem ao Brasil
- 20 Thomas Ender, o jovem pintor da Missão Austríaca (1817-1818)
- 23 O insuperável Johann Natterer
- 27 O naturalista Tschudi e a imigração suíça
- 30 Guilherme Schüch: ciência e tecnologia no Brasil Colonial
- 34 Marianne Joset Salusse – uma empreendedora suíça na Nova Friburgo do séc. XIX
- 36 Mestre Carpeaux
- 40 A casa de João Jacques Rousseau
- 43 Berggasse 19 – um poeta na Casa de Freud
- 45 Quando Stefan Zweig chorou
- 48 Em defesa das nossas crianças
- 49 O capital da libido
- 53 A interpretação dos sonhos em Freud e Piaget
- 56 Jovens sem causa
- 57 Decompondo uma biblioteca
- 60 *Ler o mundo / Terras proibidas – a saga do café no Vale do Paraíba do Sul*
- 61 *1808 / Crise colonial e independência: 1808-1830*
- 62 *Leopoldina, a Princesa do Brasil*
- 63 *Neukomm no Brasil – em CD e DVD*
- 64 A absurda poda anual
- 66 Franz Weissmann: trabalho com o vazio, o espaço

EDITORIAL

Com esta, são 17 edições, sexto ano de publicação! O apoio dos leitores e a colaboração de duas centenas de articulistas suplantando a inércia e o retrogradismo dos que quiseram desarticular este trabalho... Objetivávamos subsidiar os colegas fluminenses, hoje, somos lidos no Brasil, na América do Norte, África, Europa e Ásia. Assim, se em 1808 as portas de um incipiente Brasil se abriram para o mundo, podemos dizer que as páginas de nossa *Educação em linha*, 200 anos depois, também!

No foco, os primeiros emigrantes não lusos – suíços e austríacos. Descortinam o alvorecer do Brasil independente e sua abertura para o mundo: Nireu Cavalcanti, com *Estrangeiros no Brasil, antes e depois de 1808*; Alberto da Costa e Silva, com *Imigrantes*; Maria de Lourdes Viana Lyra, em *Leopoldina, a Ciência e a Política* e Maria Janaína Botelho, *De Fribourg para Nova Friburgo*.

Como o país sempre despertou curiosidade e surpresa aos estrangeiros, alguns notáveis são destacados: *Sigismund Neukomm e sua viagem ao Brasil*, por Manoel Corrêa do Lago; *Thomas Ender, o jovem pintor da Missão Austríaca*, por Raul Mendes Silva; *O insuperável Johann Natterer*, por Fernando C. Straube; *O naturalista Tschudi e a imigração suíça*, por Fernando C. Straube e José Fernando Pacheco; e *Guilherme Schüch: ciência e tecnologia no Brasil Colonial*, por Silvia Fernanda Figueirôa.

Outros suíços e austríacos também tiveram suas vidas ligadas ao Brasil: *Marianne Joset Salusse – uma empreendedora suíça na Nova Friburgo do séc. XIX*, é revelada por Marieta de Moraes Ferreira; o inesquecível *Mestre Carpeaux* é evocado por Ivan Junqueira; e faz emocionado relato Cecília Costa Junqueira em *Quando Stefan Zweig chorou...*

Duas residências são visitadas: *Berggasse 19 – um poeta na Casa de Freud*, por João José de Melo Franco e *A casa de João Jacques Rousseau*, por Luiz Antônio de Souza. Anna Letycia nos faz visitar *Franz Weissmann* – que trabalha com o vazio, o espaço.

Preocupados com “as políticas irresponsáveis que se arrastam na educação de nosso país”, refletem sobre questões essenciais para o ser humano – o afeto, os valores, os sonhos, a sexualidade: Marco

Lucchesi, *Em defesa das nossas crianças*; Jacir J. Venturi, com *Jovens sem causa*; Barbara Freitag, em *A interpretação dos sonhos em Freud e Piaget*; e Gláucia Peixoto Dunley, com *O capital da libido*.

Abrindo a seção Nossa Biblioteca, Alberto Mussa fala de sua paixão pelos livros, a presença deles em sua vida, paradoxalmente *Decompondo uma biblioteca*. Resenhas de *Ler o mundo*, de Affonso Romano de Sant’Anna; *Terras proibidas – a saga do café no Vale do Paraíba do Sul*, de Luiza Lobo; *1808*, de Laurentino Gomes; *Crise colonial e independência: 1808-1830*, coord. de Alberto da Costa e Silva; e *Leopoldina, a Princesa do Brasil*, de Clóvis Bulcão, por Laura Sandroni, sugerem interessantes leituras. Há uma inovação: a do CD/DVD *Neukomm no Brasil*, de Rosana Lanzelotte.

José A. Lutzenberger verbera *A absurda poda anual* a que são submetidas nossas árvores urbanas, pedindo: “Não mutile desnecessariamente as poucas árvores ainda remanescentes nas cidades”. Mas, no município do Rio de Janeiro quem “trata” das árvores é a companhia de limpeza urbana!

Nossa revista não surgiu por uma pesquisa de mercado – nem haveria como estabelecer demanda por algo que não existia, como afirmou Steve Jobs, da Apple... A humanidade avança pela mão dos ousados, criativos, ou aparentemente “loucos”, à margem, na contramão. Nunca pelos “certinhos”. Isto deve ser considerado pelos professores: Santos Dumont voou, mesmo sabendo que o homem não voava. Einstein considerado “retardado”, foi gênio... Ficam exemplos e sugestões...

Mais uma vez, enfatizamos as marcas do multiculturalismo e da multinacionalidade, demonstrando, acima de tudo, que a convivência entre os diferentes foi o principal fundamento de nossa nacionalidade – e será o esteio de nosso futuro. As diferenças potencializam o que somos!

Cabe, por fim, homenagem especial aos mestres, nossos colegas, aos quais dedicamos todas as edições. Até a próxima!

HELENICE VALIAS e JOHN W. FREIRE
Editores

Portal para o Real Palácio
de Verão da Quinta da Boa
Vista em São Cristóvão.
Thomas Ender. 1817-8



Agradeço a vossa comunicação e felicito-vos pela qualidade da revista e pelo vosso trabalho em prol da dignificação da educação como fonte de desenvolvimento humano.

ANTÓNIO ALMEIDA LIMA,
CÔNSUL-GERAL DE PORTUGAL NO RJ

Recebemos o novo n.º digital da revista Educação em Linha. É excelente a tentativa de procurar recursos financeiros para sua impressão. Estaremos prontos a colaborar com a nossa modesta parcela, e mais uma vez elogiamos a excelência do seu trabalho.

ANTONIO GOMES DA COSTA, PRESIDENTE DO
REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA, RJ

Parabéns pelo 16º número da revista. Foi uma alegria recebê-la de novo! Obrigada.

LUISA TRIAS FOLCH, UNIV. GRANADA, ESPANHA

Meus cumprimentos pelo empenho na defesa de uma renovação mais decente do ensino neste país, calamitoso em todos os níveis. Falta indignação e, sob esse aspecto, sua reação é muito saudável e digna de elogios.

VALTER KEHDI, USP

Parabéns e obrigado a vocês e a todos da Educação em Linha pelo generoso empenho em manter a revista.

JEAN LAUAND, USP

Recebi e os parabenoza pela revista que está maravilhosa. Compartilho da luta e repasso a revista para todos os amigos acadêmicos e/ou alunos. Grata pela persistência em manter vivo este projeto.

VERA LÚCIA DE OLIVEIRA, UERJ

Lamentável episódio a recusa do projeto pela Seeduc/RJ... Que o pobre desalento de alguns seja o vosso (nosso) combustível. Continuem firmes nesse propósito!

MAURICIO NEGRO, SP

Parabéns pela maravilhosa publicação. Gostei muito mesmo. Há possibilidades de disponibilizar a revista na página do NEA? Assim mais pessoas ligadas à cultura açoriana vão ter acesso.

JOI CLETISON, UFSC

Estou saboreando a Educação em Linha com muito cuidado. À medida que o livro me pede um descanso, passo a ler os interessantes e variados trabalhos. Encontro aspectos dos Açores e da Madeira, que somente um ilhéu pode mostrar. Sinto saudável inveja da arte e da diagramação da revista.

MARLEY SILVEIRA POLETTI, RS

Está bonita a revista! Cheia de ambição, pretenciosa, quer dizer, um nível muito alto mesmo pra quem acredita em resultados a curto prazo, em melhorar os dados estatísticos do mês que vem. Parabéns!

WELINGTON MACHADO, RJ

Agradeço estar na lista dos contemplados para o envio da Educação em Linha, sempre com muita informação sobre assuntos tão importantes de nossa cultura miscigenada, que todos os professores deveriam ter direito a receber. Precisamos mesmo "sobreviver à mediocridade e ao desalento".

VERA LUCIA COSTA ACIOLI, PE

O trabalho de vocês, meritório e de alto nível, já tem público garantido, sempre na expectativa do virá de muito bom no próximo número.

LUITGARDE, UERJ

É importante constatar a excelência temática e o elevado nível dos colaboradores, advindos de outras fronteiras. Assim, Educação em Linha cumpre sua missão pioneira, e consubstancia-se, cada vez mais, nos cenários educacional e cultural brasileiros.

AFFONSO FURTADO, RJ

Fiquei muito feliz com a volta da revista. Entrei em contato quando estava do site da Seeduc/RJ para tê-la impressa, de tão boa e como ajudaria nas aulas. Fiquei desapontada ao saber que, além de não poderem me enviar, ela seria retirada do site. Ainda bem que vocês não desistiram dela. Ela é de alto nível mesmo, e todos nós professores merecemos um material desse.

JULIANA OLIVEIRA FERREIRA, CE MÁRIO DE
CAMPOS, NILÓPOLIS

Os merecidos parabéns por produzirem e insistirem na produção desta excelente revista – e os depoimentos dos professores da França e dos Estados Unidos reforçam a nossa avaliação. São lutas como estas que movem as transformações, trabalhosíssimas e dolorosíssimas, por vezes.

LUCIA HELENA, UFF

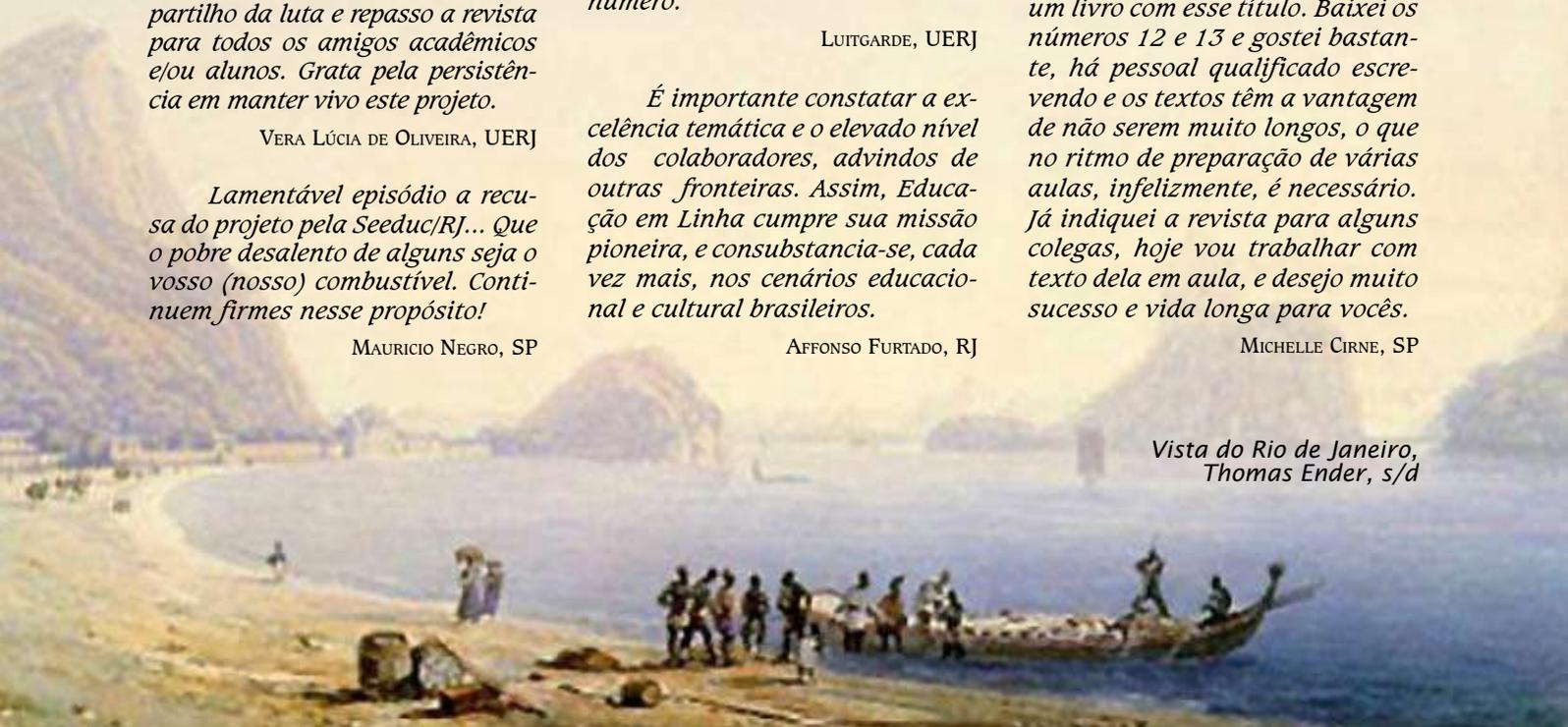
O nível técnico e de conteúdo da Educação em Linha não se ajusta à mediocridade que a educação fluminense, lamentavelmente, se submeteu, e que se recusa a sair faz tempo: desconhece o que é bom, porque vive e impera no mediocre, no fracativo, no equivocado, no academicamente frágil e sem estofamento intelectual digno de nota.

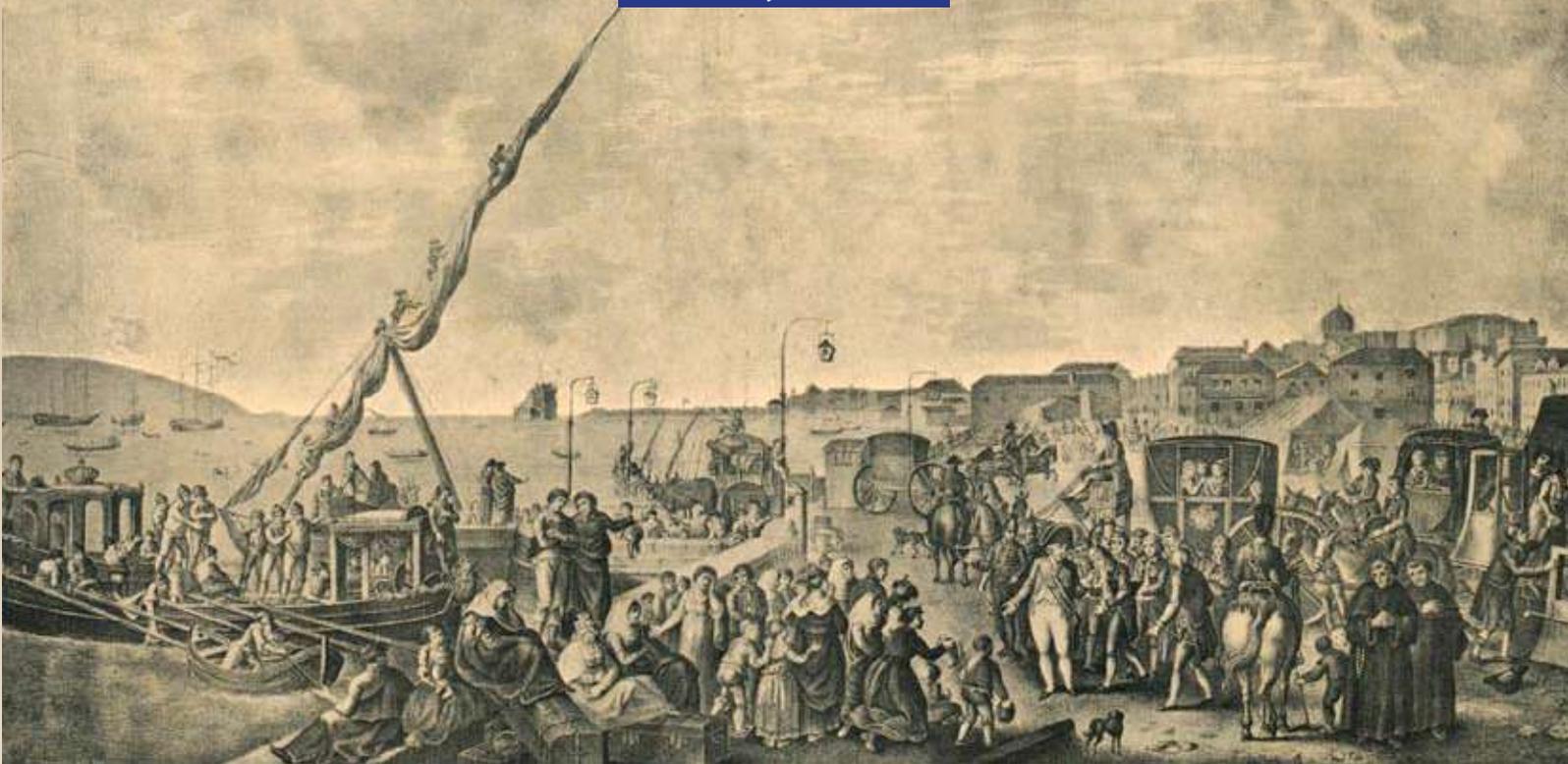
GERALDO A. LOBATO FRANCO, RJ

Sou professora de sociologia e antropologia, descobri a revista fazendo pesquisa sobre "geledés" – o exemplar 12 traz notícia sobre um livro com esse título. Baixei os números 12 e 13 e gostei bastante, há pessoal qualificado escrevendo e os textos têm a vantagem de não serem muito longos, o que no ritmo de preparação de várias aulas, infelizmente, é necessário. Já indiquei a revista para alguns colegas, hoje vou trabalhar com texto dela em aula, e desejo muito sucesso e vida longa para vocês.

MICHELLE CIRNE, SP

Vista do Rio de Janeiro,
Thomas Ender, s/d





Embarque do príncipe regente de Portugal, Dom João, e toda família real para o Brasil no cais de Belém. Henry L'Éveque, 1815, Biblioteca Nacional de Portugal

Estrangeiros no Brasil, antes e depois de 1808

NIREU CAVALCANTI

A chegada da Família Real e seus acompanhantes, aportando em Salvador/BA, em 28 de janeiro 1808, representou o primeiro passo para nossa libertação do *status* de colônia portuguesa. A Corte escapara das “garras” do general francês Jean-Andoche Junot e sua tropa franco-espanhola que invadira, com sucesso, Portugal.

Seis dias após em solo brasileiro, o príncipe regente D. João instituiu Decreto, abrindo o comércio da colônia diretamente com as nações amigas e vice-versa, revogando e tornando “sem vigor todas as leis, cartas-

régias ou outras ordens, que até aqui proibiam neste Estado do Brasil o recíproco comércio e navegação entre os meus vassalos e estrangeiros”. Embora não explícito, o Decreto aboliu também as restrições à entrada de estrangeiros no Brasil.

Antes, só podiam aqui residir quatro famílias inglesas e/ou holandesas em cada capitania. Mas, sob severo controle para não exercerem comércio, professarem religião diferente da católica romana, assumir funções na administração pública, serem proprietários de imóveis e residir nas regiões auríferas e produtoras de pedras preciosas.

Navios estrangeiros eram proibidos de aportarem no Brasil, exceção àqueles que apresentassem avarias, falta de água e alimentos, doença da tripulação ou qualquer outro fator que justificasse o uso das normas internacionais asseguradoras do direito de abrigo no porto mais próximo da embarcação. Sendo permitido atracar a embarcação no porto brasileiro, ela era visitada por comissão oficial, designada pela autoridade local, para vistoriar as condições de saúde da tripulação, quantidade e oficiais em comando, e a carga que trazia; verificar os



Decreto da Abertura dos Portos, em 28 de janeiro de 1808

portos de origem e destino e sobre a veracidade das justificativas apresentadas para obterem direito ao abrigo em porto brasileiro.

Além disso, era estipulado o prazo de permanência naquele porto, estabelecida a relação das pessoas autorizadas a desembarcar e a área da cidade em que podiam circular e se hospedar. Proibida qualquer transação comercial entre os estrangeiros e a população local e, caso isso ocorresse, seria falta gravíssima, passível de sequestro da embarcação e prisão dos transgressores.

A instalação da Corte na cidade do Rio de Janeiro também permitiu resolver a identidade de quem nascia no Brasil. Enquanto os nascidos em Portugal se identificavam nos documentos como portugueses, os nascidos no Brasil se apresentavam como filhos de portugueses do reino; ou como nascidos na cidade, vila ou capitania tal. A nacionalidade brasileira não aparece nos documentos oficiais: passaportes, casamentos, depoimentos testemunhais etc., o que mudou a partir de 1808 e, principalmente, após a criação do Reino do Brasil (16/12/1815), unido ao de Portugal. Portanto, passou a ser considerado estrangeiro, no Brasil, quem não fosse brasileiro (incluindo os índios, africanos e seus descendentes, escravos ou não), ou português. Os naturalizados eram identificados por sua origem e documento oficial dessa aprovação.

VIAS DE ACESSO AO BRASIL COLONIAL

Por duas vias oficiais se traziam estrangeiros para o Brasil: como servidor, ou em missão específica para a monarquia portuguesa – o irlandês André Cussaco, que servia na Bahia como mestre de campo, chegou a governar o Rio de Janeiro (1694-95)! – ou, ainda, pertencendo à estrutura religiosa católica, principalmente, as ordens dos jesuítas, carmelitas, franciscanos, beneditinos etc. Isso suscitou cuidados especiais da monarquia lusa, que passou a exigir das autoridades locais – civil, militar e eclesiástica –, o acompanhamento dos passos desses religiosos estrangeiros na colônia. Atenção redobrada devia ser dada se o religioso estava nas zonas de mineração.

Esses estrangeiros legalizados contribuíram significativamente para o desenvolvimento científico, educacional, literário, artístico, arquitetônico e de engenharia militar; na área da saúde e

das ciências naturais, assim como para o da agricultura e da mineração.

Através da guerra, holandeses e franceses marcaram a colônia brasileira com a posse e governo constituído de extensas áreas de seu território. Os franceses na Guanabara (1555-67), na Paraíba (1597) e no Maranhão (1612-15); os holandeses em Pernambuco (1630-54) e na Bahia (1624-25). Os espanhóis, além de governarem Portugal e suas colônias de 1580 a 1640, em conjunto com seus colonos americanos, invadiram e dominaram parte do território sob domínio português, ao longo dos séculos XVII e XVIII. Em 1680, eles invadiram a recém-criada Colônia do Sacramento (território do atual Uruguai), aprisionaram seu comandante Manuel Lobo, governador da capitania do Rio de Janeiro, que veio a falecer em prisão de Buenos Aires. Esta colônia portuguesa foi, por várias vezes, invadida pelos espanhóis e seus colonos, ao longo do século XVIII. O atual estado do Rio Grande do Sul foi conquistado por eles em 1762-63 e 1773-74, e Santa Catarina, durante o ano de 1777.

Apesar das severas normas proibindo estrangeiros no Brasil Colônia, além das famílias inglesas e holandesas, muitos deles conseguiram aqui residir. As histórias desses imigrantes clandestinos são ricas nas formas encontradas para conseguirem a permanência no Brasil. O

casamento com mulher portuguesa ou brasileira, e imediatamente o nascimento do filho ou filha era o caminho mais rápido e seguro de permanência, principalmente se a mulher pertencesse a família de destaque na capitania em que estava o estrangeiro. Apesar dessas severas regras controladoras, encontramos residindo no Brasil alemães, franceses, italianos, suecos, gregos, turcos, chineses, indianos etc.

EXPULSÃO DOS ESTRANGEIROS EXCEDENTES ÀS COTAS DE INGLESES E HOLANDESES

Essa burla da lei levou o então monarca D. João V a enviar inúmeras cartas aos governadores e vice-reis, cobrando obediência às regras e a expulsão desses estrangeiros. Em carta de 28/2/1707 o rei declara, indignado, que fora informado sobre estrangeiros de nações sem tratado com Portugal residindo nas capitanias, além de excedentes à cota dos ingleses e holandeses. Mais grave: comercializando e até com loja aberta, principalmente no Rio de Janeiro. Assim, deu ordem fossem eles imediatamente



Dom João Príncipe do Brasil, regente de Portugal, João Cardim, 1807. Museu Histórico Nacional, RJ

presos e enviados para Lisboa. A mesma carta, segundo o próprio rei, fora enviada para os governos de Pernambuco e da Bahia.

Para escaparem da expulsão, os estrangeiros recorriam ao casamento e, se o casal tinha filhos e residia há muitos anos, sua permanência era definitiva no Brasil. Ou ao pedido de naturalização. Caso do alemão João Jacques, ourives na cidade do Rio de Janeiro, no início do séc. XVIII: casou-se em 3/7/1701 com Michaela Arcangela, na igreja de São José, pediu para não ser preso e enviado para Lisboa e permanecer no Rio de Janeiro, obtendo a aprovação real em 28/2/1709.

Também esse foi o caso do francês Francisco Potflis – homem de negócio e prático em medicina, que requereu ao rei e teve aprovada sua naturalização em 31/5/1709 –, declarando que residia na colônia há 26 anos, era casado com mulher portuguesa filha de cidadão importante, tinha três filhos e quatro filhas e chegara a servir como almotacé (funcionário municipal responsável pela fiscalização de pesos e medidas e taxaço dos alimentos) na Câmara de Vereadores de Belém do Pará. Acrescentou que curara muitos enfermos de suas doenças, aplicando-lhes os “remédios convenientes, sem interesse por aqueles préstimos” e que acompanhou o governador Antônio de Albuquerque, quando fora ao “Cabo do Norte e a visitar as fortalezas do Norte, curando a sua custa a infantaria e índios e dando os medicamentos sem despesa da Fazenda real”. Conclui seu requerimento dizendo-se “um dos principais homens de negócio daquele estado, amado e estimado de todos pelo seu honrado procedimento”. (AHU – Códice 95, Registro de Provisões, 1698-1715, p. 371 verso)

O mesmo fez o francês Estevão Verdoa, morador em Salvador, Bahia. Seu pedido, após análise do Conselho Ultramarino, foi aprovado pelo rei em 16/9/1709. Estevão alegou que era comerciante de grosso trato, há mais de 30 anos, que pagava de impostos grande somas e que seu irmão, João Verdoa, também morador em Salvador, após enviuvar, havia se ordenado padre. Este irmão já era considerado português, e ele desejava ser fiel vassalo do rei. Informou ainda que era “prático e expedito na língua portuguesa”. (AHU – Códice 52, Registro de consultas das partes, 1702-11, p. 374 verso)

Os governantes da capitania do Rio de Janeiro não foram eficientes no cumprimento da ordem real. O que levou o rei a escrever, em 29/3/1709, seu desagrado com o governador D. Álvaro da Silveira e Albuquerque (1702-05), que permitiu a muitos estrangeiros se instalarem na capitania, recomendando ao sucessor, D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre (1705-09) rigor absoluto sobre a questão. Recomendou que criasse empecilhos para permanecerem na capitania ingleses e holandeses que ultrapassassem o número permitido nos tratados.

Em 10/6/1714 D. João V escreveu ao governador D. Francisco Xavier de Távara (1713-16) referindo-se ao inglês Thomaz Bound, que desejava criar feitoria no Brasil para venda de escravos, aludindo haver um comerciante inglês residente no Rio de Janeiro, Raphael Gluston, que estaria envolvido nesse negócio no tempo do governador Francisco de Castro Morais (1710-11).



Dom João V de Portugal (1689-1750). Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa, Portugal

Recomendou-lhe a expulsão de Raphael Gluston e que arranjasse algum pretexto para não criar problemas diplomáticos à Coroa Portuguesa.

Coube ao governador Aires de Saldanha Albuquerque (1719-25) aplicar as normas reais e prender os estrangeiros na capitania do Rio de Janeiro, em 1719, e enviar parte deles para Lisboa.

Como curiosidade da vida desses estrangeiros – eles aportuguesavam seus nomes e sobrenomes, para não chamarem a atenção das autoridades –, na capitania do Rio de Janeiro registramos que ao inglês João Cherem (1660-1731), senhor de propriedades na Baixada Fluminense, se deve a denominação do atual distrito de Xerém (Duque de Caxias), e que a designação *Praia do Flamengo* tem origem no fato de haverem habitado a área, na década de 1650, holandeses que pediram para residir no Brasil, após expulsão de Pernambuco.

Portanto, a abertura dos portos do Brasil às Nações amigas inaugurou um tempo de grande expansão comercial e desenvolvimento cultural e científico, pois franqueou a entrada irrestrita de embarcações estrangeiras, com mercadorias inusitadas e imigrantes que introduziram ofícios e conhecimentos até então sob severo controle da Corte ou proibidos no território brasileiro.

NIREU CAVALCANTI

Arquiteto e historiador
Professor na Pós-Graduação da Escola de Arquitetura e Urbanismo/UFF

Autor de *O Rio de Janeiro setecentista* (Jorge Zahar Ed.)



Vista tomada da Igreja de São Bento, Rio de Janeiro. Johann Moritz Rugendas. Publicada por Engelmann, Paris, 1835

IMIGRANTES*

ALBERTO DA COSTA E SILVA

Os africanos formavam uma multidão de estrangeiros. Havia, no entanto, outros expatriados, que, embora relativamente poucos, se foram tornando, por suas atividades e “língua enrolada”, cada vez mais visíveis: espanhóis, franceses, ingleses, irlandeses, suíços, alemães, italianos, austríacos, suecos e holandeses.

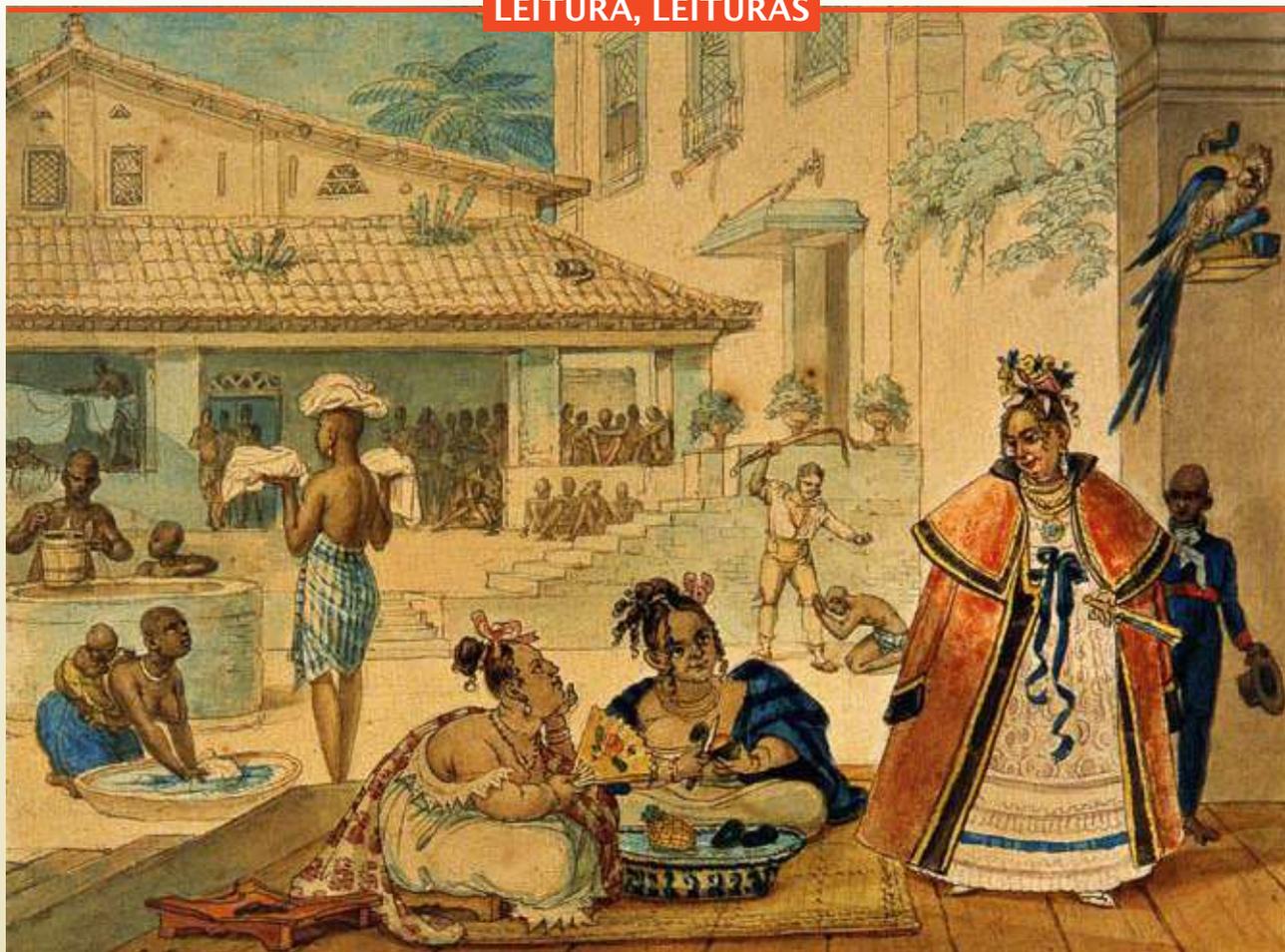
Até o decreto de 25 de novembro de 1808, com o qual o príncipe regente d. João abriu o país aos estrangeiros que nele se quisessem estabelecer, o país estava fechado aos homens livres que não fossem portugueses. Abriam-se pouquíssimas exceções: para agilizar o comércio, por exemplo, as cidades do Rio de Janeiro, do Recife e de Salvador podiam acolher, cada uma delas, quatro famílias britânicas.

A partir de 1808, tudo mudou. E, a repetir a experiência com os casais açorianos, o próprio governo procurou arregimentar imigrantes de outros países europeus e patrocinar a fundação de colônias de estrangeiros: pagava-lhes a viagem de navio e lhes concedia, ao chegar, um trato de terra. As primeiras colônias de imigrantes foram Santa Leopoldina, na Bahia, em 1818, e Nova Friburgo, em 1820, ambas com suíços, predominantemente católicos e de fala francesa.

Igualmente aliciados por agentes do governo foram os imigrantes alemães dirigidos, sobretudo a partir de 1824 – data da criação da Colônia Alemã de São Leopoldo –, para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Provinham principalmente de Hesse, da Prússia, de Saxe, de Württemberg e de Oldemburgo, e entre eles havia católicos e protestantes. Como se dera com os suíços de Nova Friburgo, nem todos eram agricultores, mas carpinteiros, ferreiros, sapateiros, alfaiates, tanoeiros, seleiros, tecelões e práticos de outros ofícios. A esses imigrantes somaram-se muitos dos oficiais e soldados alemães que serviram como mercenários a d. Pedro I e ficaram no Brasil.

Se já se calcularam em mais de 6.800 os alemães que entraram no Brasil de 1811 a 1830, não há estimativas para os espanhóis, muito mais numerosos. Estes chegaram por conta própria, vários deles de países vizinhos, por inconformidade com as mudanças políticas que lá se davam. Quer viessem da península ibérica, quer das Américas, buscaram em geral instalar-se nas cidades. E dividiram-se por muitas atividades urbanas.

Também preponderantemente urbana foi a imigração francesa. Após a assinatura da paz com a Fran-



Interior de uma casa de ciganos. Debret, 1823. Museu Castro Maya, Rio de Janeiro

ça em 1814, começaram os franceses a desembarcar no Brasil, para atender à demanda de serviços que a própria presença deles constantemente ampliava. Num país cujas principais cidades, no flúir do século, se afrancesariam, eram comerciantes de produtos de luxo, alfaiates, modistas, chapeleiros e cabeleireiros, livreiros, professores e governantas, cozinheiros, padeiros e confeitadores, serralheiros, marceneiros e estofadores.

A maioria vinha fazer a América: contava com enriquecer em pouco tempo e regressar à França. Não eram poucos, entre eles, os ex-bonapartistas, refugiados políticos à espera que a pátria lhes desse melhores dias. Mas acabavam, uns e outros, por ancorar para sempre.

Já os britânicos geralmente não chegavam como imigrantes. Fossem comerciantes, engenheiros ou mecânicos, tinham um período determinado de permanência, a serviço de suas empresas. Alguns resolviam deixar de ter patrões e se estabeleceram com lojas, albergues e tavernas. E não faltaram os médicos, professores, alfaiates e outros profissionais que, atraídos pelas promessas do Brasil, para ele se transferiram.

Vindo também da Europa, desceu no Rio de Janeiro, no início do Oitocentos, pelo menos um grupo de ciganos, para somar-se aos outros que, desde o século XVII, foram mandados para o Brasil. Todos juntos seriam poucos, mas davam na vista, por seus trajes vistosos, tanto no interior, onde se dedicavam a

consertar tachos de cobre e a comerciar com cavalos, quanto na corte e nas principais cidades portuárias, onde, sedentários, se tornaram mercadores de escravos, oficiais de justiça e meirinhos.

Outros imigrantes que, apesar de seu número reduzido, chamaram a atenção dos contemporâneos foram os chineses. D. João trouxe os primeiros, de Macau, em 1814, com o objetivo de difundir no Brasil a cultura do chá. Outros a eles se seguiram, principalmente no período logo após a Independência. A maioria abandonou a agricultura e se voltou para o comércio ambulante.

Quem saísse de casa, no Rio de Janeiro, não esperava encontrar um chinês. Mas podia topar um cigano. Principalmente se fosse para um dos lugares em que se ajuntavam: a rua da Constituição e o Campo de Santana.

Foi, aliás, no Campo de Santana, durante as festas pelo casamento de d. Pedro com d. Leopoldina, que eles, em belíssimos cavalos, todos brancos e escolhidos a dedo, entusiasmaram a cidade com suas proezas de ginetes.

ALBERTO DA COSTA E SILVA

Embaixador, poeta, historiador, ensaísta
Membro da Academia Brasileira de Letras
* Excerto de *Crise colonial e independência: 1808-1830*. Vol.1,
Col. História do Brasil Nação: 1808-2010, Objetiva, 2011



Colônia suíça de Cantagalo (vista parcial). Debret, 1827. Museu Castro Maya, Rio de Janeiro

DE FRIBOURG PARA NOVA FRIBURGO

MARIA JANAÍNA BOTELHO CORRÊA

A falência da imigração suíça em Nova Friburgo não foi exceção ou fato isolado. O sistema de núcleos coloniais adotados por D. João VI constituiu, de modo geral, um insucesso. Fundados em várias regiões do país, mas instalados longe dos mercados, houve dispersão dos colonos: uns migraram para as zonas urbanas e outros permaneceram nas rurais, vivendo mediocrementemente, em nível comparável ao do caboclo. Os latifundiários desejosos em obter braços baratos que viessem substituir os negros, não apoiavam a política colonizadora. De um lado, o governo visava intensificar a imigração de povoamento, possibilitando ao colono acesso à terra, único sistema capaz de atrair imigrantes. Por outro lado, os cafeicultores desejavam braços para as suas lavouras.

No princípio do século XIX, a Coroa Portuguesa elaborou política de colonização de povoamento estrangeira no Brasil. A intensa pressão britânica pelo fim da escravidão no Brasil, associada ao grande flu-

xo migratório europeu para a América, consistiu fator que também contribuiu para o projeto de colonização estrangeira.

A instituição de núcleos coloniais de povoamento em diversas regiões do país, no reinado de D. João VI, foi estratégia que tinha por escopo um novo modelo econômico que não mais se basearia no latifúndio e no trabalho escravo. Objetivava-se a colonização de territórios inabitados por colonos estrangeiros, tendo em vista que possuíam capacidade técnica para a manufatura e tradição na agricultura.

Poder-se-ia arguir sobre a necessidade da produção de gêneros alimentícios no Brasil, já que a monocultura inviabilizava esse tipo de produção, além da política de “branqueamento” da população. Logo, os núcleos coloniais teriam estrutura agrária baseada na pequena propriedade, na produção da lavoura branca (milho, feijão, arroz) com a utilização da mão de obra europeia e livre. Alguns projetos de lei, não aprovados,

estipulavam a condição de serem as terras roteadas por braços livres, não se admitindo escravos nos núcleos coloniais. O paradoxo foi que colonos suíços e alemães em Nova Friburgo, assim que a condição financeira lhes permitiu, passaram a possuir escravos.

Martin Nicoulin, em *A gênese de Nova Friburgo: emigração e colonização suíça no Brasil – 1817-1827*, informa-nos que o suíço Sébastian Nicolas Gachet, originário de Fribourg, foi o agente encarregado por D. João VI de cooptar colonos suíços. Foram firmadas as condições de 11 de maio de 1818 estabelecendo, entre outras coisas, que cada colono tornar-se-ia proprietário de uma *data de terra*, gozaria privilégios militares e fiscais durante dez anos e subsídios nos dois primeiros anos.

Era igualmente interesse do governo suíço estimular a emigração para livrar-se dos apátridas, denominados de *heimatlosen*, assim considerados por não pertencerem originariamente aos Cantões da Confederação Helvética. Para incentivar a imigração para o Brasil, muitos criminosos tiveram a pena de detenção comutada em degredo, sendo que essa circunstância levaria Monsenhor Miranda, Inspetor da Colonização Estrangeira, a acusar os Cantões de terem formado a colônia com forte proporção de vagabundos, condenados e prostitutas. A maioria das famílias trazia a observação de carência financeira.

Fora designada a região serrana de Cantagalo, na província do Rio de Janeiro, para abrigar o primeiro núcleo de colonos estrangeiros. A salubridade do clima daquela região, semelhante ao do torrão natal dos suíços, constituiu fator determinante para a escolha da instalação dos colonos. Não obstante ter sido estabelecido o limite de cem famílias, aproximadamente 800 pessoas, imigraram para o Brasil 2.018 indivíduos. Considerando óbitos e nascimentos ocorridos durante o trajeto, a colonização iniciou-se com 1.631 suíços, o dobro do estipulado, daí a criação das “famílias artificiais” para adequar-se à distribuição das *datas de terras*.

O Édito de 3 de janeiro de 1820 criou o termo de Nova Friburgo, ficando a área, desde então, desmembrada de Cantagalo. A denominação do termo



Vista parcial de Fribourg, Suíça

deve-se ao fato de a maioria dos colonos suíços serem originários do Cantão de Fribourg. Na região, já havia fazendeiros luso-brasileiros, que demonstraram satisfação com a instalação do Núcleo dos Colonos, visto que a localidade foi erigida ao *status* de *termo*, com pelouros de justiça. Com os juízes ordinários na Câmara Municipal ocupando-se das questões judiciais, terminava o transtorno de recorrer a outras jurisdições, com grande dispêndio aos fazendeiros locais.

Realizada a distribuição das *datas de terra*, por sorteio, entre as famílias artificiais, verificou-se que algumas dessas áreas encontravam-se em encostas e picos muito escarpados, absolutamente improdutivos. A desigualdade na distribuição das terras, algumas de todo incultiváveis, fez com que a minoria dos colonos permanecesse na circunscrição do núcleo. Os que receberam terras úberes plantaram milho, feijão, batata, vinhas e trigo.

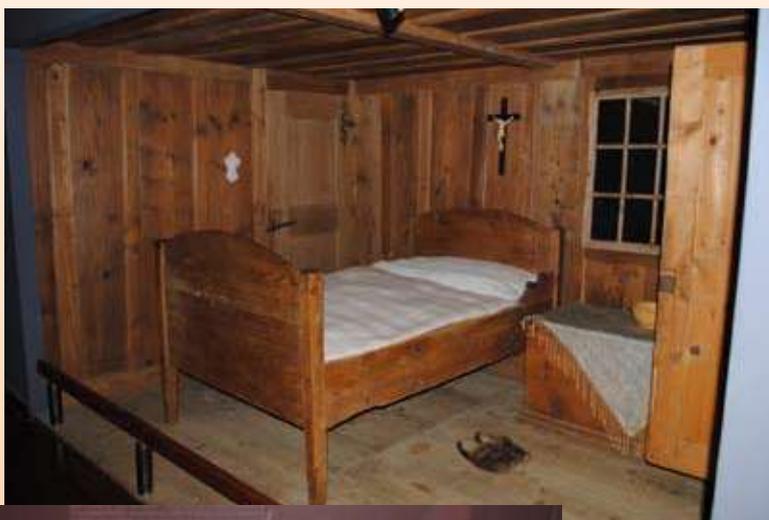
Segundo Nicoulin, em 1821, Nova Friburgo vegetava e havia verdadeira letargia na colônia. Uma comissão foi designada para ir à Corte pedir ao rei melhores terras e aumento do subsídio, mas o clima político do país não era alentador e culmina com a partida de D. João VI para Portugal.

O Príncipe Regente, D. Pedro I, retomou o processo de colonização de Nova Friburgo, disponibilizando novas terras em Macaé de Cima, atual distrito de Nova Friburgo. É curioso que algumas terras foram adquiridas pelos suíços, por compra, de escravos quilombolas. Mas essa medida não evitou a dispersão de alguns suíços que migraram para outras freguesias de Cantagalo, hoje municípios de Bom Jardim, São Sebastião do Alto, etc.

Dedicando-se à cafeicultura, os que migraram para outras regiões tornaram-se prósperos fazendeiros. A população em Nova Friburgo, de 1.662 suíços em 1820, ficou reduzida a 632 em 1830. Em 1824, um contingente de 343 colonos alemães, que deveria se dirigir a uma colônia na Bahia, foi desviado para a vila de Nova Friburgo, a fim de ocupar as terras abandonadas pelos suíços e fomentar a colônia.

No entanto, em 1831, extingue-se o regime de colônia e a Câmara Municipal assume inteiramente a administração do *termo*. A dispersão dos colonos para outras regiões caracteriza a falência do projeto de colonização suíça. Essa diáspora provocou o esmaecimento da herança cultural dos suíços em Nova Friburgo, que, gradativamente, se aculturaram.

Por que o projeto de colonização teria fracassado? De acordo com os discursos da época, os suíços,



Mobiliário e utensílios dos colonos suíços no Memorial da Colonização. Nova Friburgo/RJ

ainda que dedicando-se com afincamento ao amanhã da terra, dificilmente progrediriam em razão de terem sido instalados e segregados nos sertões, com dificuldades de acesso aos mercados para vender seus produtos.

Nova Friburgo, conhecida pela salubridade de seu clima, passa a ser procurada pelos que buscavam a cura da tuberculose. No último quartel do século XIX, torna-se, igualmente, o refúgio dos cariocas que fugiam das epidemias de febre amarela que grassavam no Rio de Janeiro.

O enlace entre Nova Friburgo e Fribourg, restabelecido e estreitado na década de setenta do século XX, deve ser creditado ao historiador Martin Nicoulin, em virtude de sua pesquisa e obra sobre a colonização suíça em Nova Friburgo. A parceria entre as cidades co-irmãs, entre *fribourgeois* e friburguenses, culminou com a criação da Queijaria Escola, da Chocolateria Escola no mesmo local e, notadamente, de um museu, preservando a memória dos colonos suíços. Em 9 de abril de 1974, em sessão na Câmara Municipal de Nova Friburgo, após receber o título de cidadão honorário, Martin Nicoulin assim se expressou: “Passarei minha vida a unir as duas cidades”.

MARIA JANAÍNA BOTELHO CORRÊA

Mestre em História Social e Cultural
Prof.^a da Faculdade de Direito/ Universidade Candido Mendes
Autora de *O cotidiano de Nova Friburgo no final do século XIX - práticas e representação social* e *Histórias e Memória de Nova Friburgo*

Leopoldina, a Ciência e a Política

MARIA DE LOURDES VIANA LYRA

Na galeria dos grandes personagens, a Imperatriz Leopoldina tem lugar já estabelecido nos anais da História do Brasil como *A Paladina da Independência*, pelo apoio incontestado a esta causa. E também através da imagem de esposa sofredora, traída pelo rude e frívolo marido, D. Pedro I. Perfil restrito e incompleto, carente de análise mais abrangente sobre sua atuação na cena política e, sobretudo de estudo que resgate sua imagem de mulher erudita e dedicada às ciências.

Urge conhecer melhor a trajetória dessa arquiduquesa da dinastia de Habsburgo – uma das mais antigas e importantes da Europa –, filha do imperador Francisco I da Áustria – eminente líder da *Santa Aliança*. Ela atravessou o oceano para viver no Brasil, consciente do dever político que o casamento lhe impunha. Cabe destacar sua formação intelectual e particular dedicação ao estudo das ciências, sobretudo mineralogia e botânica. Além de atentar para sua estreita relação com os cientistas da *Missão Científica*, ciosamente organizada pelo governo imperial da Áustria quando da assinatura do contrato nupcial, e enviada ao Brasil com sua comitiva, em 1817.

Assim, há que se contextualizar os fatos relativos ao seu tempo histórico para apreender o sentido e os interesses políticos então envolvidos. Centrando o foco em 1808, quando a sede da metrópole portuguesa foi transferida para o Novo Mundo – fato inédito entre as monarquias europeias colonialistas e que anulou o *status* do Brasil como colônia de Portugal –,



Leopoldina, em gravura de François Badoureau. Museu Histórico e Diplomático, Palácio do Itamaraty, Rio, séc. XIX

abre-se campo fértil de análise. A transferência da sede da Corte, a abertura dos portos do Brasil ao comércio com nações estrangeiras e a instalação no Rio de Janeiro do aparelho institucional do governo monárquico significaram o fim do exclusivismo comercial, a quebra do monopólio, o rompimento do estatuto colonial.

Marco definidor da singularidade do processo de Independência do Brasil e da adoção do modelo de Estado monárquico imperial, adquire significado a “Carta de Lei”, de 16 de dezembro de 1815, que oficializou o Brasil na condição de Reino Unido a Portugal e representou a efetiva transplantação da sede da Monarquia para a América.

Nesse contexto, o caso do Brasil se destaca, tanto em relação aos outros modelos de independências coloniais quanto à forma de Estado independente instituído: em 1808, o Brasil passou à condição de sede da metrópole; em 1815, foi oficialmente reconhecido como Reino; em 1822, ao romper com o modelo de Reino Unido luso-brasileiro, preservou a forma de governo monárquico e fundou o único Estado imperial do Novo Mundo.

Até então fechado ao mundo pela metrópole, o Brasil tornava-se o centro das atenções de países interessados em conhecer e explorar suas potencialidades. Nessa conjuntura, o casamento entre o príncipe herdeiro da Coroa luso-brasileira com a arquiduquesa austríaca assume dimensão particular. A aproximação entre as Casas de Bragança e de Habsburgo era significativa. À Áustria interessava o



O Imperador Franz I. Anônimo, c. 1830, col. particular



Interior do Palácio de Schönbrunn, onde a Imperatriz Leopoldina viveu sua infância



sucesso da empreitada portuguesa. Além do desejo de acesso às explorações científicas e de estabelecer relações comerciais, a existência de um império unificador do Velho e Novo Mundo, sob as mesmas bases político-ideológicas das monarquias ilustradas, era providencial ao fortalecimento do sistema monárquico tradicional, bastante enfraquecido na Europa.

Ao governo luso, que desde meados do século XVIII vinha adotando diretrizes do *reformismo ilustrado* em prol da preservação do Estado monárquico absolutista e contra “os perigos das inovações revolucionárias”, interessava o apoio de um aliado forte e ideologicamente sintonizado com o empreendimento a que então se propunha: a fundação de um *poderoso império* luso-brasileiro, que uniria os dois lados do Atlântico.

As conversações diplomáticas principiaram em 1816, logo após a morte da rainha, D. Maria I, quando o príncipe-regente D. João assumiu verdadeiramente o *status* de rei, como D. João VI. No ano seguinte seria realizado o casamento, considerado pelo imperador Francisco I como “um pacto vantajosíssimo entre a Europa e o Novo Mundo”.

A jovem arquiduquesa nascera e crescera no ambiente reservado dos palácios imperiais. Recebera educação esmerada, com aulas ministradas privadamente por professores diversos, entre os mais reputados da Áustria, e seguia o calendário de cada disciplina sob supervisão de uma camareira-mor, também encarregada do ensino da etiqueta.

Sua vida familiar fora harmoniosa. O pai, culto e religioso, dedicado aos filhos e reservado, preferia o convívio familiar ao cerimonial das recepções na Corte. A mãe, apreciadora da música e do canto, promovia as festas dos aniversários familiares com brincadeiras de pescaria no lago, corridas de labirinto nos jardins, en-

cenções de farsas burlescas e bailados, apresentados ao ar livre ou no interior dos palácios, quase sempre acompanhados da pequena orquestra: a mãe ao violão ou violoncelo, o pai e os inúmeros filhos ao violino ou piano. Tais atividades seguiam orientação pedagógica pré-estabelecida, com o objetivo de levar as crianças a superarem a timidez, exercitar a fala e se fazerem ouvir, para bem comandar os súditos.

O particular interesse de Leopoldina pelo estudo das ciências naturais era incentivado pelo pai, grande apreciador tanto da mineralogia, como da botânica e da zoologia, fazendo despertar nos filhos o gosto por tais conhecimentos e o prazer em colher e formar coleções com espécimes raras. Nos palácios de Schönbrunn e de Laxenburg, cada criança possuía um pequeno jardim para aprender os conhecimentos da jardinagem: plantar e cuidar de canteiros e herbários. Sua curiosidade científica, ao lado da acurada formação intelectual, era tão forte quanto a consciência do dever que lhe cabia, como princesa imperial, ou seja, o de atender sem contestação aos interesses do Estado. Tanto que, ao tomar conhecimento do acordo de casamento, que a obrigava a deixar a Europa, escreveu: “Estou feliz, porque tenho a consciência de ter obedecido ao meu pai e de que talvez possa ser útil à minha pátria”. E ainda: “A viagem não me assusta; acredito que seja predestinação, pois desde criança sempre me senti atraída pela América e desejei ir lá.”, demonstrando o quanto as terras do desconhecido Brasil exerciam atração aos europeus em geral.

Dias antes do embarque da jovem Leopoldina rumo ao Rio de Janeiro, as fragatas *Áustria* e *Augusta* partiram do porto de Trieste, transportando o corpo de funcionários da embaixada austríaca a ser instalada no Brasil e os membros da *Missão Científica*. Organizada pelo governo imperial sob o comando direto do chanceler Metternich, a *missão* tinha como objetivo explorar as vastas regiões do Brasil, catalogar as espécies encontradas e coletar os exemplares raros, para enriquecer as coleções dos museus e jardins botânicos da Áustria.

O empenho no bom êxito dessa expedição era

tamanho, que o próprio diretor do Museu Imperial fora encarregado de escolher os mais eminentes cientistas austríacos. Entre eles, o zoólogo Johann Natterer, o mais notável e por isso nomeado seu diretor, o botânico Heinrich Wilhelm Shott, o veterinário Mathias Unterholzer, o pintor de plantas Johann Buchberger e o paisagista Thomas Ender. Foram também escolhidos os professores de Botânica, Johann Sebastian Mikan, e de História Natural, Emanuel Pohl, da Universidade de Praga. Integraram-se, ainda, os naturalistas Johan Von Spix e Carl Von Martius, por indicação do rei da Baviera, e o conservador do Museu de Florença, Giuseppe Raddi, indicado pelo grão-duque da Toscana. A *missão* atendia ao princípio das “relações recíprocas” comprometidas e seladas por ocasião do enlace dinástico e era enviada ao Brasil como parte da comitiva da princesa real, evidenciando uma das faces dos múltiplos interesses envolvidos na aliança entre o Império da Áustria e o Reino Unido de Portugal e Brasil.

Ao chegar ao Brasil as primeiras impressões da jovem com a natureza foram de pleno entusiasmo: “um verdadeiro paraíso, há uma quantidade imensa de plantas, arbustos, árvores, especialmente espécies de palmeiras que nunca havia visto”. E logo deu início às coleções de plantas, pássaros, minerais e animais raros para enviar aos familiares, um hábito usual entre os Habsburgo: “envio alguns animais empalhados (...) alguns pássaros, um lagarto (...) um leão, que é mestiço de pantera e leão”. Através das centenas de cartas escritas ao longo do tempo, Leopoldina transmitiu informações sobre o cotidiano, a natureza, o clima, as potencialidades da terra, o modo de vida nos trópicos: “fico o dia todo ocupada em fazer música com meu esposo, lendo, escrevendo e desenhando (...) exercito-me bastante, tanto quanto o terrível calor permite (...) gosto do país que tem muito encanto para mim, como botânica e mineralogista (...) há alguns dias dei um passeio (a cavalo) de oito horas na Tijuca”.

Com frequência Leopoldina solicitou a remessa de livros recém-publicados na Europa, sobretudo de mineralogia e ciência naturais, para ela “indispensáveis em um país que proporciona tantas oportunidades de nos instruímos destas duas ciências”. A

biblioteca particular formada por Leopoldina é relevante, pelo acervo de obras sobre mineralogia, zoologia, botânica, história, literatura, música, a maioria em alemão, francês e português, além de estampas de mapas, manuscritos e folhetins diversos.

O grande número de livros trazidos por ela, somado aos que recebeu ao longo do tempo foi catalogado, em 1825, pelo seu bibliotecário, o mineralogista alemão Roque Schuch, e também diretor do Gabinete de História Natural, organizado por ela e instalado no palácio de São Cristóvão, instituição que deu origem ao hoje Museu Nacional. O que revela o perfil de mulher erudita e o nível de atualização de Leopoldina em relação ao conhecimento intelectual e científico da época.

Ao mesmo tempo em que seguiu procriando (seis filhos e três abortos, entre 1819 e 1826), permaneceu atenta ao encargo assumido com o casamento. Ou seja, o de não descuidar de atuar com firmeza no sentido de consolidar o sistema monárquico no Novo Mundo. Atuação que se tornou mais evidente a partir de 1821, quando o sogro, D. João VI, retornou a Portugal e o marido, D. Pedro, assumiu a regência do Reino do Brasil.

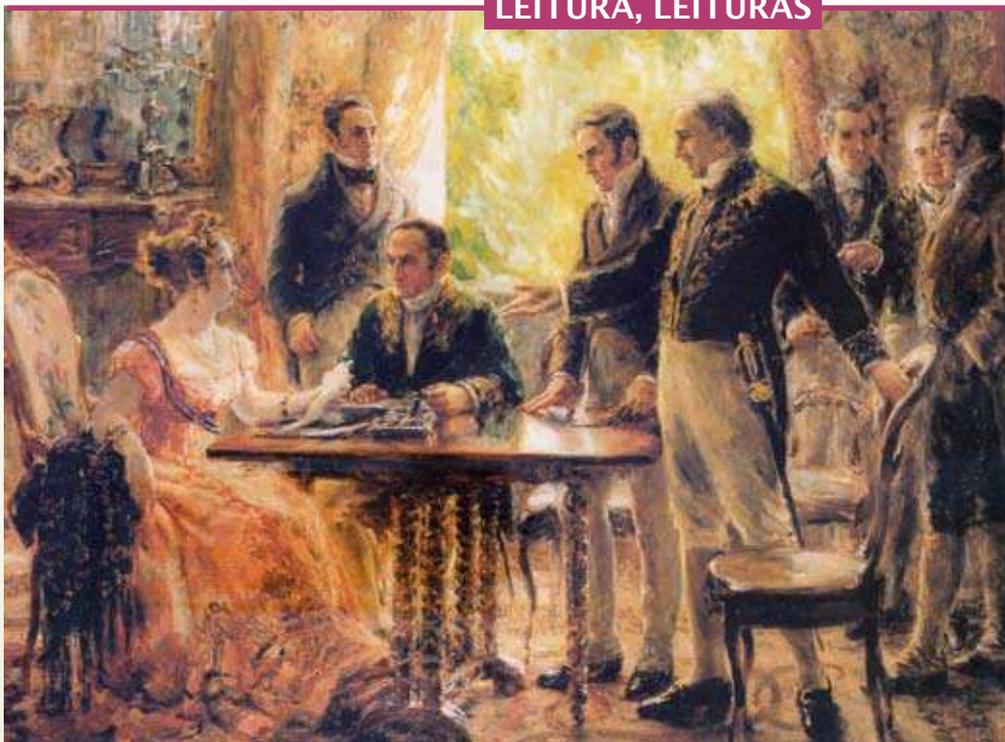
Até então Leopoldina se concentrara na companhia constante do marido que “tem bom coração, muito talento e boa vontade de se instruir”. A eclosão do movimento revolucionário em Portugal, em agosto de

1820, exigindo o retorno do rei e a constitucionalização da monarquia, ameaçou a existência do Reino Unido e alarmou os seguidores do *reformismo ilustrado*. Confusa, Leopoldina recorreu ao pai pedindo orientação segura: “Na situação deveras crítica em que me encontro (...) o feio fantasma do espírito da liberdade dominou completamente (...) é difícil a minha situação entre as obrigações que competem a uma boa e carinhosa esposa e a uma súdita proba e filha obediente”.

Doravante, sua atuação política se tornou mais evidente: seja no contexto da discussão sobre quem deveria voltar a Portugal – o rei ou príncipe herdeiro –, seja na conjuntura posterior, quando o confronto entre os constitucionistas portugueses e os defensores das prerrogativas do Reino do Brasil



Retrato de Dona Leopoldina por Luís Schlappritz. Museu do Estado de Pernambuco, s/d



Leopoldina, como regente em nome de D. Pedro, em reunião com o Conselho de Ministros, 2/9/1822, por Georgina de Albuquerque

se acirrou e resultou na dissolução da unidade luso-brasileira.

“Está decidida nossa permanência no Brasil; segundo minha maneira de ver e pensar politicamente, esse é o único meio de evitar o colapso total da monarquia portuguesa (...) o Brasil é, sob todos os aspectos, um país tão rico e importante, que é incondicionalmente necessário mantê-lo (...) o Onipotente guia tudo para o bem dos homens e o bem comum vem antes do desejo individual”, escreveu Leopoldina. E ainda: “Estou perfeitamente contente, permanecendo unida a todos os objetivos que adoro e sabendo pelos testemunhos (...) que o povo brasileiro está feliz, considerando os esforços e sacrifícios que meu bem-amado esposo faz pelo bem e tranquilidade pública”, demonstrando o quanto se encontrava engajada na luta pela manutenção do *status* de Reino para o Brasil, além da clareza do papel político que cabia a ela desempenhar: o de submeter seu desejo individual (de voltar à Europa) ao bem comum que acreditava ser o da sobrevivência e consequente fortalecimento da monarquia na América.

No entanto, apesar da firmeza na defesa do Brasil, sua atuação era vista com desconfiança pelos grupos que também aqui reivindicavam a constitucionalidade da monarquia, em virtude de suas convicções contra o “sistema democrático”: “Infelizmente estou sendo mal interpretada, o que muito me magoa, já que tenho bons e autênticos desejos para o bem do Brasil; mas as almas liberais mesquinhas estão todas contra mim e agora estou sendo mais cautelosa, não expressando minhas opiniões”.

Passou, então, a atuar nos bastidores, intermediando contatos entre o marido e articuladores brasileiros

e definindo estratégias, sem aparecer na cena pública. Com exceção do período em que assumiu oficialmente a Regência do Reino do Brasil, entre 13 de agosto e 14 de setembro de 1822, em virtude da viagem do marido à província de São Paulo. Mesmo assim, cuidando de sempre expressar que considerava o encargo “o maior sacrifício que posso fazer pelo Brasil”, uma “exigência da tranquilidade e do bem público”. No exercício do cargo, mesmo grávida, pouca coisa escapou-lhe. Por isso, é fato

relevante ter sido saudada em cerimônias de entrega de cartas, verdadeiros *manifestos políticos*, assinadas exclusivamente por mulheres alfabetizadas – cento e oitenta da Bahia e cinquenta e uma de São Paulo.

A partir daí, sua atuação política continuou efetiva: seja como mediadora junto ao pai, em prol do reconhecimento do Império proclamado – “creia firmemente que não poderia ser de outra forma, para afastar o espírito popular das ideias republicanas” –; seja empenhada na tarefa de organizar as forças militares para assegurar a unidade das províncias em torno do Rio de Janeiro, intermediando a arregimentação de colonos e, sobretudo, de soldados na Europa para povoar e defender o Império; seja acompanhando o marido nas visitas de inspeção aos estaleiros e servindo de intérprete na recepção aos colonos e soldados no porto do Rio de Janeiro.

Revela, assim, o papel de protagonista no contexto das relações e dos interesses então estabelecidos, além de personagem-chave na defesa do pensamento conservador, traduzindo um perfil de mulher bem diferente daquele que se costuma traçar.

Referências

KANN, Bettina e LIMA, Patrícia Souza. *D. Leopoldina – Cartas de uma imperatriz*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *Relações diplomáticas e interesses políticos no casamento de D. Leopoldina*. Rio de Janeiro: IHGB, 1997 (pp. 106-154).

OBERACKER, Carlos. *A Imperatriz Leopoldina: sua vida e sua época*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura / IHGB, 1973.

MARIA DE LOURDES VIANA LYRA

Doutora em História e professora da UFRJ

Sócia titular do IHGB

Autora, entre outros, de *A utopia do poderoso império e O Império em construção: Primeiro reinado e Regências*

Sigismund Neukomm e sua viagem ao Brasil*

MANOEL CORRÊA DO LAGO

A estada do compositor austríaco Sigismund Neukomm no Brasil entre 1816 e 1821 é um dos capítulos mais singulares da História da Música no Brasil. Esse conterrâneo de Mozart, contemporâneo de Beethoven, e como este, aluno e amigo íntimo de Joseph Haydn – de quem foi o executor testamentário – chega no Brasil com uma bagagem musical quintessencialmente vienense, no extremo oposto da tradição operística italiana então dominante no mundo luso-brasileiro, e cujo representante máximo era o compositor Marcos Portugal.

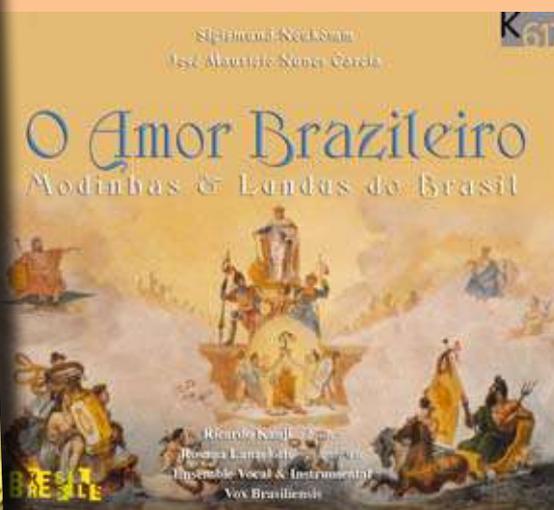


Sigismund Neukomm, em litografia de Charles Meder, 1840

O ambiente musical que Neukomm encontra no Rio era marcado pela presença de duas grandes personalidades: por um lado, a do próprio Marcos Portugal que dirigia a Capela Real e era o favorito dos *émigrés* portugueses, e por outro a figura modesta do Padre José Mauricio Nunes Garcia, cuja grandeza Neukomm percebeu de imediato e se empenhou em valorizar.

Quando, em 1820, o Padre José Mauricio rege a primeira audição, no continente americano, do *Requiem* de Mozart, Neukomm escreve como correspondente do mais importante jornal musical da época, – o *Allgemeine*

Marcha Triunfal que Neukomm dedica ao príncipe D. Pedro



O Amor Brasileiro em CD duplo

Musikalische Zeitung –, observações que constituem o mais antigo registro na imprensa estrangeira sobre um concerto realizado no Brasil:

[...] considero uma obrigação utilizar-me desta oportunidade para tornar conhecido, junto ao nosso meio cultural europeu, o nome deste homem conhecido por sua grande modéstia [...] Ele é tanto mais merecedor dessa distinção, e de ser homenageado, pelo fato de dever a sua formação a si próprio [...] A execução do Requiem de Mozart não deixou nada a desejar, e todos os talentos colaboraram para tornar o genial Mozart apreciado neste Novo Mundo.

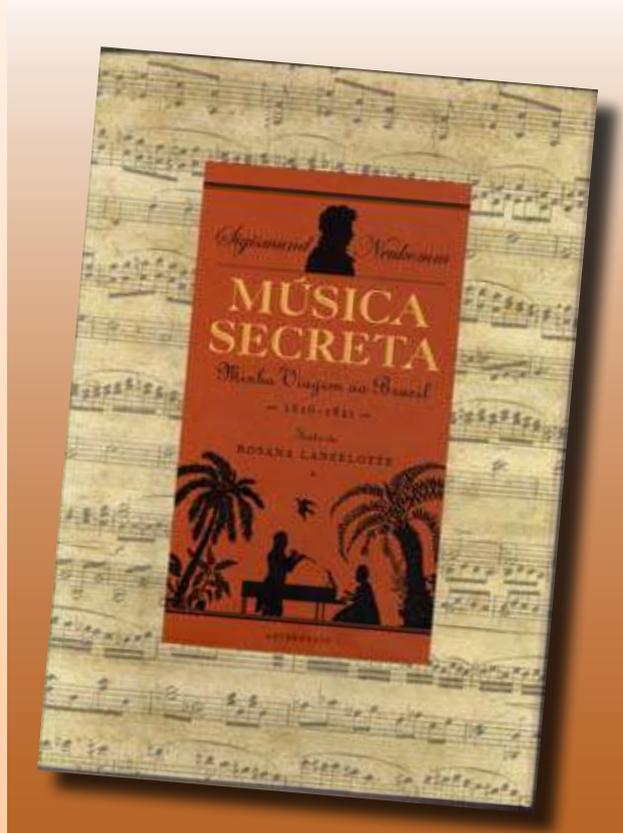
Anos mais tarde, reencontrando Manuel de Araújo Porto Alegre em Paris, declararia que considerava o Padre José Maurício “o maior improvisador do mundo”.

Ainda que frequentador da Corte, – onde era comensal do Conde da Barca, professor das infantas e do Príncipe Dom Pedro –, Neukomm não deixava de estar atento aos “sons das ruas”, com suas modinhas e lundus. Se por um lado, ele escreve um conjunto impressionante de obras no Brasil – missas, uma sinfonia, sonatas, cânones e peças de ocasião –, por outro, ele também se interessa pelas modinhas de Joaquim Manoel da Câmara, que harmonizou, sendo o primeiro compositor de música de concerto a utilizar-se de temas afro-brasileiros: uma dezena de anos após Beethoven utilizar temas russos nos seus *Quartetos Razoumovski*, Neukomm escreve uma *Fantasia*, de construção perfeitamente haydniana, utilizando o lundu “O Amor Brasileiro” como tema para variações.

Neukomm representa um caso também extremamente singular no contexto da própria música europeia da primeira metade do séc. XIX: extraordinariamente prolífico, com um catálogo de mais de 1500 obras, dificilmente terá existido compositor mais “nômade” que esse austríaco radicado na França, “europeu” *avant la lettre*, – com longas passagens em Dresden, Estocolmo e Londres –, e que soube viver e adaptar-se a latitudes tão extremas quanto o Rio de Janeiro e São Petersburgo.

Contrasta com sua abertura de espírito, – e com a capacidade deste homem do *Ancien Régime* de se ligar de amizade com compositores de outra geração, como Mendelssohn e Chopin –, o fato de ele ter mantido, ao longo de toda sua longa vida, um estilo musical imperturbavelmente estável: o do Classicismo vienense.

O livro de Rosana Lanzelotte traz importantes luzes não só sobre o período brasileiro de Neukomm como sobre a sua personalidade multifacetada: ao situar o relato na primeira pessoa, em tom de reminiscência, o narrador se transforma no personagem que observou o Brasil às vésperas da sua Independência, e lá viveu uma experiência, para um europeu do seu tempo, única: o livro reconstituiu admiravelmente o mundo que Neukomm conheceu no Rio de Janeiro:



uma Corte onde a princesa era uma Arquiduquesa da Áustria, uma estimulante comunidade de intelectuais representada pelos membros da Missão Francesa, e o ambiente musical marcado pela polarização Marcos Portugal e José Maurício.

O plano do livro é um achado: percorrendo o catálogo de Neukomm elaborado por José Maria Neves, Rosana Lanzelotte constatou que as setenta obras nele listadas, que correspondem ao período compreendido entre a chegada de Neukomm e sua partida do Brasil, constituem uma verdadeira crônica dessa estada, pontuada pelas ocasiões às quais essas músicas se referem, e pelos personagens aos quais aludem. Rosana Lanzelotte utiliza esta crônica subliminar para ordenar e dar conteúdo a cada um dos capítulos.

Esse livro é não somente o primeiro no Brasil dedicado ao compositor, como um dos poucos até agora focalizando este grande músico, cujo único *handicap* terá sido, na cena austríaca, o de ser um contemporâneo de gigantes como Haydn, Mozart, Beethoven e Schubert. Ele traz, sem qualquer perda de conteúdo acadêmico (mas sem ser sobrecarregado por ele), uma contribuição notável para o conhecimento de Neukomm, de sua estada no Brasil, e do Brasil no qual viveu e que amou tão intensamente.

MANOEL CORRÊA DO LAGO

Economista, musicólogo, historiador, cientista social
Doutor em Musicologia pela UNIRIO

*Apresentação a *Música Secreta. Minha viagem ao Brasil 1816-1821*

Texto de Rosana Lanzelotte, *Arte Ensaio*, 2009, p. 9-13



O Porto de Brest. Louis-Nicolas Van Blarenberghe, c.1780

O ADEUS E A PARTIDA PARA O BRASIL**

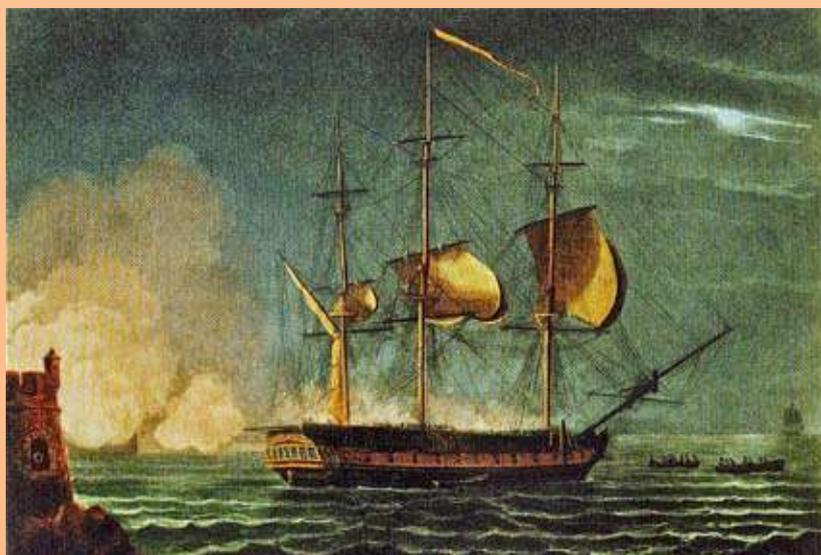
Com os ferros finalmente içados, a fragata L’Hermione de Sua Majestade Cristianíssima o Rei Luís XVIII enfunou suas velas, deixando o porto militar de Brest, na Bretanha, para dirigir-se, pela rota que o célebre Jean Cousin havia aberto, ao Rio de Janeiro. Era o dia 2 de abril no ano da graça do Senhor de 1816. Assaltaram-me ansiedade e excitação enquanto pensava no que encontraria do outro lado do Atlântico ...

Depois de deixar Salzburgo, onde nasci, e a civilizada Viena, viajei por numerosas cidades – quatro anos na magnífica Corte de São Petersburgo, seguida por estadas em Estocolmo, Berlim, Dresden, Leipzig, Munique, Basileia. Em 1809 acabei, finalmente, por radicar-me em

Paris, onde ocupei o posto de pianista do poderoso Príncipe de Talleyrand. Pensar que, seis anos depois, embarcava num périplo que me levaria através do Mar Oceano, pela primeira vez, para longe do continente europeu!

Foi com uma peça em forma de fantasia que me despedi de meus amigos – o “Adeus” –, escrita durante os últimos dias passados em Saint-Malo, frente à estátua do corsário Duguay Trouin – um herói para os franceses –, que, cem anos atrás, se fizera ao mar para sequestrar e saquear a cidade do Rio de Janeiro. Iniciei a obra na tonalidade de mi menor, melodia descendente, hesitante, como a interrogação que me perpassa o íntimo. Desenhei com harmonias dissonantes os percalços que, imagino, vão nos atingir durante a travessia oceânica. Mas fui terminá-la em mi maior, otimista, com o desenho melódico ascendente, como o futuro imaginado para o continente que vou conhecer.

Os planos para a viagem datam de algum tempo ... Após a perda de meus queridos pais, a morte acabou por arrancar-me também a afetuosa e amada irmã Elisa. Sentia a necessidade premente de afastar-me por algum tempo do cotidiano, para revigorar-me e fortificar-me com experiências novas e estrangeiras. Fui atraído pelo sublime e exótico encanto do novo mundo do sul e pela promessa de uma vida que se oferecia tão distinta para um europeu, como a do Rio de Janeiro, com a sua esplendorosa Corte.



Fragata L’Hermione. T. Sutherland, c.1800, col. part., Londres

**Fragmento de *Música Secreta*, p. 21-22

Thomas Ender, o jovem pintor da Missão Austríaca (1817-1818)

RAUL MENDES SILVA

Thomas Ender (1793-1875) chegou ao Rio de Janeiro a bordo do *Áustria*, no dia 14 de julho de 1817, como integrante da comitiva que acompanhava a Arquiduquesa Leopoldina, filha do imperador austríaco Francisco I. O casamento era muito conveniente para o Brasil e selava a aliança com uma corte poderosa. Além de Thomas vieram dois pintores, Johann Buchberger e Franz Fröhbeck, e alguns cientistas, entre os quais Von Martius e Spix. Fröhbeck fizera a viagem a bordo da Fragata D. João VI, que estava transportando Dona Leopoldina. São de sua autoria doze guaches e um pequeno ál-



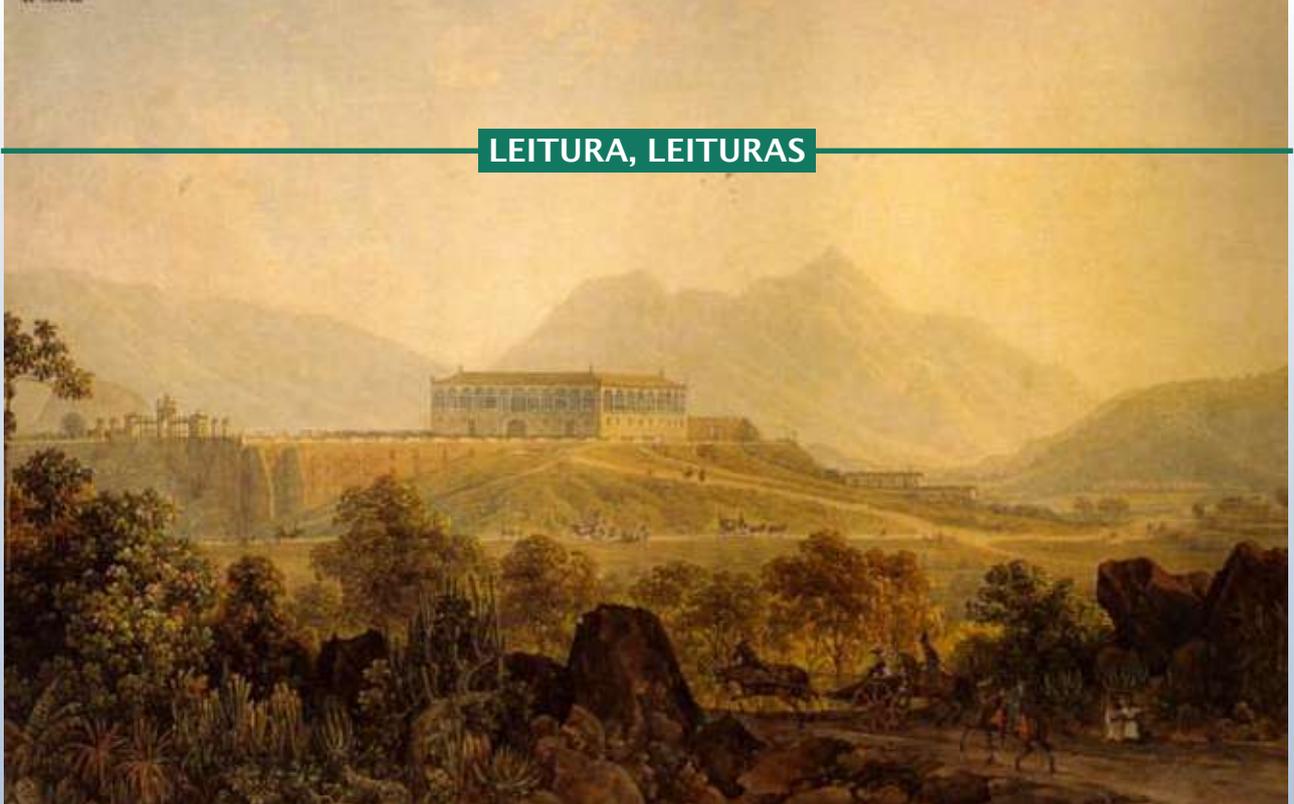
Thomas Ender por Friedrich von Amerling, 1831, Viena

bum de vinte e dois desenhos, retratando a vida a bordo, paisagens da costa brasileira e logradouros do Rio de Janeiro. Têm pouco valor artístico, mas algum interesse documental.

Durante seu período como colônia, o Brasil permaneceu separado do resto do mundo por uma cortina de silêncio, imposta por Portugal por motivos estratégicos, para ocultar as riquezas locais. Mas, tão logo os portos brasileiros foram abertos a outras nações, numerosos viajantes passaram a visitar o país, principalmente por interesses comerciais, mas também por curiosidade e espírito de aventura.



Viagem para o Rio de Janeiro, a bordo da fragata *Áustria*, vendo-se entre outros Spix e Martius. Thomas Ender, 1817. Acervo da Biblioteca Nacional



Paço Real da Quinta da Boa Vista, Thomas Ender, Rio de Janeiro

Naquela data, o vienense Ender tinha 23 anos. Fora um artista precoce, conseguindo se matricular na Academia de Belas Artes de Viena aos 12. De origem pobre, pôde seguir a carreira de pintor porque à noite tocava violino num café à beira do rio Reno, local elegante da capital austríaca. Meses antes da viagem recebeu o primeiro prêmio de Pintura de Paisagem, atribuído anualmente pela Academia de Belas Artes daquela capital, o que lhe proporcionou a estima de Metternich que era, então, o líder do Império e um dos homens mais poderosos da Europa.

Ender executou no Brasil mais de mil desenhos e aquarelas conhecidos, todos de elevada qualidade

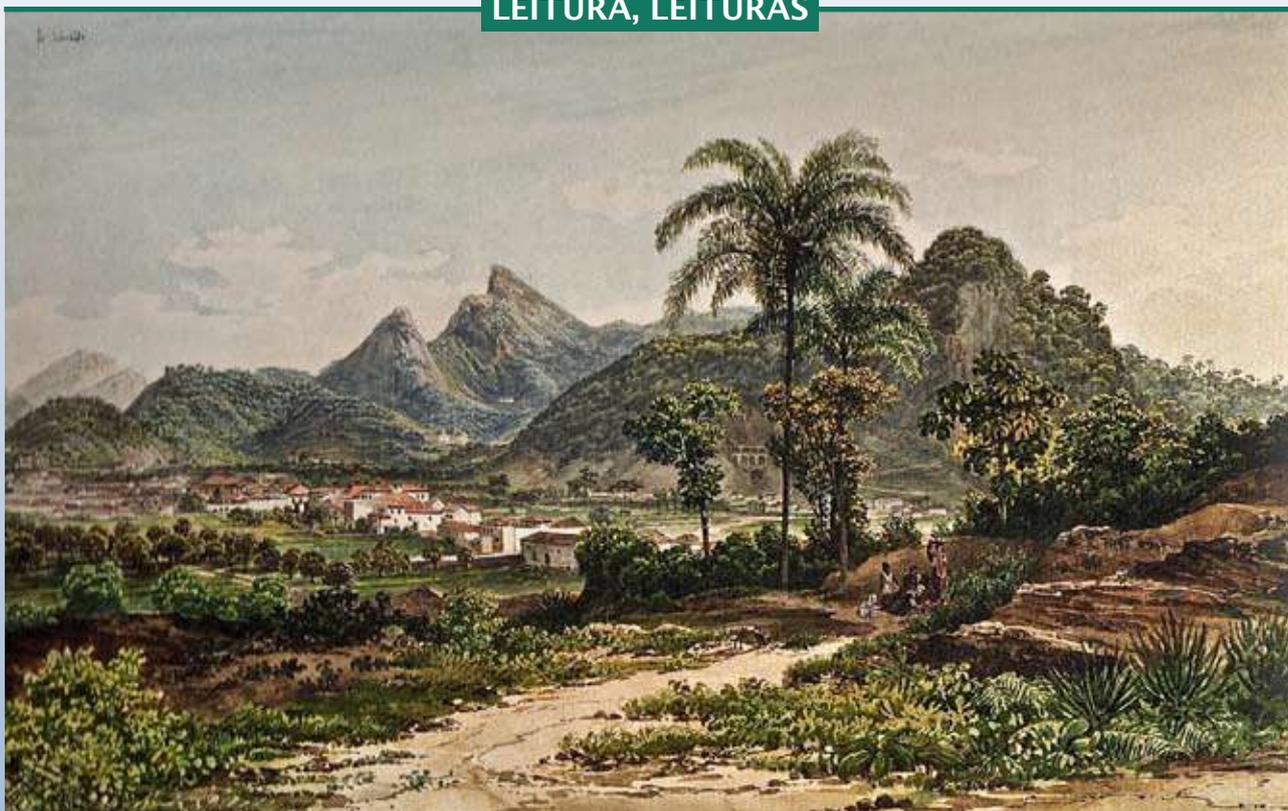
técnica e artística. Cerca de oitocentos trabalhos desta série estão conservados em Viena, fato que só foi conhecido no Brasil nos anos cinquenta do séc. 20. Obras de extrema sensibilidade, documentam visitas de Ender, Spix e Martius ao Rio de Janeiro e arredores, ao Vale do Paraíba, à região de São Paulo, além de uma incursão pelo interior, até Minas Gerais.

A obra brasileira de Thomas ensejou diversas abordagens, sendo a mais abrangente *Viagens ao Brasil nas Aquarelas de Thomas Ender*, em 3 volumes, publicada em 2001, com centenas de reproduções e textos de Júlio Bandeira e Robert Wagner (curador do Departamento de Gravura da Academia de Belas Artes de Viena).



da 201. 381. Negros in Rua Direita/ Rua D. Reita!

Negros na Rua Direita, Thomas Ender, Rio de Janeiro



Vista do Catete no Rio de Janeiro, ao fundo o Corcovado, Ender, 1817. Academia de Belas Artes, Viena

A missão pessoal de Ender era documentar, o mais possível, o novo país que visitava. Infelizmente para nós, o artista adoeceu e teve que regressar à Europa, no dia 1º de junho de 1818. Da sua passagem pelo Brasil, em dez meses e meio, conhecemos quase novecentos desenhos e aquarelas, o que é uma cifra impressionante, mesmo para um jovem artista. Na sua condição de viajante, em condições precárias, seria difícil executar pinturas a óleo, que exigiam mais tempo e demoravam umas três semanas para secar. Os recursos simples da aquarela e sua secagem imediata, além dos lápis e um bloco de papel, eram a solução ideal para os artistas viajantes.

As descobertas que levariam ao domínio da fotografia ainda iriam demorar mais uns vinte anos. Os olhos de um artista eram, na época, a única maneira de fixar as imagens de pessoas e lugares. Desenhar e pintar sem descanso tornou-se uma obsessão para o jovem Thomas, que não queria desiludir seus protetores, quando regressasse à terra natal. Curiosamente, ao contrário do francês Jean Baptiste Debret, não documentou os suplícios impostos aos servos e desfavorecidos, nem se preocupou em reproduzir a extrema pobreza. Não esqueçamos que o artista francês era um homem maduro e sofrido, e o vienense um jovem de olhos no futuro.

As obras de Ender no Brasil mostram belas paisagens e os costumes exóticos, mas passam ao largo das crueldades da escravidão. Não esqueceu de reproduzir o local onde vivia a corte e pintou o Palácio de São Cristóvão, talvez para tranquilizar a família do Imperador Francisco I, quanto ao futuro

lar da filha. É oportuno lembrar que a Europa artística vivia um clima de romantismo, movimento que valorizava a pintura de paisagens, o que não acontecia com seu antecessor, o neoclassicismo. Ender veio com alma de romântico e ficou encantado com os amplos espaços e florestas, que documentou minuciosamente, embora em aquarelas espontâneas e de muita qualidade. Mas surpreendeu-se, igualmente, com o festival de etnias que o Rio de Janeiro lhe ofereceu, com seus tipos humanos de brancos abastados, brancos pobres e negros desprotegidos, estes em seus afazeres de operários, vendedores e pequenos comerciantes. Utilizando jogos de luzes e sombras, mostrou aglomerações em torno de edificações públicas, como em “Chafariz do Terreiro do Paço”.

Quando voltou à Europa, Ender trabalhou na Itália (1819-22) com a proteção de Metternich, para o qual executou 12 paisagens da Viena imperial, seguindo depois para uma permanência de alguns meses em Paris. De novo na pátria, seu prestígio estava firmado, sendo nomeado artista particular do irmão de Francisco I, o Arquiduque Johann. Foi encarregado de pintar, em aquarelas, centenas de paisagens austríacas. Quando faleceu, com 82 anos, era professor da Academia de Belas Artes de Viena e desfrutava de conforto e riqueza.

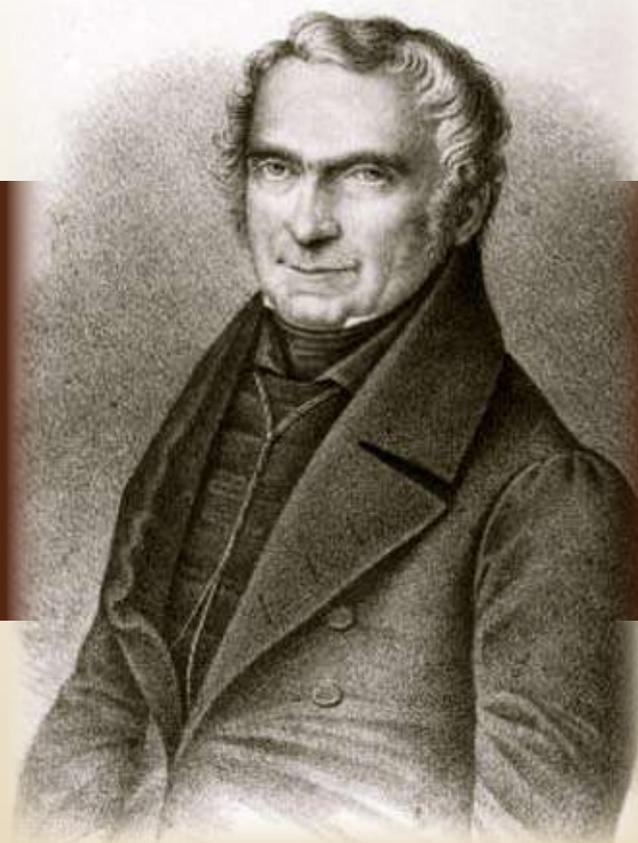
RAUL MENDES SILVA

Ensaísta

Coordenador de diversas enciclopédias temáticas sobre cultura brasileira

O INSUPERÁVEL JOHANN NATTERER

FERNANDO C. STRAUBE



Johann Baptist Natterer

Ele não foi apenas mais um dentre tantos naturalistas sedentos por conhecimento que se aproveitaram da ocasião única (e tão aguardada) da Abertura dos Portos. Foi simplesmente o melhor! E se destacou não pelo impulso voraz em busca de prioridades científicas, algo que – decididamente – não consta em sua biografia. Nas palavras de Emil A. Goeldi:

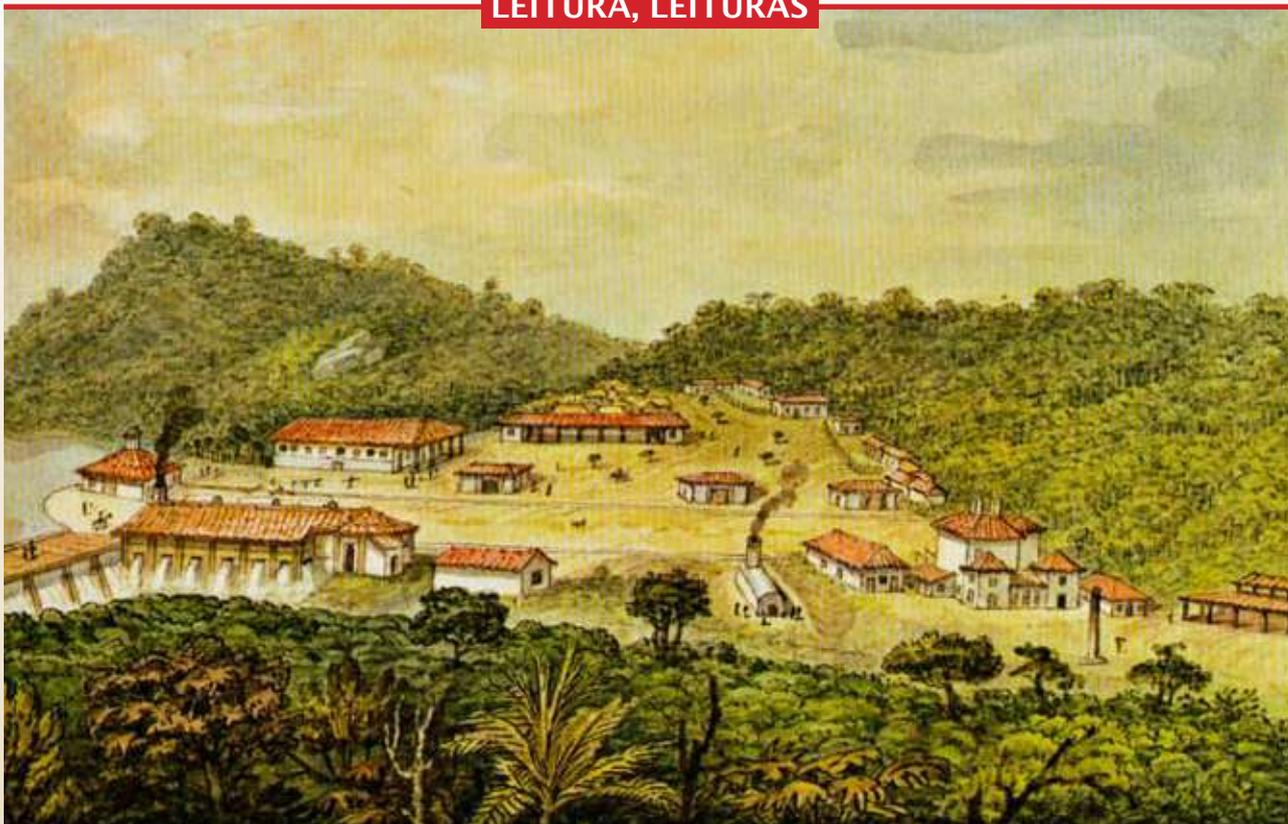
Dá-se com Natterer o mesmo que com o arquiteto que morre, deixando de um grande e complicado edifício apenas prontos os alicerces: quantos terão os conhecimentos profissionais e o poder mental para adivinhar o plano geral do seu todo e nos seus pormenores?

Johann Baptist von Natterer, o naturalista-maior do Brasil, nasceu a 9 de novembro de 1787 em Laxenburg, pequena cidade nos arredores de Viena. Filho do falcoeiro imperial Joseph Natterer *senior* (1754-1823), tornou-se hábil colecionador, preparador e desenhista, protegido do imperador Francisco I da Áustria. Por essa influência, somada à experiência adquirida em excursões científicas pela Europa, foi nomeado, em 1816, assistente da Coleção Zoológica Imperial, função que o destacou junto à comunidade científica e política local.

Em 1817 chega ao Brasil para cumprir dezoito anos de trabalho de colecionamento e observações biológicas e etnográficas em enorme extensão do território nacional, incluindo vastas áreas da Amazônia e grande parte do Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Ao desembarcar da fragata *Augusta*, no Rio de Janeiro, Natterer contava com 29 anos e grande experiência como caçador, preparador, desenhista e linguista. Além dele, chegaram outros dois grupos, selecionados pelo Príncipe Metternich. A ordem era: observar e colher tudo o que fosse possível sobre a colônia portuguesa, destinando coleções – as mais completas possíveis – para o Museu Imperial de Viena. Havia outro encargo: acompanhar a esquadra que trazia a arquiduquesa Leopoldina, já casada com D. Pedro, em sua vinda para o Brasil. Foi assim que também vieram os naturalistas alemães Johann Baptist von Spix, Karl Friedrich Phillip von Martius, o italiano Giuseppe Raddi e o tcheco Johann Christian Mikan, com auxiliares, caçadores, pintores e curadores de coleções.

Perfeccionista, Natterer logo mostra a que veio, atormentado com os atrasos ocorridos por desacertos entre os participantes, pela disputa do comando e os próprios objetivos da expedição. Toma a decisão de trabalhar sozinho, aceitando – sem total acordo – ser acompanhado pelo caçador Dominick Sochor, em condições não muito amistosas.



A fábrica de ferro de São João de Ipanema, a três léguas de Sorocaba/SP. Debret, 1827. Coleção particular

Rumo ao sul, percorreu o litoral fluminense e, dali, ao leste de São Paulo pelo Vale do Paraíba até a fábrica de ferro São João de Ipanema, próxima a Sorocaba. Seguindo viagem, entrou no leste do Paraná até Paranaguá, de onde retornou ao Rio de Janeiro. Depois rumou ao litoral norte paulista, chegando em Santos e voltando a Ipanema, partindo então para o Brasil Central (Cuiabá). Atravessou os rios Grande e Parnaíba, no Triângulo Mineiro, atingiu Goiás e Mato Grosso. Do alto Guaporé margeou a fronteira da Bolívia, passando por Rondônia, desceu o Rio Madeira até o Amazonas. Então subiu o Rio Negro a partir da foz, atingindo o extremo noroeste brasileiro e, em seguida, o estado de Roraima, pelo Rio Branco. Pretendia atravessar os estados de Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, mas desistiu temendo os revoltosos da Cabanagem. Após ter parte de seu material pilhado e depredado, retornou à Europa, partindo de Belém em 15 de setembro de 1835, em uma corveta inglesa.

Excelente revisão de seu itinerário foi publicada em 1993 por Paulo E. Vanzolini, que dividiu a expedição em dez viagens. Durante dezoito anos de dedicação e o percurso de milhares de quilômetros, são muitos os aspectos que merecem destaque. Um deles diz respeito ao incomparável potencial de trabalho de campo de Natterer e sua disposição em cumprir os objetivos de coleta, preparação e ilustração de tudo o que podia, por onde passava.

Vencendo as dificuldades de transporte, entraves políticos e logísticos e exposição a doenças, ele esteve muito próximo da morte, não é exagerado afirmar

que empreendeu o possível – e o inimaginável – para concluí-la com êxito. Isso é claramente notado pelo fato de, já em maio de 1821, os únicos integrantes do grupo original serem ele e Sochor que, totalmente debilitado por doença tropical, morreria sete meses depois, em Vila Bela no Mato Grosso.

Sobre o penoso caminho entre Ipanema/SP e Cuiabá/MT, Ezekiel Ramirez relata as enormes dificuldades e sua determinação em outubro de 1822:

Natterer então desapareceu dentro da infinita e insondável selvageria do país quase despovoado. As notícias a seu respeito foram-se tornando cada vez mais fracas. Os despachos alcançavam-no tardiamente, ou não o alcançavam. A doença do clima mortal dominou-o. Chegou mesmo a perder o seu único companheiro e parecia que a floresta ia encerrá-lo para sempre. Mas ele fazia coleções, caçava, preparava peças, empacotava-as; apesar de ter estado muitas vezes doente e quase morto, nem um só momento pensou em desistir. É difícil imaginar-se hoje em dia o que tal expedição enfrentou naquele tempo, e quanto de energia e sacrifício exigiu dos exploradores. Natterer só apareceu de novo, em Goiás, em agosto de 1823.

Natterer nunca demonstrou sequer ter pensado em desistir. Hoje sabe-se que recebera, durante a viagem, ordens do imperador para que retornasse ao seu país. Declinou de todas, arriscando cargo e prestígio político para terminar seu trabalho com o máximo de proveito.

Frente a tamanho esforço, o legado documental da expedição ganhou grande destaque – muito inferior ao merecido – àqueles dos naturalistas que estiveram no Brasil, em todos os tempos. Isso pela quantidade e qualidade do material colecionado. Não podemos esquecer os inúmeros elogios, por suas anotações descritivas, profundas e minuciosas, esboçadas em numerosos diários de campo, e o primor com que preparava os espécimes e as criteriosas anotações em cada rótulo, característica incomum à época.

Natterer se destacou também pelo encontro e captura de raridades desconhecidas ou pouquíssimamente estudadas. Não por serem apenas espécies incomuns, mas pelo fato de que o naturalista primava por ser o mais completo possível: agia nas horas e locais certos. Nenhum outro viajante conseguiu o que ele, praticamente sozinho, fez. “A extensão e a diversidade do material coletado faz dele o mais importante pesquisador estrangeiro de campo neste país”, afirmou Dante Martins Teixeira, professor do Museu Nacional da UFRJ.

Algo curioso de sua estada no Brasil: casou-se em Barcelos, no Rio Negro, com a brasileira Maria do Rego e com ela teve três filhos. A esposa e duas crianças morreram pouco tempo depois na Europa, pela mudança de clima. Restou-lhe a filha mais velha, Gertrudes (muitas vezes lembrada nos diários), nascida perto da foz do Rio Negro, que se casou com Julius Schröckinger Ritter von Neuenberg.

Em 9 de novembro de 1835 chegou a Londres, ali permanecendo por todo o inverno para recupe-

rar a saúde profundamente debilitada pelas doenças que contraíra. Ao retornar, Natterer doou todo o seu material ao Gabinete de História Natural (*K.K. Naturhistorienkabinet*), que o acolheu por tantos anos e que se transformou no atual *Naturhistorisches Museum*, uma das mais conceituadas instituições de pesquisa da Europa. Depois, entre 1838 e 40, ainda realizou viagens ao norte da Alemanha, Dinamarca, Suécia, Rússia, sul da Alemanha, França, Inglaterra e Holanda. Ele pretendia escrever obra crítica sobre a Ornitologia mundial, mas uma congestão pulmonar matou-o em 17 de junho de 1843.

Para a Ornitologia, ciência na qual é muito celebrado, trouxe informações ignoradas ou desconhecidas. A envergadura de sua obra, pelos espécimes colecionados, enriqueceu-se graças às anotações de campo sobre cada espécime, nas quais relatava cuidadosamente características de coloração de bicos e pernas (que desaparecem em amostras de museu), de anatomia e mesmo de comportamento.

É lamentável que a maior parte de seus manuscritos (e algumas coleções zoológicas), tenha se perdido em grande incêndio em outubro de 1848, durante os episódios do *Hofburg fire* que, nesta ocasião, atingiu grande parte da biblioteca imperial. Neste sinistro perdeu-se um dos maiores e mais importantes bancos de dados sobre a fauna do neotrópico, notadamente brasileiras.

Natterer pertenceu a uma época incandescente sob o ponto de vista da História Natural do Brasil. Embora sua expedição tenha se sobressaído sobre suas con-



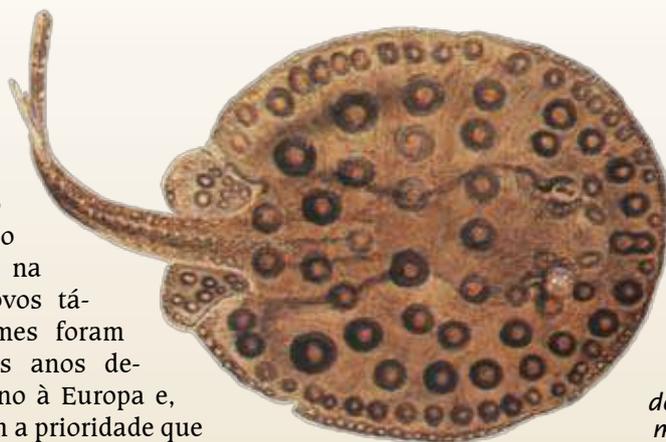
Do trabalho caprichoso de Natterer: o gavião-real (*Harpia harpyja*) à esquerda e, à direita, psitacídeos (*Ara macao*, *Ara chloropterus* e *Ara militaris*). Museu de História Natural de Viena: <http://www.nhm-wien.ac.at>

temporâneas quanto ao período em campo e ao zeloso trabalho de preparação dos exemplares, o tempo foi crucial na descrição dos novos táxons. Os espécimes foram estudados muitos anos depois de seu retorno à Europa e, por isso, perderam a prioridade que mereciam.

Mas não foi apenas à Ornitologia que o naturalista austríaco contribuiu decisiva e pioneiramente. Resenhas sobre outras áreas, especialmente da Zoologia, têm-no sempre lembrado, como prova de seus interesses multifacetários e produtividade nos trabalhos de campo. Afinal, ele também examinava o interior anatômico dos organismos e suas vísceras, colhendo parasitas. Enorme quantidade de material, somando quase 2 mil frascos de helmintos, por exemplo, serviu a renomados estudiosos do mundo.

Os mamíferos, somando 781 exemplares (quase metade das espécies conhecidas do Brasil), foram estudados por Johann Andreas Wagner e, posteriormente, por Pelzeln. Sobre o acervo, diz Philip Herzkovitz: “Seu acervo representou mais espécies e incluiu mais gêneros do que foram reunidos no Brasil por quem quer que seja nesse século, ou em qualquer outro período”.

Dos peixes, Jacob Heckel publicou artigo sobre as espécies de água doce, analisando parte do material da expedição, e descrevendo 49 tidas como novas; os demais peixes, répteis e anfíbios, foram estudados por diversos autores, especialmente Rudolf Kner e Franz Steindachner.



Arraia-grande, em desenho de Natterer

Por fim, é Nelson Papavero o mais preciso ao narrar o legado documental colhido pelo naturalista, que resume a respeitável e diversificada coleção por ele formada:

A coleção de Natterer, reunida durante 18 anos de árduos esforços no Brasil, foi depositada no Museu de Viena, e composta por: 430 amostras de minerais; 1.729 frascos de helmintos; 1.024 espécimes de moluscos; 409 espécimes de crustáceos; 32.825 espécimes de insetos; 1.671 espécimes de peixes, 1.678 espécies de répteis e anfíbios; 12.293 espécimes de aves (representando 1.200 espécies!); 125 tipos diferentes de ovos, 192 crânios, 42 preparações anatômicas; 242 amostras de sementes; 147 amostras de madeiras; 216 moedas; 1.492 objetos etnográficos (enfeites, utensílios, armas, etc. e 60 glossários de diferentes tribos que visitou durante suas viagens). Um cálculo simples mostra que ele deve ter preparado, em média, duas peles de aves por dia, durante todos os dias durante seus 18 anos no Brasil, não contando domingos e feriados, dias empregados em viagem, etc.

Natterer foi lembrado na denominação científica de muitos organismos brasileiros (geralmente sob a forma “nattereri”), como justa homenagem ao descobridor. São pelo menos dezoito aves (dentre elas o caminheiro *Anthus nattereri*), seis répteis, seis peixes (inclusive a piranha *Serrasalmus nattereri*), quatro mamíferos e vários outros representantes de insetos, miriápodos e vermes parasitas que imortalizam sua obra.

FERNANDO C. STRAUBE

Ornitólogo

Membro do Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos - CBRO
Hori Consultoria Ambiental: <http://www.hori.bio.br>

Foto: Kassius Santos



Caminheiro-grande (*Anthus nattereri*) em campo nativo no município de Carrancas

Foto: Luc Viatour/ www.Lucnix.be



Serrasalmus nattereri (ou *Pygocentrus nattereri*), no aquário-Museu de Liège, Bélgica

O NATURALISTA TSCHUDI E A IMIGRAÇÃO SUÍÇA

FERNANDO C. STRAUBE E JOSÉ FERNANDO PACHECO

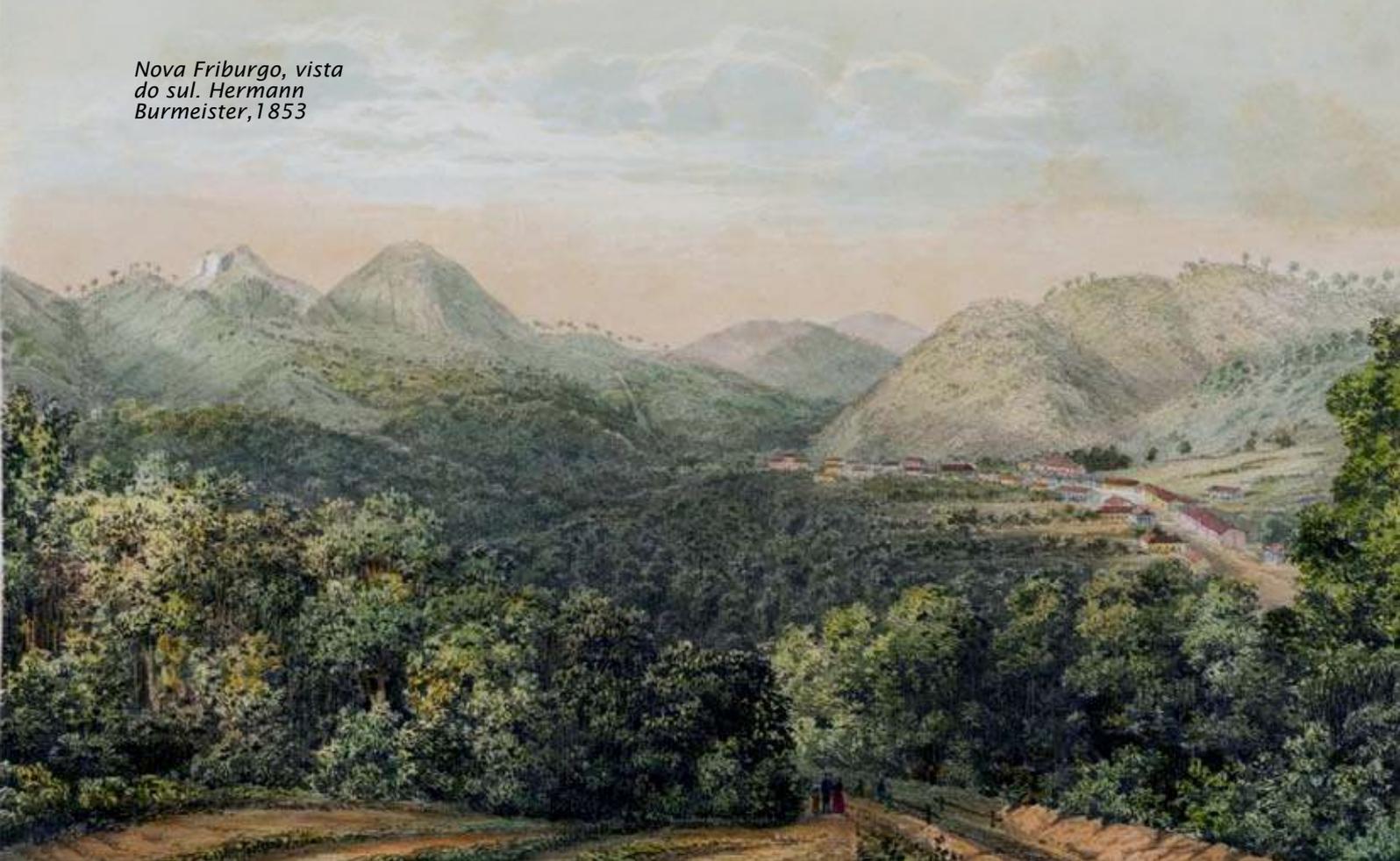
Passada a febre do “Redescobrimto” do Brasil, fruto da Abertura dos Portos e dos tantos emissários naturalistas que aqui aportaram, as atenções voltavam-se ao “início do fim” da escravidão, oficializada em 1888, mas idealizada e até praticada décadas antes. Se não se usaria mais escravos, fazia-se necessária uma estratégia que compensasse a escassez de mão de obra que, não sendo gratuita, fosse pouco onerosa. Essa é a costumeira forma para explicar o grande fluxo de imigrantes europeus ao Brasil, após a Guerra do Paraguai.

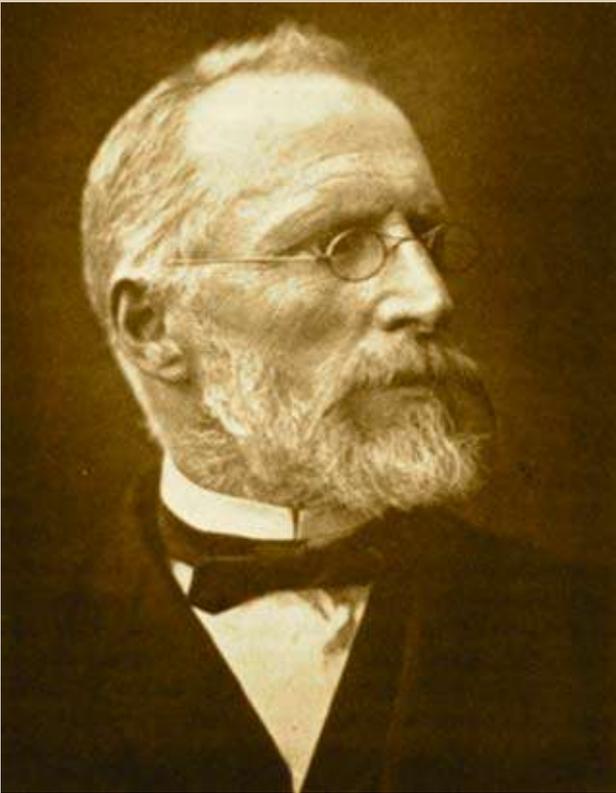
Assim, entre 1819 e 1820, chegam os primeiros colonos suíços ao país, o segundo efetivo migratório europeu, depois do português. Oriundos do cantão de Freiburg, vieram com a missão – definida por D. João – de habitar e europeizar as áreas

serranas fluminenses, particularmente a Província de Cantagalo (especialmente terras da atual Nova Friburgo, RJ). Chegavam bastante animados e dispostos a recomeçar a vida em terras tropicais, repletas de vida e de oportunidades, ludibriados pelo já célebre estímulo enganoso habilidosamente preparado pelas companhias de imigração.

Mas, ao chegarem aqui, encontraram uma realidade totalmente diferente das promessas oficiais. Desembarcavam em terra inóspita, deslumbrante sob o ponto de vista da natureza, mas difícil de ser habitada pela completa falta de recursos, infraestrutura e pela constante ameaça de doenças, por eles desconhecidas. Além disso, os anfitriões lhes destinaram poucas terras e de péssima qualidade, pedregosas e de relevo montanhoso, quase in-

*Nova Friburgo, vista
do sul. Hermann
Burmeister, 1853*





Johann Jakob von Tschudi (1818-1889)

viáveis para a agricultura. Com isso, grassavam as doenças, a miséria e o descontentamento. Tentando suprir parte das necessidades básicas, os imigrantes passaram a prestar serviços a grandes latifundiários que, aproveitando-se da penúria dos recém-chegados, exploravam-nos a ponto de criar um novo tipo de escravidão.

Baseados em denúncias, os governos dos países de origem se apressaram em enviar emissários, muitas vezes intelectuais de envergadura, com o encargo (muitas vezes velado) de averiguar as condições oferecidas aos imigrantes. Dessa forma, o ambiente de que se dispunha para acolhê-los passou a ser cuidadosamente analisado nos anos que seguiram. Nomes como Robert Christian Avé-Lallemant, Thomas P. Bigg-Wither e Jozéf Siemiradzki fizeram parte desse rol, e muitos deles acabaram por produzir obra valiosa e importantíssima para a historiografia local.

Um dos que dedicaram parte de suas vidas a esse serviço foi Johann Jakob von Tschudi. Médico e naturalista nascido (25/7/1818) em Glarona, pequena comuna no Cantão de Glarus (oeste da Suíça, quase fronteira com a França), frequentou as universidades de Paris, Neuchâtel, Leiden, e mais tarde também Berlim e Würzburg. Ali manteve contato com grandes intelectuais europeus,

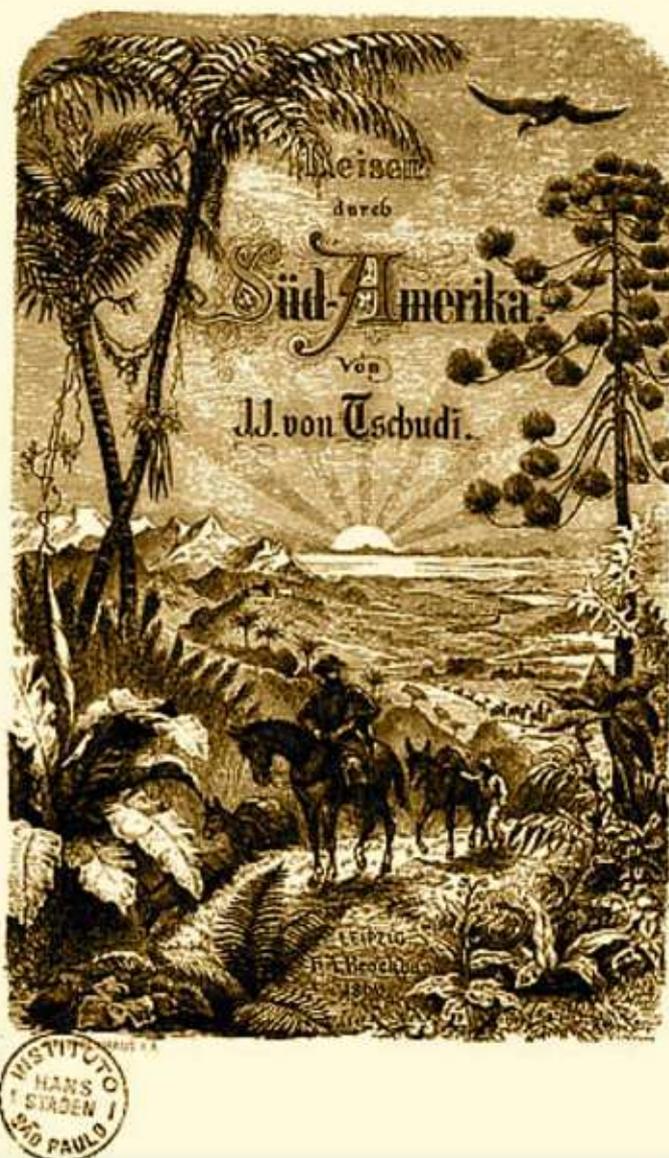
tornando-se discípulo de mestres como Alexander von Humboldt, Johann J. Hottinger, Lorenz Oken, Oswald Heer e Hermann Schlegel.

Em 1834 transfere-se para Neuchâtel (leste da Suíça, quase fronteira com a França), em companhia do também médico conterrâneo Jean Louis Rudolphe Agassiz que, além de geólogo, foi um dos fundadores da Ictiologia moderna, com Georges Cuvier e Achille Valenciennes. Além de diversas obras, inclusive a revisão dos peixes colecionados por Johann B. von Spix, Agassiz é celebrado mundialmente como um dos fundadores do *Museum of Comparative Zoology*, de Cambridge (EUA).

Tschudi ficou famoso por suas pesquisas e publicações sobre vertebrados (aves, répteis, anfíbios e principalmente peixes), descrevendo espécies, em especial da Amazônia peruana e com incursões na Paleontologia destes grupos. Precoce, publicou seu primeiro artigo, tratando das classificação dos anfíbios, com apenas 19 anos. Suas contribuições mais importantes para a Ornitologia são os trechos sobre aves do *Fauna Peruana (Untersuchungen über die Fauna Peruana)*, editados por Jean Louis Cabanis, 1845-6, baseados em partes dos manuscritos de Humboldt.

Tschudi fez três viagens à América do Sul, a primeira delas (1838-42) para a costa do Pacífico e região andina ocidental, do Cabo Horn até o Peru, publicada no livro *Peruanische Reiseskizzen während der Jahre 1838-42* (1846). Essa viagem, realizada pouco antes de completar 20 anos, foi inspirada na influência do pintor Johann Moritz Rugendas que lhe mostrou desenhos seus sobre ruínas e templos incas. Era um período marcado pelo grande interesse em arqueologia, linguística e as antigas culturas americanas.

Também publicou um dos primeiros estudos sobre a língua kichua em *Die Ketchuasprache* (1853) e três obras sobre suas viagens: *Reisen durch die Andes von Süd-Amerika* (1860), *Die brasilianische Provinz Minas-Geraes* (1863). A mais importante dentre todas foi *Reisen durch Süd-Amerika* (1866-9) que, segundo críticos, constitui-se na mais importante fonte sobre as condições sociais, econômicas e políticas do Brasil nos meados do séc. XIX, considerada também valioso documento para a Argentina, a Bolívia e o Peru. A crônica de viagem, em 5 volumes, que no Brasil (tratado em três desses volumes) recebeu o título de *Viagens pela América do Sul*, é descrição vívida das condições sociais e ambientais dos milhares de quilômetros percorridos por ele, do Sudeste e Sul até Uruguai,



Capa do *Viagens pela América do Sul (Reisen durch Süd-Amerika)*

Argentina, Bolívia e extensa região andina no Peru e Equador.

Uma de suas mais importantes descrições alude ao Estado do Paraná, em cujo fragmento há longa explanação sobre a erva-mate, sua importância econômica na região, nas então relações comerciais com o Chile e a Argentina, tratando até dos métodos de colheita e da maneira nativa de beber o chá.

Tschudi, que chegara à América do Sul quando Darwin retornava à Europa, foi tão incisivo em seus relatos sobre a exploração aos imigrantes suíços que, anos depois, este fluxo foi oficialmente suspenso.

Sobre seu legado como naturalista, pode-se dizer que não se contentou com a pura e simples

coleta de amostras. Afinal, ele era um naturalista incomum, não apenas por suas inclinações às diversas áreas do conhecimento mas, especialmente, por sua formação acadêmica: tinha interesse pela zoologia, mas se dedicava também à medicina, à antropologia, à arqueologia, à linguística, e à cultura dos povos visitados. Por isso, no prefácio do *Reisen...*, ressaltava a importância, para o naturalista estrangeiro, de se conhecer a língua local a fim de obter o máximo aproveitamento das informações que poderiam ser colhidas.

Depois da segunda visita ao Brasil, tendo granjeado confiança e respeito de pesquisadores e políticos da Europa, Tschudi foi designado (em 1860) Embaixador-Interino da Suíça no Brasil, a fim de resolver, no sudeste, problemas nos assentamentos de emigrantes “de língua germânica”. Seria sua terceira e última viagem à América do Sul, entre 1860-2 e, com base nela, Tschudi publicou *Die brasilianische Provinz Minas-Geraes*, em 1863. Segundo Edilberto Trevisan,

As memórias dessas viagens quando hoje percorridas, ante o desfecho dos acontecimentos posteriores e à luz de pesquisas históricas mais recentes, proporcionam uma visão extraordinariamente completa do processo imigratório no Século XIX, no Brasil. Para esse quadro convergem todas as partes interessadas: a política dos países de origem, os agenciadores de colonos, tipos apenas pouco mais polidos que os comerciantes de escravos, os contratos leoninos de parceria, a inadaptação dos colonos, estabelecidos em regiões inóspitas e inteiramente diversas de suas terras de procedência. Num segundo plano, também a condição miserável do escravo, sob um estamento aparentemente humanitário, mas cuja interrupção, já brilhando no horizonte, prometia desencadear as forças de um vulcão longamente adormecido.

É mister, pois, que se reconheça a contribuição de Tschudi à nossa história e se registre seu profundo senso ético como cientista, escritor e, sobretudo, como cidadão.

FERNANDO C. STRAUBE E JOSÉ FERNANDO PACHECO
Ornitólogos
Membros do Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos - CBRO

GUILHERME SCHÜCH

Ciência e tecnologia no Brasil Imperial*

SILVIA FERNANDA DE MENDONÇA FIGUEIRÔA

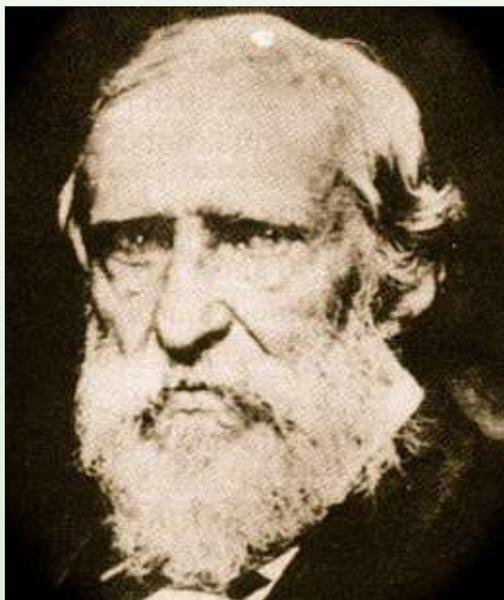
O engenheiro e naturalista Guilherme (Wilhelm) Schüch, Barão de Capanema (1824-1908), expoente da elite imperial, circulou por espaços científicos e técnicos, atuou na implementação de cultura técnico-científica no Brasil e no fortalecimento da engenharia, dos engenheiros e das ciências geológicas e naturais. Seu pai veio, em 1817, na comitiva da Imperatriz Leopoldina. Cabe, antes de conhecê-lo, situá-lo em seu tempo.

O séc. XIX notabilizou-se pelo progresso alicerçado na ciência e na tecnologia. Abandonando a matriz artesanal dos séculos precedentes, as técnicas se aproximaram das ciências, gerando a chamada *tecnologia*. Da arcaica forma de transmissão de conhecimentos dos mestres e artesãos, substituídos por cientistas e engenheiros, passou-se à educação universitária, à organização profissional e a uma bibliografia acadêmica especializada. Nos sécs. XVIII e XIX se produzem as condições que a eles conferiram formação, carreira definida, título profissional e *status* social.

Os engenheiros, de início, atuavam militarmente, demarcando fronteiras, cartografando e construindo fortificações, mas no início do séc. XIX, sua participação em obras civis se destaca e cresce rumo à indústria. Tão vastas atribuições tiveram como denominador comum a produção de saberes, objetos técnicos, organização e controle do trabalho coletivo e escolas profissionais.

Ao incorporar, descobrir e desenvolver novos materiais, técnicas e equipamentos, alterar e/ou modernizar processos produtivos, a engenharia transformou radicalmente as paisagens urbanas, agrícolas e “selvagens”, desdobrando-se em especialidades, criando novos ramos, com formação própria e atuação específica.

Desde 1808, ampliaram-se os espaços institucionais para a formação de engenheiros, devido à



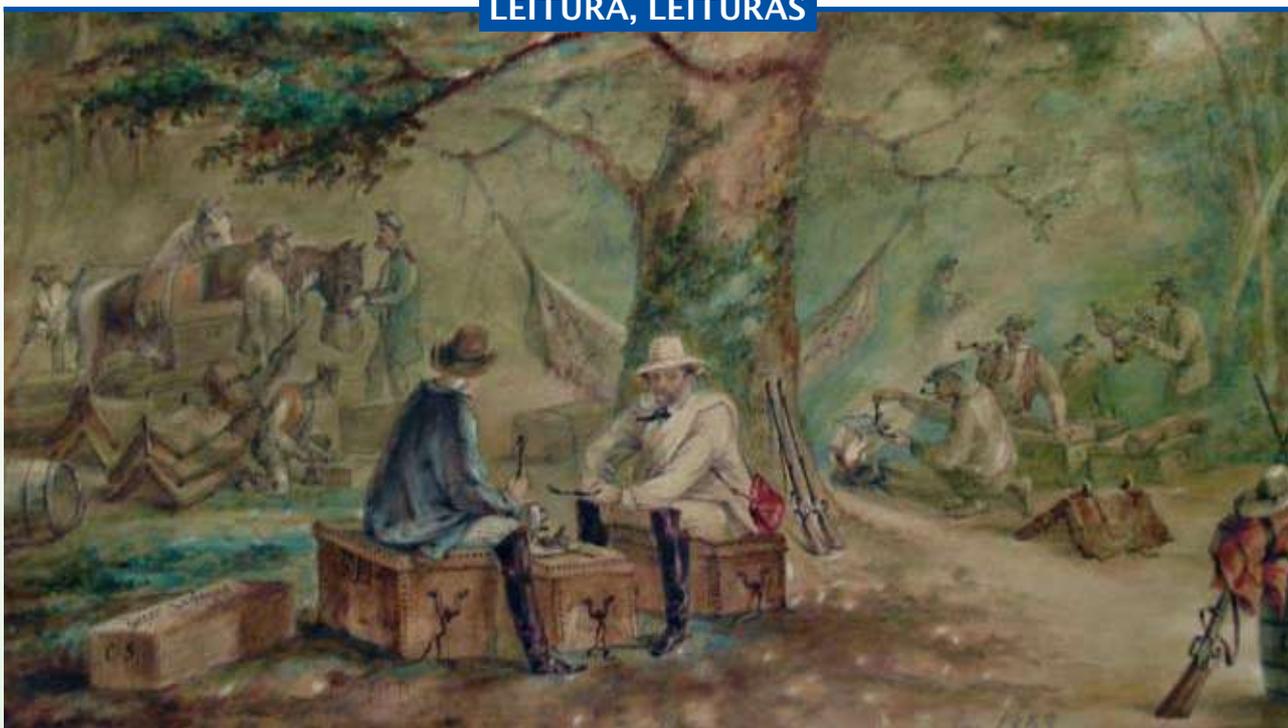
Guilherme Schüch

consciência de homens como o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que percebeu a defasagem portuguesa em relação à Revolução Industrial. Assim, criaram-se a Academia Real Militar (1810), transformada em Escola Militar (1839) e, no ramo da engenharia civil, a Central (1855), tornada Escola Politécnica do RJ (1874). Em 1875, surge a Escola de Minas de Ouro Preto, voltada para a área da mineração, que se adequou às demandas, dentre outras que se seguiram.

Os engenheiros, em fins do séc. XIX, realizavam estudos e projetos e construíam edifícios, portos e estradas de ferro. No rastro da Politécnica e do surto de modernização pós-1870, os profissionais criaram associações profissionais e técnico-científicas, conquistando espaços pela competência.

No campo técnico-científico, ocorre a cisão entre “ciência pura” e “ciência aplicada”, antes inexistente, contrapondo bacharéis – de saber “ornamental” –, a engenheiros e militares – de saber “instrumental” –, pois transformavam o conhecimento científico em instrumento de ascensão social. Isto, no lastro do Positivismo, em meados do séc. XIX, o que se expandirá nas décadas seguintes. Na transição para o séc. XX ocorre a consolidação do Estado oligárquico, uma sociedade urbanizada e burguesa, as classes médias e as elites acreditando ter alcançado o “nível de civilização” dos países avançados. Os engenheiros brasileiros continuaram a legitimar suas posições, obtendo o reconhecimento social e político de suas aspirações, incluindo a regulamentação profissional, com a substituição dos critérios “políticos” por “técnicos” nas funções públicas.

Guilherme Schüch, que viveu entre a emergência da engenharia civil e da industrialização brasileira, se integra e participa desse contexto. Nasceu em Timbopeba/MG, filho do austríaco Roque (Rochus) Schüch,



Expedição da Comissão Científica, retratada por José dos Reis Carvalho, 1859. Museu D. João VI, EBA/UFRJ

bibliotecário e conservador do Gabinete de História Natural da Imperatriz Leopoldina.

Ele ingressou no Imperial Instituto Politécnico de Viena em 1841-42, com 17 anos, lá estudou como bolsista do Imperador Pedro II, com autorização para estudos de administração superior, pois era estrangeiro. A escolha da instituição deve-se inicialmente à ligação de Rochus Schüch com o imperador austríaco, mas há motivações adicionais. Fundado em 1815 por Francisco I, e dirigido por Johann Josef Prechtel (1778-1854), este enfatizou a formação em química nos 35 anos em que o dirigiu e assim o definiu: “o instituto politécnico se pretende um instituto técnico, um museu técnico e uma academia de ciências técnicas”. Os alunos escolhiam as disciplinas que cursariam, em duas linhas: a comercial e a técnica. O instituto não conferia diploma.

Capanema lá estudou 5 anos, não regressando nem com a morte do pai. Foi aprovado com boas notas, sobressaindo-se na mecânica e na exploração e

administração de minas, visando, talvez, administrar as minas da família e tornar-se empresário na área, e atuar como “engenheiro mecânico”. Em 1846-47 Capanema estudou na Academia de Minas de Freiberg (na região da Saxônia, parte da atual Alemanha) para completar a formação.

Retornando da Áustria, 1847-48, foi aprovado como professor na Escola Militar e obteve o título de Doutor em Ciências Físicas e Matemáticas. Não sendo militar, foi nomeado capitão honorário. Ensinava Física, era responsável pelo Gabinete de Instrumentos de Física, Matemática e Mineralogia, e escreveu o manual *As apostillas de mineralogia do Dr. Capanema*, em 1858. Lecionou até meados de 1870, quando ela se desdobrou em Escola Central.

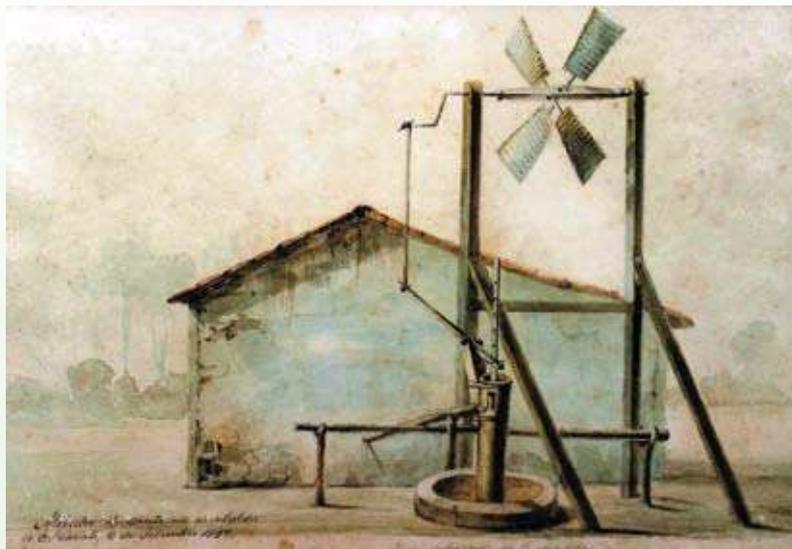
Manteve vasto interesse em Botânica, desde os estudos na Europa: colaborou na *Flora Brasiliensis* de von Martius, e apoiou o botânico brasileiro João Barbosa Rodrigues. Possuiu, ainda, um jardim botânico particular.

Passou a frequentar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, sendo membro dos mais ativos. O IHGB teve papel significativo na construção da memória nacional, contribuindo para o projeto imperial de formação da identidade nacional, desde a fundação, 1838. Capanema ativamente debatia, lançava ideias e publicava textos na Revista do Instituto. O grupo de Capanema, integrado por Manuel Ferreira Lagos, Manuel de Araújo Porto-Alegre (seu cunhado), Joaquim Manuel de Macedo, empenhou-se em realizar expedição científica brasileira, ideia lançada em 1843 e repetida em discursos e relatórios.

A expedição, financiada pelo Imperador, constituiu a Comissão Científica de Exploração das Províncias do Norte (*Comissão do Ceará ou das Borboletas*), Lei n.º 884 de 01/10/1856. As Seções colaboravam



Fragmento do livro “Estudos botânicos e descrições de plantas brasileiras”, de Francisco Freire Alemão. sec. XIX.



Moinho de vento nos arrebaldes do Aracati. José dos Reis Carvalho, 1859. Museu Histórico Nacional

entre si: a Botânica, chefiada por Francisco Freire Alemão; a Geológica e Mineralógica, Guilherme Schüch de Capanema; a Zoológica, Manoel Ferreira Lagos; a Astronômica e Geográfica, Giacomo Raja Gabaglia e a Etnográfica, pelo poeta Antônio Gonçalves Dias. Além de valorização dos aspectos científicos *brasileiros*, propunha-se “aplicada”, focando pontos fundamentais à sua viabilização: descoberta de recurso natural “que em breve se tornasse dos mais lucrativos”, fornecimento de subsídios à ação governamental (vias de comunicação, catequese indígena, exploração mineral, etc.), e cunho nativista.

De 1859 a 1861 a Comissão percorreu o Ceará, partes do Maranhão e da Amazônia. Capanema escreveu as instruções de viagens de sua seção, o relatório da expedição e o artigo “As secas do Ceará”. Nas instruções, preocupava-se com os critérios de identificação e classificação mineral – bastante atualizados para a época, e uma área “forte” da tradição mineira dos países germânicos onde se formou: descoberta e avaliação da viabilidade econômica de jazidas de metais. A história da Comissão merece destaque, casando ciência e técnica, investigação e aplicação.

Capanema foi adjunto da Seção de Geologia e Mineralogia do Museu Nacional, 1849-76. Em 1850, identificou a presença de cádmio no Brasil. Foi também diretor da Repartição Geral dos Telégrafos.

A partir de 1860 novas tecnologias emergiram, requisitando engenheiros para diversas e novas funções, ao advento da II Revolução Industrial. O Instituto Politécnico Brasileiro foi fundado em 1862, no Rio de Janeiro. Em 1887, suas preocupações com as secas reapareceriam em debate neste Instituto, buscando soluções técnicas para o problema.

Guilherme ajudou ainda a criar as associações Palestra Científica e Sociedade Velosiana, onde naturalistas brasileiros criaram espaço institucional especializado, separando-se, mas sem romper com o IHGB

e outras associações. Os signatários dos estatutos da Sociedade Velosiana em boa parte pertenciam ao IHGB, à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional – SAIN, ao Museu Nacional e à Escola Militar.

As atividades da *Sociedade* traduziram ações práticas. Embora com dificuldades para publicar os trabalhos dos membros, as discussões e as mostras temáticas práticas se relacionavam à realidade local. Eles criavam questionamentos tendo o Brasil como objeto, em projeto de construção do nacional no campo científico. Esforço ilustrado, além da Comissão do Ceará e da Sociedade Velosiana, pela Exposição Nacional de 1861, proposta e organizada por membros da SAIN e do Instituto Agrícola, na qual “pela 1ª vez no país... uma nação inteira pode assistir ao inventário de sua

riqueza”. E pelos compêndios de ciências naturais de Silva Maia, adotados no Imperial Colégio de Pedro II, que destacavam a flora e a fauna brasileiras.

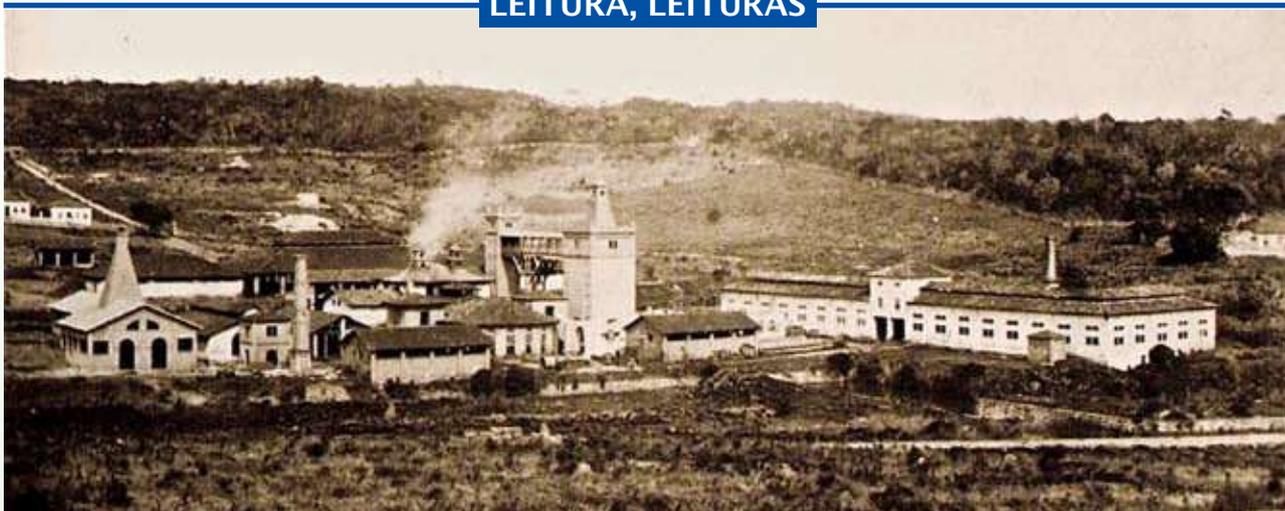
A atividade de Capanema na Seção de Mineralogia do Museu Nacional, de 1849-76, se complementava na Escola Militar, depois Central. Incentivou o ensino prático, estimulando a aquisição e a doação de amostras, e uniu-se aos esforços pela melhoria do acervo bibliográfico no início da Central. Para atualização das coleções, os professores elaboraram compêndios. Essas ações ajudaram a diminuir a abordagem excessivamente teórica ali adotada.

Nessas escolas Capanema realizou vitoriosas experiências tecnológicas. Em janeiro de 1851, dois meses antes de o governo contratar a iluminação a gás das ruas do Rio de Janeiro, utilizou gás de mamonha no Laboratório de Física da Escola Militar para este fim. No mesmo ano, com o coronel Polydoro Quintanilha Brandão, construiu um telégrafo elétrico na Escola Militar, enviando mensagem entre salas.

O Ministro da Justiça, que buscava urgentes melhorias na comunicação imperial, até para controlar o tráfico de escravos após a Lei Eusébio de Queiroz (de 1850), encarregou Capanema de construir linha telegráfica. Inaugurada em 11/5/1852, tinha 4,3 km, dos quais 3 eram subterrâneas. Na construção trabalharam escravos e presos da Casa de Detenção.

O telégrafo se limitava à Capital (atingiu Petrópolis em 1858), depois para o Sul, devido à Guerra do Paraguai. Capanema criou estação de manutenção e pequena fábrica de equipamentos em 1865, no Rio. As linhas telegráficas cresceram para o norte e o interior, em epeia que duraria até o século seguinte, com Rondon.

A ligação telegráfica entre cidades costeiras e a Europa foi feita, em 1873-74, por cabos submarinos ingleses. O físico inglês William Thomson – posteriormente Lord Kelvin – e seu colega Fleeming Jenkin lançaram cabos entre Recife e Belém.



A fábrica de ferro de São João de Ipanema, próxima a Sorocaba/SP, em 1884

Capanema inventou um isolador sem peças metálicas (patenteado no Reino Unido) para nosso telégrafo terrestre, pois intenso intemperismo, temperaturas elevadas e alta umidade prejudicavam a conservação dos isoladores, problema que ocupou técnicos e engenheiros de vários países por longo tempo.

Além do isolador, inventou e produziu o *Formicida Capanema*, comercializado até o séc. XX. No Arquivo do Museu Histórico Nacional, há cartas que reconhecem a qualidade e agradecem pelo envio do produto. Em Petrópolis (RJ), foi proprietário da Fábrica Orianda de papel, que empregava energia hidráulica de quedas d'água naturais.

O envolvimento de Capanema com mineração mateve-se até o final da vida, como atesta correspondência com Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa, engenheiro e futuro técnico do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil. Pela confiança e amizade pessoal com Pedro II, foi preceptor de Mineralogia das princesas. Mais de uma vez, o Imperador solicitou autorização para apresentar como suas ideias de Capanema. Ele participou de comissões importantes, em que aspectos técnicos não se dissociavam de questões políticas, como a Comissão Internacional do Metro.

Desde o séc. XVIII, quando se instituiu o sistema métrico decimal, a França se esforçou para que a unidade se tornasse padrão mundial. Mas só em meados do séc. XIX, após as primeiras Exposições Universais, às portas da II Revolução Industrial, condições propícias se apresentaram. A primeira tentativa, 1830, do deputado Cândido Batista de Oliveira (1801-65), foi rejeitada. Batista foi membro do IHGB, colega de Capanema na Escola Militar e co-fundador da Sociedade Palestra Científica.

O Brasil está entre os primeiros a adotar o sistema em 1862, e a usar o padrão do *Conservatoire des Arts et Métiers*. Mais de duas dezenas de países integraram, em 1870, a Comissão Internacional do Metro, e o Brasil se fez presente a partir de 1872 com Capanema. Ele redigiu a "Circular de remessa" dos padrões enviados às Províncias do Império, explicando as medidas e equivalências.

Ações para renovação técnico-administrativa no Exército na década de 1850 foram tomadas, sendo "um dos mais importantes eventos a criação de um novo Laboratório Pirotécnico, no Campinho, destinado à fabricação de foguetes de desenho moderno". Ali profissionais pesquisavam armas e instrumentos, para fazer "engenharia reversa", como Capanema, que fabricou cartuchos de espingardas Dreyse, segredo do exército da Prússia.

A inventividade e criatividade de Capanema foram empregadas durante a Guerra do Paraguai: o governo o enviou a Ipanema/SP, para avaliar as condições da fábrica, por necessitar de armas e munições. Ali construiu um pilar de alvenaria – com relógio de sol na parte superior e as coordenadas geográficas nas laterais – onde passa o Trópico de Capricórnio. Durante a guerra (1864-70), produziram-se munição e armas brancas para o exército e seus aliados.

Recuperar e reconstruir a trajetória de vida de profissionais como Capanema nos permite esclarecer pontos sobre a institucionalização das ciências e da tecnologia no Brasil, basilares para políticas de estímulo e investimento. É possível afirmar que Guilherme Schüch atuou de modo intenso nas mais diversas frentes no 2º Reinado – associações científicas e profissionais, comissões de levantamentos do território, pesquisa aplicada, formação de profissionais de engenharia –, constantemente orientado pela valorização do que se chamava à época "elemento nacional" marcado pela preocupação em criar uma cultura técnico-científica autóctone, encaixando-se de forma clara no perfil da "ilustração tardia" brasileira que se prolonga pelo Império. Diversamente do que nos foi transmitido pela historiografia pós-republicana, as ciências e a tecnologia estiveram presentes no Brasil desde a Colônia, assumindo as formas típicas e os limites de cada contexto.

SILVIA FERNANDA DE MENDONÇA FIGUEIRÔA

Professora Titular do Dep. de Geociências Aplicadas ao Ensino e Livre-docente em História das Ciências /UNICAMP
* Versão sintética do artigo publicado em: *Varia Historia*, vol. 21 n.º 34, Belo Horizonte, jul. 2005

Marianne Joset Salusse

uma empreendedora suíça na Nova Friburgo do séc. XIX*

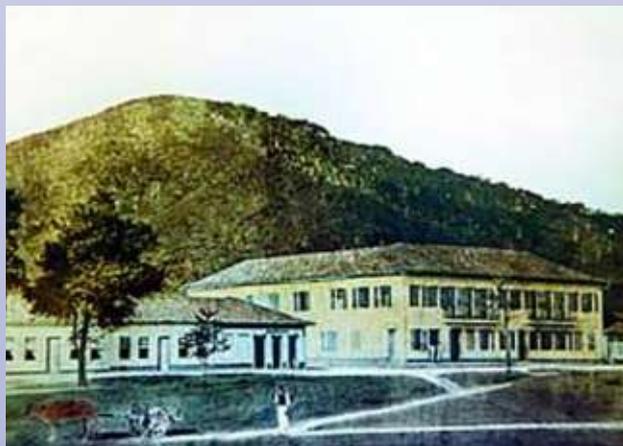
MARIETA DE MORAES FERREIRA

A memória coletiva brasileira e mesmo a produção historiográfica acerca do papel da transferência da corte portuguesa para o Brasil e do impacto desse evento no projeto de formação do Império do Brasil têm sido alvo, na sua grande maioria, de avaliações extremamente depreciativas e de pouca significação para o processo de constituição da nação brasileira.

Mais recentemente, novas contribuições historiográficas passaram a valorizar essa conjuntura histórica, mas, ainda assim, as políticas joaninas em terras brasileiras continuam recebendo atenção secundária. É exatamente neste caso que se inserem os estudos sobre as iniciativas migratórias concretizadas naquele período, mais especificamente, a colonização suíça em Nova Friburgo.

A despeito do crescimento dos estudos que tratam dessa temática, a visão dominante sobre a colônia suíça na fazenda do Morro Queimado foi que a iniciativa redundou em retumbante fracasso. A tese dominante é que o projeto de criação da colônia voltada para a produção de gêneros alimentícios e baseada no trabalho livre, que funcionasse como alternativa e solução para a substituição do trabalho escravo, não surtiu os resultados esperados, considerando as graves dificuldades que os colonos enfrentaram e a crise que afetou os primeiros anos do núcleo migratório.

Nosso propósito é ressaltar o papel que a colônia de Nova Friburgo exerceu como polo de conexão das recém-implantadas áreas cafeeiras em Cantagalo, e para o fato de que, a despeito das graves dificuldades enfrentadas pelas famílias suíças nos primeiros tempos, muitas alcançaram sucesso e conquistaram posições importantes nos quadros da nova região que se desenvolvia.



Hotel Salusse, 1870



Nova Friburgo, na década de 1930, gravura de J. Steinmann

A trajetória de Marianne Joset Salusse, se tornou símbolo da imigração suíça na cidade e caso exemplar da capacidade de empreendimento que alguns colonos demonstraram.

Em julho de 1819, Marianne Joset, então com 13 anos de idade, deixou uma pequena localidade suíça com menos de 500 habitantes, juntamente com seu pai, Joseph Joset, sua mãe, Marie Françoise Bandelier, e seu irmão Joseph, e iniciou uma longa jornada até o porto do Rio de Janeiro. A família Joset integrava um grupo de aproximadamente dois mil suíços que, naquele ano, premido pela crise econômica que assolava sua terra natal, decidiu tentar a vida em um país distante. O Brasil, que desde 1808 acolhera a Corte portuguesa em fuga diante da investida napoleônica, era então a sede do Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves. O objetivo do rei, D. João VI, ao financiar a vinda dos suíços, era criar perto da Corte uma colônia produtora de gêneros alimentícios. A imigração europeia financiada – algo até então inédito – seria experimento na utilização de mão de obra

livre numa época em que o tráfico negreiro já era questionado internacionalmente.

A saga de Marianne inicia-se com a perda da mãe e do irmão durante a viagem e a chegada acompanhada apenas pelo pai, a uma terra estranha. Além das dificuldades vividas no trajeto marítimo, também foram extremamente difíceis os primeiros anos na nascente colônia.

O casamento de Marianne Joset e Guillaume Salusse, oficial da marinha mercante francesa, recém-chegado ao Brasil, iria inaugurar uma nova fase na vida da jovem suíça. Além de construir uma grande família e deixar longa descendência, pois teve 8 filhos, Marianne deu início às suas atividades econômicas.

Na década de 1830, os negócios dos Salusse deslancharam. Em 1831, Guillaume pediu autorização à Câmara de Nova Friburgo para instalar uma casa de pasto e um bilhar.¹ Guillaume certamente possuía algum capital, e Marianne tinha grande disposição para o trabalho. Ambos perceberam que a expansão da cultura do café em Cantagalo, e a consequente intensificação da circulação de tropeiros e de mercadorias entre o interior e a Corte, faziam da vila de Nova Friburgo ponto de parada obrigatório. Restava-lhes aproveitar o mercado que ia surgindo. Em 1834, Marianne solicitou à Câmara licença para “continuar a vender, em sua casa de negócio, secos e molhados”. Com essa iniciativa, a jovem de 28 anos dava indícios de sua capacidade empreendedora, que iria aumentar nas décadas seguintes. Foram crescentes os investimentos do casal na compra de imóveis ao redor da praça principal da vila.

Em 1837, Marianne deu mais um passo na ampliação de suas atividades ao inaugurar hospedaria para os doentes que se dirigiam a Nova Friburgo em busca de um clima ameno e saudável, capaz de restaurar a saúde, especialmente daqueles que padeciam de tuberculose pulmonar. Surgia aí o núcleo inicial do que viria a ser mais tarde o Hotel Salusse.

A pequena e simples hospedaria para receber doentes, aos poucos foi crescendo, e na segunda metade do século tornou-se um dos mais importantes hotéis da cidade. Ao comentar a vocação de estação de veraneio de Nova Friburgo, Galdino do Valle Filho destaca o papel do Hotel Salusse. Diz ele:

Bem frequentado por uma elite social que se abalava do Rio de Janeiro aos primeiros calores do estio acossada pelo pavor da febre amarela, regurgitante de hóspedes que de toda a parte acorriam para as duchas de que, graças à iniciativa do Dr. Eboli, a cidade mantinha então o privilégio, o Hotel Salusse era então o clou social e o centro da season.²

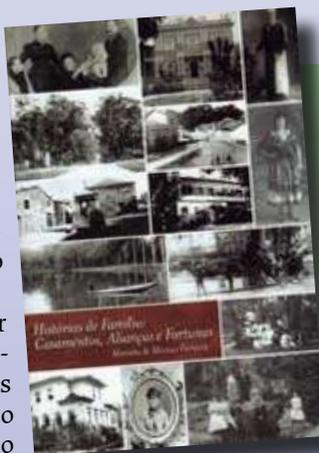


Marianne Joset Salusse, a filha Josephina, o neto Augusto, a bisneta Maria José e o trineto Alberto, 1892

Frequentado pelas elites de Nova Friburgo e da Corte, o salão do Hotel Salusse parece ter sido palco de grandes bailes nos meses de verão. Talvez o testemunho mais interessante seja o de Machado de Assis, que, em crônica de 1893, menciona suas “reminiscências culinárias” e “coreográficas” do hotel de Marianne, onde esteve em 1879, quando foi a Friburgo para descansar e cuidar da saúde abalada. Em tom nostálgico, escreve:

Oh! Bons e saudosos bailes do salão Salusse! Convivas desse tempo, onde ides vós? Uns morreram, outros casaram, outros envelheceram; e, no meio de tanta fuga, é provável que alguns fugissem. Falo de quatorze anos atrás. Resta ao menos este miserável escriba que, em vez de lá estar outra vez, no alto da serra, aqui fica a comer-lhe o tempo.³

Após a morte de Guillaume, em 1875, Marianne ainda viveu muitos anos, falecendo em 1900, aos 94 anos. Chamada por toda a família de *Grand Maman*, conviveu com netos e bisnetos e chegou a posar para uma foto com trineto no colo. A grande figura do Hotel Salusse era sem dúvida Marianne, a pioneira suíça, que desempenhava papel-chave não só nos negócios da família, como na vida social da cidade. A história de Marianne é contada como uma saga, figura central da memória suíça na cidade por sua obstinação e capacidade de trabalho.



Referências

¹ Arquivos do Pró-Memória da Prefeitura de Nova Friburgo. Atas da Câmara, pasta 133, doc. n.º 45, 11/01/1831.

² VALLE FILHO, Galdino do. *Lendas e Legendas de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Gráfica A Pernambucana, 1928, p. 63.

³ Crônica publicada em *A Semana*, 22 de janeiro de 1893. Machado de Assis, *Obra Completa III*, Rio de Janeiro: Aguilar, 1962.

MARIETA DE MORAES FERREIRA

Pós-Doutora pela École des Hautes Études en Sciences Sociales/Paris

Prof.^a Associada do Dep. de História e do Programa de Pós-graduação em História Social/ UFRJ
Editora Executiva da Editora FGV

*Excerto da obra da autora: *Histórias de Família, Casamentos, Alianças e Fortunas*. Rio de Janeiro: Leo Christiano Ed., 2008

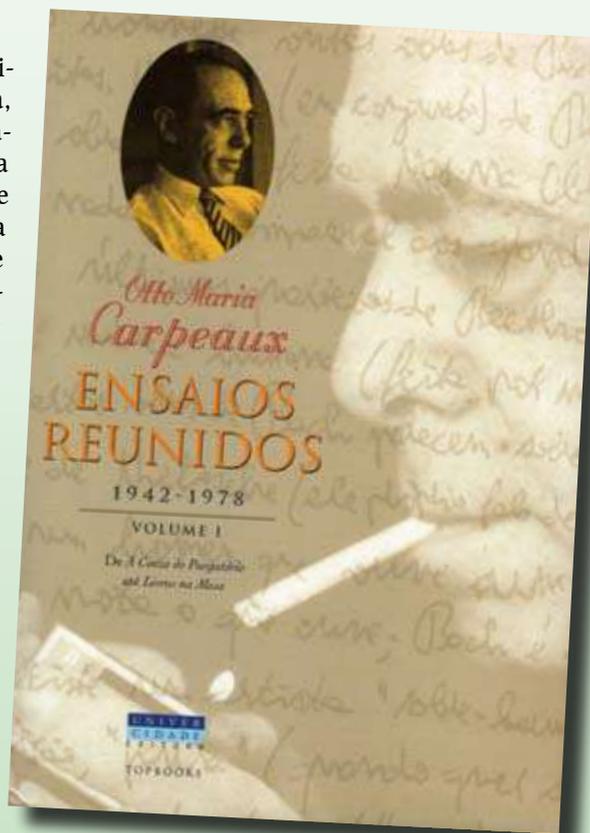
MESTRE CARPEAUX*

IVAN JUNQUEIRA

Se a definirmos como cíclopica ou enciclopédica, ainda assim sempre ficará faltando algo o que dizer da monumental obra ensaística e historiográfica de Otto Maria Carpeaux, com quem aprendi e aprendo até hoje. Com ele mantive um íntimo e assíduo convívio que se estendeu de 1962 até sua morte, em fevereiro de 1978. Fui seu fiel colaborador durante os trabalhos de edição de três grandes enciclopédias: Barsa, Delta Larousse e Mirador Internacional. E com ele trabalhei também, embora por curto período, no *Correio da Manhã*, pouco antes deste jornal encerrar para sempre as suas atividades em decorrência do golpe militar de 1964, contra o qual Carpeaux se posicionou desde o primeiro instante.

Dele não guardo apenas aquela imagem do prodigioso erudito e ensaísta que sempre foi, mas também a do excepcional ser humano que nos privilegiou com seu caráter, sua sabedoria e sua generosidade. A ele devo, sem dúvida, não somente uma parte de minha formação como intelectual e escritor, mas também uma rica e inesquecível lição de vida – e de retidão diante da vida. De sua obra polimórfica não se podem esquecer aqui a *História da literatura universal*, em oito volumes, a que sempre retorno com renovado prazer, *Uma nova história da música*, a *Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira* e os dois opulentos volumes, ambos da Topbooks, que lhe reúnem todos os ensaios editados, desde *A cinza do Purgatório*, publicado em 1942, três anos depois de o autor ter chegado ao nosso país, e os que ele deixou inéditos em livro, num total de 218 textos que se encontravam dispersos em jornais e revistas do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Não sei até onde a guerra e a fuga para o Brasil, onde Carpeaux chegou em 1939 sem falar uma



única palavra de nosso idioma, terão abalado suas convicções religiosas. O homem que conheci em 1962 não deixava transparecer nenhum vestígio do catolicismo pelo qual pugnara durante a sua juventude vienense. Mas no segundo daqueles dois livros lê-se: “Assim, a Áustria é, com muito orgulho, um corpo que atua vivamente no organismo da *Romanitas*. Sim, nós austríacos vivemos no Império Romano. Todavia, não apenas no campo das relações culturais latinas, mas também no âmbito de nossa sagrada fé romano-católica”. Não obstante, Carpeaux sempre se negava a comentar o que quer que fosse desse passado, incluindo a sua luta pela autonomia política

da Áustria, então ameaçada pelo *Anschluss*. Embora considerasse a Áustria “um país alemão”, Carpeaux afirma naquele livro: “A independência da Áustria, e precisamente sua independência do *Reich* alemão, é um fato da política europeia, garantido através de tratados, alianças, pactos, obtidos por meio de tanques, canhões e aviões, protegido pela opinião pública mundial, tudo isso confrontado com o suspeito e tenso fortalecimento e ampliação do poder alemão”. Escrever isto em 1935 era como uma sentença de morte proclamada contra si próprio, o que se via agravado pelo fato de que Carpeaux era de origem judaica. Mas por que teria ele escolhido para anfitrião um país que, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, não escondia suas simpatias pelo regime nazista?

São perguntas difíceis de responder e que, provavelmente, nunca terão uma resposta satisfatória. A primeira (e distorcida) imagem que se guarda de Carpeaux em nosso país, mais precisamente durante a década de 1940, é a de um homem de direita, a de um exilado austríaco que foi acolhido pelo governo dita-

torial de Getúlio Vargas. Ignoro até que ponto terá ele se sentido pouco à vontade ao longo desses primeiros anos de exílio, mas sua amargura e seu temor não podem ser comparados aos daquele outro grande exilado vienense, Stefan Zweig, que estava convicto da vitória final do Terceiro Reich. Enquanto Carpeaux adotou a firme e irrevogável decisão de apagar o seu passado europeu, Zweig mergulhou no desespero e na nostalgia que acometem os *derracinés*. Ambos foram obrigados a deixar para trás seus amigos, seus círculos literários, sua cultura, suas bibliotecas – enfim, suas próprias origens. Mas Carpeaux, bem ou mal, adotou o país que o hospedara e rapidamente aprendeu o idioma que nele se falava, ao passo que Zweig sucumbiu à depressão que o levou, afinal, ao suicídio. Zweig queria voltar, mas tinha a plena consciência de que talvez jamais pudesse fazê-lo. Carpeaux veio para ficar. E esqueceu o seu passado a ponto de recusar-se sistematicamente a comentar qualquer fato que se relacionasse à sua formação europeia.

Se cabe aqui falar de um sistema de conhecimento, ou talvez de uma vertente doutrinária, na prosa ensaística e historiográfica que Carpeaux nos legou, conviria distinguir-lhe algumas matrizes das quais seu pensamento jamais se afastou. Sua visão inicial do mundo, com tudo o que depois se lhe acrescentou e que a tenha eventualmente modificado, é a de um herdeiro da Casa da Áustria, daquela tradição conservadora dos Habsburgos que estavam à testa do Império Austro-Húngaro, que, de tão perfeito e harmônico que era, jamais deveria ter acabado, como o sustenta o escritor Per Johns em seu esplêndido volume de ensaios *Dioniso crucificado*. E essa visão de mundo é, essencialmente, barroco-católica. Pode-se dizer ainda, como o faz Mauro Ventura no excepcional e astucioso *De Karpfen a Carpeaux*, publicado em 2002, que o “conservadorismo político



Igreja de São Carlos Borromeu, barroca. Viena, Áustria, séc. XVIII

e clerical de Carpeaux em sua fase austríaca descende da concepção de mundo católica ligada à dinastia da Casa da Áustria”. E o que era esse Barroco para Otto Maria Carpeaux? Recorro ainda uma vez a Mauro Ventura: “Em primeiro lugar, era sinônimo de universalismo e ecumenismo, duas palavras que remetem ao catolicismo enquanto sentimento integral da existência”. E acrescenta o ensaísta: “Mas o Barroco era também um estilo de vida”, o que confere com as próprias palavras de Carpeaux quando observa que o Barroco foi “o último estilo que abrangeu ecumenicamente toda a Europa”. Diz ele numa das passagens de *Origens e fins*: “Além das belas-artes, das letras, da filosofia, da religião, do pensamento e das realizações econômicas e políticas”, o Barroco é “um estilo de vida”.

Outro aspecto a ser evidenciado no pensamento barroco-católico de Carpeaux é o de sua tendência para o mistério e as vertigens abissais da alma humana, o que lhe vem, segundo penso, dos místicos espanhóis, entre os quais Santa Teresa de Ávila e São João da Cruz. É bem de ver que seus ensaios “estão impregnados dessa atmosfera de piedade barroca e de meditação religiosa, que faz com que

sua argumentação se dirija a uma esfera quase sobre-humana ou sobrenatural”, como sublinha Mauro Ventura. Tem-se a impressão de que Carpeaux submete seus leitores a um incessante exame de consciência, como se estes estivessem diante de um confessor. Por outro lado, esses abismos da alma humana parecem estar associados à vertente filosófica do estoicismo, mais exatamente ao de Sêneca, que, segundo o autor de *A cinza do Purgatório*, “é o modelo do teatro barroco”. É curioso observar ainda como ele exclui as matrizes italianas do substrato cultural austríaco, preterindo-as às do Barroco espanhol, sobretudo aquelas em que a concepção da vida é comparada a

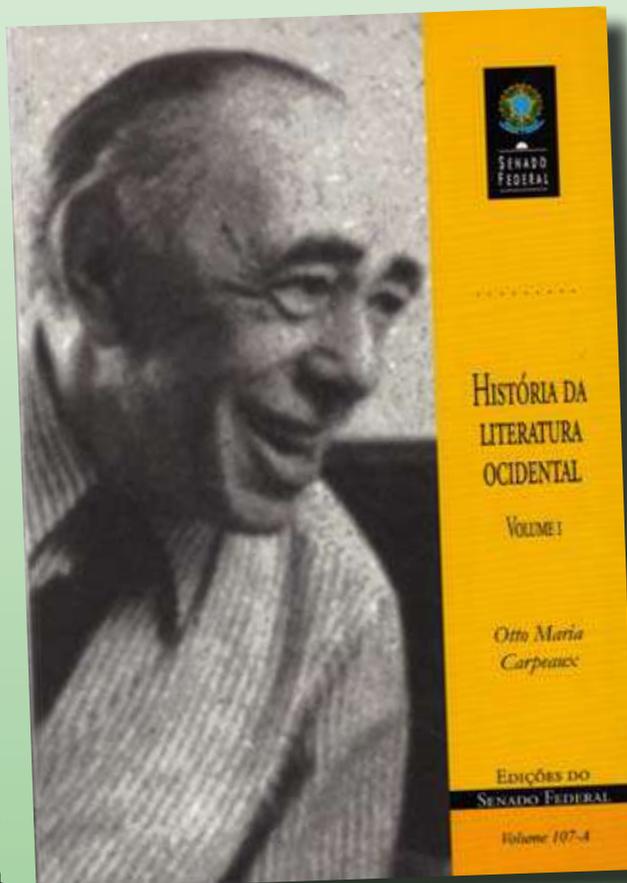
um sonho, como ocorre em Calderón, ou nos textos em que se manifesta aquele conceito conservador do prudencialismo cristão, tal como o vemos nas obras de Gracián.

Mas essa impregnação barroca é insuficiente para que possamos compreender a totalidade do pensamento de Otto Maria Carpeaux. Para tanto seria preciso meditar também naquilo que ele deve a Hegel e, mais do que a este, à ética de Benedetto Croce, segundo a qual a arte, como produto da intuição e porque revela uma natureza ilógica ou metalógica, transcende sua identificação com a religião, a filosofia, a ciência ou a história, como pretendia aquele filósofo alemão. Muito a propósito, Mauro Ventura sublinha que um “crítico é estético na medida em que suas interpretações transcendem os limites de determinada obra para se projetar como crítica da vida, da cultura e dos valores morais”. E foi isto o que sempre fez Carpeaux, cujo leitor é sistematicamente conduzido do âmbito livresco ao mundo das ideias, de observações de conteúdo e forma a considerações morais e filosóficas. E aqui ele tangencia aquele conceito de Walter Benjamin segundo o qual a ideia de universalidade encontra correspondência na noção de conteúdo de verdade da obra. Tendo conhecido de perto – embora não tanto quanto o desejaria – o pensamento crítico de Carpeaux, não me resta senão concordar ainda uma vez com Mauro Ventura quando nos diz: “O tempo se encarrega de eliminar da obra os traços históricos, o ambiente em que nasceu; enfim, os traços mutáveis. Somente os valores permanentes continuam a existir depois que o contexto se apaga para a posteridade”. Segundo Carpeaux, apenas o universal sobrevive, assim como o estético é aquilo que continua a comover ou impressionar o leitor.

Em muitas de nossas conversas, mestre Carpeaux chamava a minha atenção para a existência das “formas simbólicas” que permeiam a tessitura literária. Para ele, a arte é símbolo, e não alegoria. Assim, quando uma determinada obra não consegue suplantar o nível da alegoria, torna-se inferior. Arte é símbolo, e não apenas um documento do real. É exatamente isto o que sustenta

Carpeaux quando nos ensina: “Nasce uma obra de arte se o autor chega a transformar a emoção em símbolo; se não, ele só consegue uma alegoria. A alegoria é compreensível ao raciocínio do leitor, sem sugerir a emoção, essa emoção simbólica a que Croce chama o ‘lirismo da obra’. A forma desse lirismo é o símbolo. O símbolo fala-nos, não ao nosso intelecto, mas a toda a nossa personalidade”. Observe-se que, nesta passagem, ele se serve dos conceitos de símbolo e de alegoria com um sentido de antagonismo, o que o filia à tradição crítica do Romantismo alemão, já que este entendia o símbolo como uma forma de expressão oposta ao alegórico. Recorde-se aqui, a propósito, que nas tradições greco-latina, medieval e renascentista, por exemplo, não existia oposição entre símbolo e alegoria, tendo sido apenas, como acentua Mauro Ventura, “a partir do idealismo alemão que prevaleceu a visão do símbolo enquanto correspondente da verdadeira natureza da poesia, em detrimento da alegoria, que passou a ser vista como algo exterior ao pensamento, mecânico e imediato”.

Há também nos textos críticos de Carpeaux dois outros aspectos que desde sempre me chamaram a atenção e sobre os quais muito conversamos. O primeiro deles refere-se àquilo que eu denominaria aqui de uma sistemática da contradição. Sua maneira de pensar está infiltrada de um difuso e intenso sentimento dos contrários e do emprego de antinomias, como se vê, sobretudo, nas páginas da *História da literatura ocidental*. Teria esse vezo alguma relação com o fato de que Carpeaux entendia o Barroco como um “fenômeno espiritual” que englobava “todas as expressões da época” ou mesmo como um “fenômeno total”? Ou ele o deve à dialética hegeliana, que afirma o ser por meio da negação de si próprio e, opondo a tese à antítese, se encaminha para a conciliação dos contrários? Como já dissemos, há um certo Hegel no pensamento de Croce, muito embora o conceito de arte deste último nada tenha de propriamente hegeliano, já que a define como intuição, fantasia ou visão. E pode-se dizer que, além daquela tendência a considerar o símbolo como oposto à alegoria, a concepção de literatura





Pecado Original e expulsão do Paraíso, Michelangelo Buonarroti. Afresco (detalhe) da Capela Sistina, sec. XVI, Vaticano

em Carpeaux deriva da ideia croceana de arte como intuição, sendo esta a razão pela qual ele condena os romances “ensaísticos” de Thomas Mann, Albert Camus e Jean-Paul Sartre, acusando-os de escreverem uma ficção “fingida e sofisticada” que jamais leva em conta a realidade da experiência pessoal.

Outro aspecto – e que, sem dúvida, constitui um dos traços mais salientes do método crítico de Carpeaux – é, como sabiamente sublinha Mauro Ventura em seu modelar ensaio, “a presença de um ceticismo transcendente de raiz poético-religiosa, cuja síntese, ainda que um pouco vaga, pode ser expressa na rubrica filosófica do sentimento trágico do mundo”. Foi sempre muito intensa, como aqui já observei, a polarização dos contrários no espírito de Carpeaux, de modo que sua compreensão da obra de arte se origina do afã de identificar em cada personagem ou enredo o que eles têm de trágico, de cômico ou de épico. A partir do século XIX, especialmente com Schopenhauer e Nietzsche, o conceito de tragédia assume a condição de um esquema de pensamento, de uma ideologia em que a matriz grega se converte em visão de mundo. E é daí que se esgalha a concepção crítica de Carpeaux, cuja ensaística, como pondera ainda Mauro Ventura, “muito mais do que pôr em destaque os elementos trágicos, cômicos ou épicos de determinadas obras”, opera no sentido de transformar “o conceito de tragédia em verdadeiro critério de valor”.

Não obstante suas posições políticas radicais a favor da esquerda, Carpeaux sempre me deu a impressão de que era, no fundo, um espírito religioso cuja saúde, como pretendia Chesterton, não dispensa o mistério. E penso que para isso contribuiu aquela “confluência entre a visão de mundo barroca, que concebia o homem como naturalmente decaído, o dogma do pecado original, a doutrina pessimista da natureza humana e a negação da ordem cósmica estabelecida pelo Renascimento”. Convém não esquecer, como aqui já dissemos, que o pensamento de Carpeaux se estrutura a partir de sua formação

católico-barroca, como católica e barroca era a civilização da Casa da Áustria, da qual ele descende intelectualmente. E mais: em Carpeaux, a culpa trágica deita suas raízes no dogma do pecado original, pelo qual o homem está condenado a responder eternamente. E são as relações entre a experiência religiosa e a essência da poesia que sustentam a terceira vigia mestra do método crítico de Otto Maria Carpeaux.

Essa vertente religiosa remonta ao primeiro livro do autor, *Wege nach Rom* (literalmente, *Caminho para Roma*), publicado em Viena, em 1934, e até hoje pouco conhecido no Brasil. É neste volume que vamos encontrar os elementos religiosos e morais que embasam a concepção estética de Carpeaux durante esses primeiros anos de sua formação intelectual. Estão aí, também, as ideias que o levaram a abandonar o judaísmo e converter-se ao cristianismo. Suas análises de alguns ícones da literatura ocidental, entre os quais Kafka e Dostoiévski, se processam à luz de considerações sobre problemas como os do mal, da fé, do pecado e da graça. Nesse sentido, pode-se até afirmar que “a própria fé católica de Carpeaux passou por um processo de secularização, cuja causa parece estar em sua trajetória pessoal”. Não resta dúvida de que o Carpeaux que começa a publicar seus ensaios entre nós na década de 1940 já não é o mesmo, mas essa consciência da inquietação religiosa na literatura jamais o abandonou, e é ela que o leva a identificar elementos literários e artísticos que, provavelmente, não seriam vistos dessa maneira por alguém que nunca se houvesse envolvido com o problema da fé.

IVAN JUNQUEIRA

Poeta, ensaísta e tradutor
Membro da Academia Brasileira de Letras
e da Academia Brasileira de Filosofia

Autor, entre outros, de *Poemas reunidos, O outro lado* (poesia); *O fio de Dédalo, Cinzas do espólio* (ensaio); e *De poesia e poetas* (tradução)

* Excerto do discurso de posse na cadeira n.º 40 da Academia Brasileira de Filosofia, cujo patrono é Otto Maria Carpeaux

A casa de João Jacques Rousseau: episódio de uma viagem na Suíça

LUIZ ANTÔNIO DE SOUZA

O prólogo de Machado de Assis ao romance de Ernesto Cibrão, nas palavras de Astrojildo Pereira: “escrito com a sobriedade de sempre, elogioso sem exagero, não figura no volume de *Crítica Literária*, nem na edição Garnier, nem na Jackson. Registrou-o na *Bibliografia de Machado de Assis*, Galante de Sousa. Justifica-se, assim, plenamente, a sua transcrição nas páginas da *Revista da S.A.M.A.*”.

Passados cinquenta e dois anos da justificativa de Astrojildo Pereira, verifica-se que o prólogo permanece desconhecido, se não desconhecido, diríamos menosprezado, pois as edições das *Obras completas*, da José Aguilar, de 1959 e 1962, em 3 volumes; e a da Nova Aguilar, de 2008, em 4 volumes, não incluem o prólogo de 1868, o que justifica a sua transcrição na revista *Educação em Linha*.

A Academia Brasileira de Letras tem um exemplar do livro, com a dedicatória: – “A Machado de Assis prova de velha e não desmentida amizade o auctor”. – que integra a Biblioteca de Machado de Assis, mas não arrolada na Coleção por Jean-Michel Massa.

Foi com a colaboração de Ernesto Cibrão que Machado de Assis aventurou-se para além das fronteiras do Rio de Janeiro. Não foi muito longe. Foi logo ali, na hoje Barbacena, em Minas Gerais. Se

mais não foi, foi para corroborar a citação que fez de Madame de Staël no prólogo do livro de Ernesto Cibrão – “Viajar é, segundo dizem, um dos mais tristes prazeres da vida”. O que chama a atenção para a citação é que a história do romance de Ernesto Cibrão, passa-se na Suíça – *A casa de João Jacques Rousseau: episódio de uma viagem na Suíça*; e pelas conclusões de Machado de Assis – “[...] Limitar-me-hei a afirmar que nenhum leitor se arrependerá de ler este livro, e que todos acharão n’elle um crescente interesse, scenas commoventes, bellas paysagens, e por vezes algumas páginas eruditas [...]” (*sic*). Conclui-se que as descrições das belas paisagens suíças tocaram o anti-viajante, ainda que a obra não seja um livro de viagem.

Mas deixemos que o viajante imóvel nos fale o que foi a viagem que fez ao ler o livro e assim resgatar o seu singular prólogo do olvido de todo esse tempo. Ei-lo:

A CASA DE JOÃO JACQUES ROUSSEAU. EPISÓDIO DE UMA VIAGEM NA SUÍÇA

A história deste livro passa-se naquela Suíça, onde viveu a baronesa de Staël, a mesma que disse das viagens: “Voyager est, quoi qu’on en dise, un des plus tristes plaisirs de la vie”. Não

prevaleceu a opinião no espírito do autor deste episódio que, durante largo tempo, gozou do prazer, triste ou alegre, de ver coisas novas e novos homens.

Para que lhe aproveitasse a viagem bastava ser poeta, o que importa dizer que soube viajar; porque há uma ciência de viajar, como há uma ciência de viver. O conselho de Sterne, quando recomendava que se introduzisse a arte na vida, bem pode ser aplicado ao viajar, que pede igualmente uma arte, e que arte! Vão lá perguntar por isso aos que não seriam capazes de dar dois passos para ir ver os museus da Itália ou as montanhas da Suíça.

O autor deste livro, que é poeta e artista, não foi, é verdade, acordar os ecos da planície dos Cipiões; mas, em compensação, viu muitas outras coisas que os artistas e os poetas sabem ver. Levava a musa consigo, e esta companheira de viagem é de todo modo incorrigível. É viajante que não faz acréscimo de despesa, nem ocupa lugar nos trens de ferro ou à mesa das hospedarias. Acompanha o poeta como uma sombra invisível: e quando ele a evoca, surge como o gênio do velho Próspero, alquile travesso e obediente Ariel, que sabia levantar as tempestades e acalmar os furacões; também ela possui o condão de dominar a natureza; ninguém melhor que ela interroga uma ruína, desenrola uma paisagem, devaneia à beira dos lagos ou no tope das montanhas. É tão preciosa na quietação do lar como nas fadigas do caminho. Lépidia e corajosa, não há serras que lhe detenham os pés delicados, nem torrentes que lhe amedrontem os olhos curiosos. Tinha o autor esta excelente companheira de viagem, e creio que soube aproveitá-la, coisa que não podia deixar de fazer, porque era de todo impossível tapar-lhe os olhos para não ver e os lábios para não contar. Quis versos,



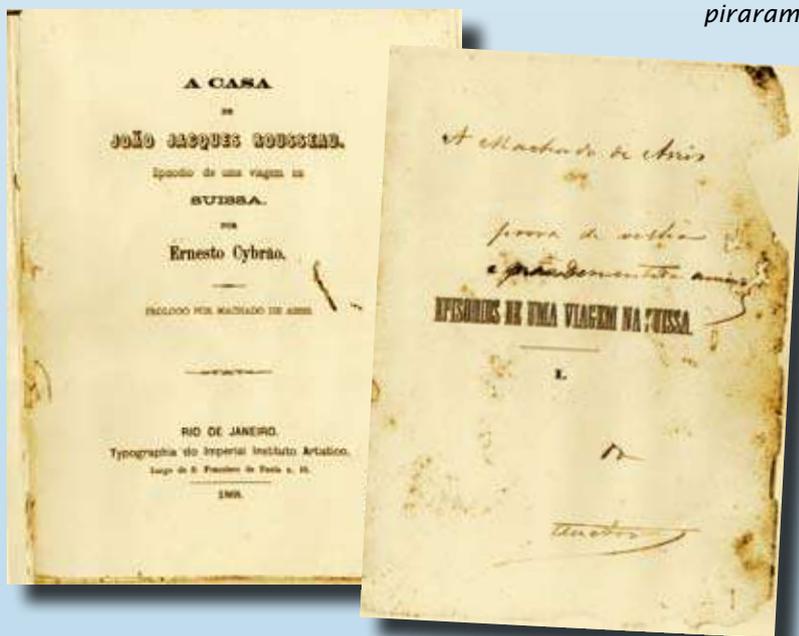
Foto: hapax

Coluna romana nas bordas do lago de Genebra

e ela deu-lhos, – deu-lhos como a musa os sabe dar, como as flores dão os seus perfumes, – sem esforço, nem retribuição, nem arrependimento. Quis livros, e ela gastou alguns serões em reler e coordenar as notas esparsas do viajante, preparando assim uma série de livros que o autor promete ir apresentando ao público a seu tempo.

Este é filho da Suíça, alentou-se daqueles ares que Voltaire, que Rousseau, que Staël respiraram, como ares de liberdade. Se a origem obrigava, a obra não a desmentiu: é uma página do coração humano. Não é propriamente uma narração de viagem, é um romance, cujo herói o autor foi encontrar junto ao lago de Genebra, um romance que lhe caía do céu, quando menos o esperava, e tão simples, tão dramático, tão interessante, que o autor, como delicioso poeta que é, fez dos elementos diversos uma obra, pondo-lhe o selo de um estilo ameno, original e puro.

O título do romance não é, como pode parecer a alguns, um meio de sedução; longe de ser um incidente, a casa de João Jacques é a origem da ação e o principal elemento da luta; e não se infira daqui que o que se vai ler é querela de antiquários,





Cena do 1º ato de "A Tempestade", de Shakespeare. Gravura inspirada em pintura George Romney: o velho Próspero, à direita, invoca os espíritos, e usa Ariel, causando o naufrágio aos inimigos

uma discussão de cronistas. Os personagens não saem de uma esfera modesta, e os amores de duas jovens criaturas, que nada têm com o autor do Contrato Social, enchem a maior parte das páginas deste livro. O autor do Emilio está julgado nas suas ideias. O que importa notar, a propósito deste romance, é que fazendo da memória de Rousseau o elemento capital da ação, o autor honrou a um tempo a figura do grande filósofo e a gratidão dos cidadãos de Genebra. Ou seja verdadeira, ou seja imaginária a luta de Pedro Olten e João Cessy, a propósito de João Jacques, essa luta exprime a veneração póstuma consagrada ao gênio, fora das controvérsias de escola e das convenções de partido. Bastaria este pensamento para angariar em favor do livro todas as simpatias do leitor.

Analisar por menor a ação de um romance, que aparece pela primeira vez, não é o que mais convém neste lugar. Limitar-me-ei a afirmar que nenhum leitor se arrependerá de ler este livro, e que todos acharão nele um crescente interesse, cenas comoventes, belas paisagens, e por vezes algumas páginas eruditas. A figura do herói está bem traçada, e a paixão de Olten e Cessy pela figura do imortal filósofo é de excelente efeito. Voltem os leitores a página e conhecerão melhor a obra.

É o primeiro romance do autor que tive ocasião de ler, podendo garantir que este deixa-me tão agradável e firme impressão como os bellos dramas que o autor já apresentou ao público fluminense.

Estou [certo] que este será o juízo dos leitores, e, predizendo ao livro um sucesso decisivo, aplaudo desde já o poeta, e o convido para novos cometimentos.

Machado de Assis

Rio de Janeiro, 1.º de dezembro de 1868

Referências

PEREIRA, Astrojildo. A casa de João Jacques Rousseau: Episódios de uma viagem na Suíça. In *Revista da Sociedade dos Amigos de Machado de Assis*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 8-9, jun. 1959.

CIBRÃO, Ernesto Rego de Kruger. *A casa de João Jacques Rousseau: episódio de uma viagem na Suíça*. Prologo por Machado de Assis. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1868. v-viii, 100 p., 18 cm.

ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Organizada por Afrânio Coutinho; introdução geral J. Galante de Sousa; esboço biográfico Renard Pérez. Rio de Janeiro: J. Aguilar, 1959. 3 v., il. retr., 19 cm. (Biblioteca lusobrasileira; v. 14-16. Série brasileira).

LUIZ ANTÔNIO DE SOUZA

Bibliotecário da UERJ

Chefe da Biblioteca Acadêmica Lúcio de Mendonça - ABL

BERGGASSE 19

um poeta na casa de Freud

JOÃO JOSÉ DE MELO FRANCO

Berggasse seria, em português, rua do Promontório, ou, o seu contrário, rua do Baixio. Depende, é claro, do ponto de vista de que a olhamos, se do plano onde se situa a Igreja dos Votos (*VotivKirche*), um baixio, ou se do ponto de vista de quem está diante do número 19 da *Berggasse*, um promontório, a Viena alta, as torres dos antigos edifícios, como uma Acrópole ateniense, diante da qual deixamos visível nossa pequena estatura: *Berggasse 19*, a casa onde viveu e trabalhou, por 47 anos, Sigmund Freud, o Pai da Psicanálise.

Para um poeta que percorreu alguns *campus* universitários e dedicou parte de seu tempo a perscrutar a própria alma, às vezes por esforço próprio, outras, com a ajuda de psicanalistas, o nome de Freud assombra, mesmo para quem bebeu bem mais em Carl Gustav Jung do que na obra do grande neurologista de Viena. Seja como for, estamos ali, onde hoje se ergue, acima do passeio, um enorme letreiro com o nome daquele que notabilizou o endereço, escrito em branco sobre vermelho, de baixo para cima: FREUD. E, assim, assombrados, nos lançamos porta adentro e subimos o primeiro lance de escadas até

chegar às portas dos apartamentos 3 e 4, hoje transformados no *Sigmund Freud Museum*.

Se lembrarmos que Freud abandonou o pequeno edifício da *Berggasse 19*, em 1938, já sob ameaça nazista, na Áustria anexada à Alemanha, teremos de nos esforçar para divisar algo que nos remeta ao tempo em que ele ali vivia, uma vez que o local foi restaurado somente em 1985, quase 50 anos após seu exílio em Londres, onde viria a falecer em 1939. E, apesar das recepcionistas pouco amistosas, da malarrumada lojinha de *souvenirs* freudianos, aos poucos, o piso de tábuas corridas, as janelas com delicados ornamentos, o ambiente se transforma, e tomamos consciência de que estamos na casa do homem que, contra tudo e todos, mudou para sempre o modo como nos percebemos seres humanos e, que, finalmente, tirou do calabouço da História, e da Ciência, a palavra “loucura”, lançando sobre ela as primeiras luzes do entendimento da alma humana.

Hoje, no *Sigmund Freud Museum*, pouco encontramos do que foi aquela casa nos tempos de seu ilustre morador: um chapéu, uma boina, um guarda-chuva, a maleta do médico, um baú, parte

A Acrópole
ateniense, em
restauração



Foto do autor

de seu consultório e gabinete, uma cristaleira com pequena parte de sua famosa coleção de estátuas e objetos antigos; tudo doado ao museu por sua filha Ana Freud, ou, como ele a chamava, “minha Ana Antígona”. No mais, primeiras edições de seus escritos, documentos e fotos, muitas fotos. A elas nos agarramos, com o olhar atento e terno. E, olhando-as assim, por trás das imagens do Pai da Psicanálise, vemos surgir o outro pai, com sua esposa, com seus filhos e filhas, com seus netos, com seus amigos, e vemos transparecer nesses rostos os caminhos em que a mente do grande homem trafegou, a pequena e a grande família, a família pessoal e a outra, a da raça humana. Evidentemente, não podemos, ali, ver Édipo e seu pai, Sófocles, mas o poeta assim mesmo os vê, libertos de suas trágicas existências, como almas por trás do rosto, inquisidor e pleno, desse homem, que, ao que tudo indica, lutava, permanentemente, em busca de paz e lucidez: por si só, uma busca a que só gigantes, como ele, podem ousar.

Mas, é pelo olhar do poeta, em busca de alguma similitude, de algum olhar efusivo, de algum gesto de estranheza, de algum porvir que tenha escapado ao olhar do viajante, que nos colocamos diante do homem e da luta por se manter são, no tempo. E, por um instante, penso ver em seu rosto traços das inúmeras cirurgias a que se submeteu, tentando controlar um câncer facial, que até o fim da vida o atormentou... Pensamos ouvir sua voz, algum gemi-



Berggasse 19, casa de Freud

do de dor, o silêncio das amarguras, a inquietude do homem diante do insondável, a ânsia da descoberta, a mente atirada sobre a alma, o esforço heroico entre o sonho e a cura... como as ruínas de uma Acrópole dos desejos humanos... remontada até o estertor da insuficiência... E é aí que percebemos, então, quão poucos homens podem, construindo sobre si mesmos, construir para todos. Percebemos quanto nos foi dado e o quanto nos modificamos, em pouco mais de um século, desde a publicação de *Estudos sobre a histeria*. E é assim, que ali, dá-nos também uma estranha compulsão para o riso. Não o riso do escárnio e da indiferença, mas o riso do encontro e da aquiescência do que é, verdadeiramente, humano, e sentimos vontade de abrir as janelas de nossa alma diante de tamanha ousadia e liberdade de espírito... E o fazemos, em silêncio, em reverência, em agradecimento.

De mãos dadas com minha companheira, dessa e de outras viagens, com a alma pacificada e selmelhada, voltamos ao passeio da *Berggasse 19*, e seguimos, mais livres e confiantes, rumo à *VotivKirche*, onde depositaríamos votos por aqueles que amamos.

JOÃO JOSÉ DE MELO FRANCO

Poeta, editor, cineasta e publicitário

Autor, entre outros, de *O Mar de Ulisses*, 2006 e *Diários de amor perdido*, 2007 (poesia); *Carmina Burana e Pranto por Ignacio Sánchez Mejías*, de Garcia Lorca, 2009 (tradução) e *Pequeno Dicionário Poético e outros termos literários*, 2010



Édipo cego, conduzido por Antígona. Gravura de Édouard Mandel, para pintura de Adolf Henning, séc. XIX

Quando Stefan Zweig chorou

CECILIA COSTA JUNQUEIRA



Stefan Zweig e Lotte, em Bath, Inglaterra, 1939

– *Stefan Zweig et sa femme sont morts... suicidés... venez vite.*

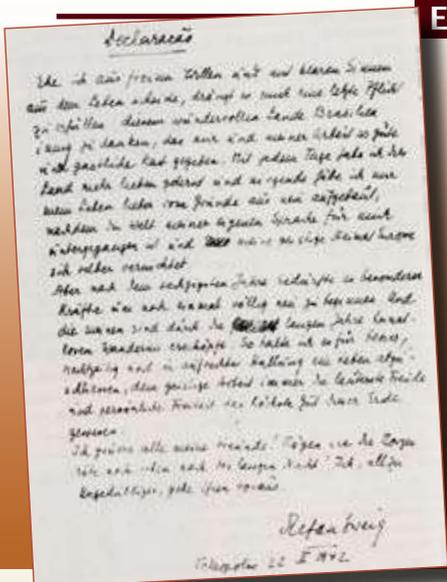
Claudio de Souza, président du PEN Club brésilien, ami intime de Zweig, vient de me téléphoner cette alucinante nouvelle.

Je ne fais qu'un bond, de chez moi à la maison de Claudio qui se trouve à peine à quelques mètres de distance. La vitesse de mes pas m'empêche de sentir la douleur de mon cœur, et ma pensée ne fait que répéter: C'est affreux, affreux!

Assim começa o relato *La mort de Stefan Zweig*, do autor romeno Leopold Stern em 1942, ano da morte do célebre escritor austríaco, que se suicidou com a mulher Lotte, em Petrópolis, de 22 para 23 de fevereiro. No ano que vem se completam 70 anos desta enigmática decisão: tomar veneno, no auge dos 60 anos, ao lado da esposa de 34 anos, deixando incompletos vários projetos, entre eles a biografia de Balzac, que Zweig considerava gigantesco e que queria homenagear. No início do ano Lotte lhe comprara toda a obra de Balzac em 28 volumes num sebo. Mesmo disposto a iniciar tal tarefa hercúlea, Zweig dissera um basta. Ao sofrimento, à perda da própria língua, de sua coleção de preciosidades, ciosamente reunida – a mesa de Beethoven, partituras de Mozart, manuscritos de Balzac, etc. E de seus romances editados na Alemanha – estava cansado de ser traduzido, apenas.

Um basta à desesperança, ao mundo diabólico no qual Hitler e asseclas pareciam reinar. Não esperaria, como esclareceu na declaração escrita com a letra tensa dos momentos finais e dirigida aos amigos brasileiros e aos amigos e leitores espalhados pelo mundo, a aurora voltar a iluminar o planeta, após a longa noite que obscurecera os céus da Europa. Tinha certeza de que o sol da liberdade, da democracia, dos direitos humanos, da generosidade e solidariedade voltaria a aquecer a Terra. Sim, levantar-se-ia novamente, com o seu calor humano, suas chamas púrpuras, rubras e celestes, até na sofrida, dilacerada, estuprada Europa, chegando com suas luzes até Salzburgo, a Capuzinerberg, onde Zweig e a primeira mulher Friederike tinham um palacete hospitaleiro, onde haviam recebido cabeças pensantes europeias. Admitia acreditar num porvir melhor, só que se encontrava extenuado, cansado de ser apátrida, partiria antes. Sem ver a alvorada.

Quem traduzira a declaração do suicida do alemão para o francês, naquele trágico dia, fora Leopold Stern. O amigo exilado de origem judaica, a quem Zweig fizera tão tristes confidências, como sobre o buraco que se lhe abria no coração ao perder sua biblioteca – que tanto o auxiliara a escrever seus romances e biografias – passaria o texto da língua de Goethe e Schiller, a língua perdida, aviltada durante a II Guerra, para a de Voltaire, Rimbaud, Baudelaire. Ao mesmo tempo, Claudio de Souza passava a tradução de Stern para a língua de Machado e Rosa. A tradução era neces-



Carta de despedida de Zweig

Declaração

Antes de deixar a vida, por minha própria vontade, e na posse de minhas faculdades, sinto-me impellido a cumprir um dever final: agradecer profundamente a este país maravilhoso, o Brasil, que nos deu, a mim e ao meu trabalho, uma tão amável e simpática hospitalidade.

A cada dia eu aprendi a amar um pouco mais este país, e em nenhum lugar preferiria reconstruir radicalmente a vida, desde que, para mim, o mundo da minha própria língua desapareceu, e minha pátria espiritual, a Europa, se autodestruuiu.

Mas, depois dos sessenta, novas forças seriam necessárias para recomençar integralmente minha vida. E as minhas, como resultado dos longos anos de peregrinação sem pátria, estão esgotadas. Julgo, portanto, que é melhor concluir a tempo, e direito, uma vida na qual o trabalho espiritual foi sempre a maior alegria e, a liberdade pessoal, o maior dos bens sobre a Terra.

Adeus a todos os meus amigos! Que lhes seja dado ver ainda a aurora depois da longa noite. Eu, impacientemente, me antecipo.

Stefan Zweig

Petrópolis, 22/2/1942

sária porque havia jornalistas que precisavam noticiar a morte do escritor e sua esposa e transmitir aos brasileiros e ao mundo suas últimas palavras.

Houve até confusão na imprensa brasileira – dominada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda de Lourival Fontes, em plena ditadura de Vargas – sobre a tradução de Claudio de Souza... A frase da aurora, a última do texto de Zweig, não fora repassada à imprensa, pois o derradeiro trecho, traduzido num papel, caíra no chão sem que Claudio o percebesse. Ao mencionar a aurora e a crença de que a longa noite acabaria, Zweig demonstrara fé na vitória dos Aliados. Após a declaração ser repassada na íntegra à imprensa houve quem considerasse que Claudio não mencionara o finalzinho do texto por ser pró-Eixo. Isso criou longo debate que duraria mais de um mês... até que amigos viessem a público defender o presidente do PEN Clube, como Austregésio de Athayde, que achou ridículo considerá-lo fascista ou nazista.

Logo ele, Claudio de Souza, que recebera tão bem o refugiado, abrindo-lhe a casa e o coração. O doutor e teatrólogo, rico de posses e de sonhos, que criara em 1936 o PEN Clube do Brasil, ano em que Zweig viria pela primeira vez à América do Sul, viajando de Londres ao Brasil e à Argentina, para congresso do PEN Internacional em Buenos Aires. Defensor da livre expressão, Claudio de Souza, o fundador do PEN, associação de escritores com fins humanitários –, criada em Londres, 1921, por Catherine Amy Scott Dawson, para defender os direitos humanos, linguísticos, dos escritores – não calaria um suicida, em sua declaração de esperança e fé na futura sanidade do planeta. A acusação era ridícula.

Não só Claudio e Stern acorreram à casa de Stefan e Lotte na manhã do envenenamen-

to. Havia outro amigo presente, Alfredo Agache, o primeiro a saber da notícia. Ele fora à casa de Zweig para cumprimentá-lo, ao chegar a Petrópolis. Assomando à residência, viu três homens descendo as escadas. Sem querer subir à-toa, indagou se o escritor estava em casa. O desconhecido retrucou: “Pobre homem! Acaba de se suicidar juntamente com a mulher”. Estupefato, Agache correu à casa de Claudio, que convocou Stern e voltaram à de Zweig, sem acreditar no que o estranho dissera ao arquiteto, responsável por mudanças urbanísticas essenciais no Rio de Janeiro. E se, em vez de policiais, fossem ladrões, malfetores que houvessem atacado Stefan e a mulher, especulavam na esperança de encontrá-los com vida? Tinham que correr, verificar o que havia acontecido. Mas, ao chegarem lá, viram a tétrica cena... “Horrible”, escreveria Stern: “Là, sur le lit, Stefan Zweig est étendu à côté de sa femme; ils sont étroitement enlacés, elle la tête contre la poitrine de son mari”.

Depois, quantas terríveis cenas, lembranças e indagações? Indagações que perdurariam para sempre – até hoje a morte de Zweig gera controvérsias, interpretações, livros e mais livros – e que fariam tanto Stern como Claudio escreverem sobre os últimos dias do grande e sensível escritor universalista, que acreditou na beleza e grandeza do espírito humano, e que seria esmagado pela decepção... Homem que lutara pela unidade literária da Europa, promovendo traduções de livros ingleses, franceses e russos para o alemão, que sonhara com uma Europa unida, fraterna. Como suportar a suástica de Hitler, palhaçadas de Mussolini, quase tão perigosas e malélicas quanto o terror implantando pela Gestapo e pelo exército alemão nos países ocupados, com seus canhões e crueldade ímpar?

Dos dois livros, *Os últimos dias de Stefan Zweig*, de Claudio de Souza, e o escrito em francês



Casa na rua Gonçalves Dias, 34, Petrópolis, atualmente transformada em Casa Stefan Zweig, em sua homenagem



Enseada de Botafogo. Augusto Malta, 1940

por Stern, *La mort de Stefan Zweig* (em português, *A morte de Stefan Zweig*, Civilização Brasileira, 1942, encontrável na Estante Virtual), difícil dizer qual o melhor, pois são narrativas essenciais, com passagens comovedoras. Leopold Stern, autor perceptivo, inteligente e culto, escreveu um livro de extrema sensibilidade, em que narra tocantes histórias e analisa a personalidade do amigo, tentando explicar seu suicídio. Se não explica de todo, nos ajuda a entender a alma do homem gentil, educadíssimo, que não pôde conviver com a ideia de que o horror dominaria a Terra, horror que partira de sua terra. Logo ele, homem que, como Maiakovski dissera de si mesmo, era todo coração. Emprestava dinheiro aos amigos, prestava-lhes favores nos hediondos tempos da guerra, sem pedir nada de volta, a não ser a amizade. Visando sempre ao bem estar dos que como ele sofriam: artistas, poetas, escritores e músicos expulsos de suas pátrias, sem saber quando voltariam. Sem entrar em detalhes quanto ao belíssimo livro de Stern, diríamos apenas que o importante é lê-lo. A simpatia e o amor pelo autor que louvou o Brasil, chamando-lhe *país do futuro*, só irão aumentar.

O livro de Claudio de Souza é mais descritivo, menos emocional. Mas importantíssimo, pois conta o relacionamento do PEN brasileiro com Zweig, desde 1936, oferecendo informações sobre os antecedentes da morte ocorrida em Petrópolis, no carnaval de 1942. Nele passamos a saber que em 36, na primeira vinda ao Rio, Zweig visitou a casa do presidente e fundador do PEN Clube brasileiro (hoje, sua sede, no edifício por ele construído). Ao ver o Pão de Açúcar, o escritor austríaco pediu para visitá-lo, e os amigos brasileiros recém-feitos o levaram até lá. No Morro da Urca, Zweig chorou de emoção ao ver a Baía da Guanabara e prometeu voltar. Voltou temporariamente, em 1940, antes de ir para Nova York, fazendo conferências e viagens que resultariam no livro *Brasil país do futuro*, que lançaria em 1941, quando retornou à cidade que o havia maravilhado, mas com a ideia de ficar definitivamente, o que aconteceu. Eis alguns trechos desta passagem narrada pelo fundador do PEN, no livro que é seu discurso da sessão de saudade da Academia Brasileira de Letras, pois a ABL e o PEN Clube

do Brasil prantearam juntos o grande escritor que tanto amou nossa terra e o Rio:

De nosso terraço, Zweig mirava enlevado o panorama majestoso, como se lesse entre si uma página imensa de hierogramas floreados e de iluminuras raras.

Quando da estupefação se lhe desembargou a palavra, exprimiu-me o desejo de contemplar do alto do Pão de Açúcar o tombo da noite, que já torvamente ameaçava projetar-se no espaço, enlutando a terra e o mar, enviuvados do consórcio da luz.

Acenderam-se então as luzes da cidade, as luzes da praia, das montanhas, as dos faróis do mar, como se miríades e miríades de insetos luminosos erguessem o voo da floresta da noite...O Cristo do Corcovado iluminou-se. Sua luz era branca e reveladora como a estrada de Damasco. Zweig ficou a olhá-lo. Sua comoção cada vez mais intensa levou-o a ocultar-se ao lado oposto àquele onde nos achávamos para dar livre curso às lágrimas abundantes... que lhe acudiram aos olhos.

Zweig chorou ao ver o Rio, e nos faria chorar e nos indignar, tanta a tristeza ao saber sobre seus últimos momentos, seu sofrimento e dilaceramento. Um escritor, um poeta, é um ser com imensa força em si, força e disciplina que o levam a escrever livros e versos. Mas costuma ser pessoa frágil, a sensibilidade à flor da pele. Amemos e respeitemos os escritores – antenas dos povos e suas pátrias –, veneremos suas obras. Principalmente quando o escritor é Stefan Zweig, autor de obras imortais como as biografias de Maria Stuart e Maria Antonieta, *O mundo que eu vi* ou *O mundo de ontem*. Apesar de prosador, Stefan Zweig tinha a alma de poeta, que sussurra, canta e comove. Alma de sino, tocado por anjos, que se estilhaçou, em fevereiro de 42. Infelizmente, três anos antes do fim da guerra.

CECILIA COSTA JUNQUEIRA

Jornalista e escritora

Autora, entre outros, de *Damas de Copas* e *Julia e o Mago* (Record)

Em defesa das nossas crianças*

MARCO LUCCHESI

As esferas de poder tratam a educação mediante um plano de metas e camadas estatísticas, tão deploráveis quanto duvidosos, submetendo alunos e professores a chantagens numéricas, a um plano de metas em que os gestores (que caem na escola de paraquedas e com planilhas de custeio) decidem a frio os rumos de uma escola eficiente, com resultados imediatos, onde a cidadania é tratada com leviandade. Em paralelo, um menino de dez anos fere a professora na sala de aula e suicida-se logo depois.

Não posso e não me atrevo examinar as circunstâncias dessa tragédia. Seria desrespeitoso, seria grave, seria uma violência posterior à violência. Chamo a atenção para o fato de que o número de crianças que se suicidam ou colocam a vida em sérios riscos não é pequeno. E disso somos todos culpados. A família e a escola, por ignorância ou desleixo, assim como as esferas do Executivo, que não enxergam a educação como política de estado, mas deste ou daquele governo, com respostas mesquinhas e fins eleitoreiros.

As crianças sofrem e reagimos com indiferença ou insensibilidade, frente a suas angústias e depressões. Minimizamos tudo, como defendem Winnicott, Bowlby e Elizabeth Paulon. Somos maus gestores de nossas crianças. A escola e a família andam tranquilas se as notas são boas e o comportamento, dócil. Temos nesse caso um aluno modelo, mesmo que a criança dê sinais preocupantes de infelicidade. Se as notas são baixas e o comportamento, difícil, respondemos com punições e ameaças. Aumentamos o sofrimento das crianças com uma quota ainda maior e com a desfaçatez das boas intenções.

A nota boa ou má, o comportamento dócil ou rebelde dizem coisas importantes e ameaçam reduzir, quando mal interpretados, o tesouro da subjetividade humana. A escola deve promover essa riqueza. Urge lembrar que a educação não deve ser uma olimpíada, voltada para uma espécie de darwinismo social, que promova os mais “fortes”, os que terão êxito profissional, em detrimento dos mais “fracos”, do ponto de vista do aprendizado ou do comportamento em sala.



O afeto não compromete jamais.

Os psicanalistas sérios mostram o modo pelo qual as crianças têm sido abandonadas, ou porque os serviços que competem aos pais são quase todos terceirizados, e não passamos de administradores dos filhos, que abandonamos quando choram, quando se obstinam, ou se entristecem, em nome de uma educação severa, sem amor, ou de amor ambíguo, para que elas “aprendam”. Aprendam o quê? A brutalidade de pais e professores, o desencanto com o mundo e o sentimento de culpa que as crianças atribuem a si próprias quando humilhadas ou abandonadas? Não devemos aumentar o fantasma de uma culpa que não é delas. O afeto não compromete jamais. O que compromete é a sua ausência.

É preciso dizer as coisas com clareza quase selvagem. Sobretudo porque ouvimos afirmações deploráveis que defendem os maus-tratos, físicos ou morais, a severidade, um leque de procedimentos fascistas que demonizam as crianças como se fossem criminosas, pequenos algozes, monstruosos, de que os adultos, indefesos, seriam facilmente vítimas fatais.

Somos todos culpados, como dizia Hermann Broch. A questão hoje é de uma urgência inversamente proporcional à compreensão de secretarias e ministérios. Não basta responder com ações puramente administrativas ou policiais, aumentando o número de câmeras ou de vigilantes. A nossa guerra é contra as políticas irresponsáveis que se arrastam na educação de nosso país. Precisamos de outro sistema de cuidados da família e da escola, ao passo que o poder executivo deverá ter a coragem de criar um plano de carreira em que os professores trabalhem felizes, numa só escola, ao lado de terapeutas e assistentes sociais do mesmo quadro, que observem as crianças, que atuem como interface entre a escola e a família. É isso o que precisamos entender de uma vez por todas, pela vida e pelo futuro das crianças.

MARCO LUCCHESI

Escritor, professor e tradutor
Autor, entre outros, de *Bizâncio* (1997), *Teatro Alquímico* (1999), *Poemas Reunidos* (2000)

* In *O Globo*, 28/9/2011

Foto: João José de Melo Franco

O CAPITAL DA LIBIDO



Painel no gabinete de Freud

GLAUCIA PEIXOTO DUNLEY

Gostaria que este texto fosse lido com a curiosidade que permite a alguém separar-se de si, desviar-se, repensar posições, e poder fazer novos caminhos, e não como quem busca a assimilação do que convém conhecer, com vistas a se possuir um “discurso competente”. Talvez seja a afinidade mais profunda entre essa forma de curiosidade e a ideia de sexualidade que pretendo privilegiar: uma sexualidade capaz de admitir os desvios que a constituem à luz da psicanálise, reconhecendo e produzindo diferenças, caminhos ou estilos próprios – ou seja, *sexualidades*, cujo capital é a *libido* –, força com a qual se investe em si próprio, no outro e nos objetos que se nos apresentam como possíveis, nos diferentes momentos de nossas vidas.

O QUE É SEXUALIDADE? O QUE É LIBIDO?

A sexualidade é uma problemática, e como tal é matéria de discussão, de hesitação, de perplexidade, não se resumindo apenas a um conjunto finito de comportamentos sexuais, à atividade consciente e, muito menos, à noção de sexualidade que faz o campo do sexual equivaler ao genital. É também matéria que exige ultrapassar posições, como fez o próprio Freud ao construir a partir de sua clínica dois dualismos para aprofundar a sua compreensão: o primeiro, entre as pulsões sexuais e pulsões do eu, e o segundo, entre pulsões de vida (englobando nelas os dois

termos do primeiro dualismo) e pulsões de morte. Libido é o termo da *teoria das pulsões* usado por Freud em seu primeiro dualismo para designar a energia psíquica que se liga às representações inconscientes. Em outras palavras, ela representa a força da pulsão sexual ou *Eros* no psiquismo.

É instigante pensar que aquilo que nos é mais familiar (ou parece), pois diz respeito ao nosso corpo, aos nossos desejos e às nossas práticas, possa também nos causar estranheza. E, portanto, tantos não-saberes, tantas questões. Afinal, por que a sexualidade nos parece tão familiar e ao mesmo tempo tão estranha e, sendo assim, torna tão difícil, complexa ou mesmo impossível a constituição de um saber sobre ela e, por conseguinte, seu ensino?

Sob a ótica da psicanálise, este saber “estranho” diz respeito não somente a um eu consciente, como também a um sujeito que não sabe de si, de seu desejo – o sujeito do inconsciente. Como então ensinar o que não se sabe, a não ser que se admita estar lançando mão de outros saberes ou discursos (da biologia, da medicina, da epidemiologia, da educação) que se ocuparam da sexualidade e que, inclusive, constituíram-na como problemática em torno do sexo, dos prazeres, do corpo e dos poderes. Estes saberes ou discursos insistirão em dar à problemática da sexualidade uma forma positiva (científica) nos últimos dois séculos, naturalizan-

do-a, assim como seu ensino, reduzindo-o muitas vezes a aulas, manuais, ou cartilhas de “orientação sexual”, onde se podem encontrar prescrições sobre o modo de se conduzir sexualmente, reproduzir, prevenir. Isto tem seu lugar ou importância, mas não se estará constituindo um saber sobre a sexualidade da ordem à qual eu me referia, mas um saber sobre as várias estratégias de saúde, demográficas, epidemiológicas e educacionais que, ao visarem ao bem-estar e à adaptação dos sujeitos ao indomável da força sexual, estarão em vão procurando “normalizá-la”. Deste “ensino da sexualidade” ficam barrados o sujeito, como indivíduo singular, e seu desejo, desconhecido.

O CAPITAL DA LIBIDO

Como vimos, a libido é a “energia” psíquica da pulsão sexual que investe nosso pensamento, nossa ação no mundo. É com ela que fantasiemos, sonhamos, falamos; fazemos projetos e os realizamos, rimos e choramos diante de nossos encontros e desencontros, namoramos, fazemos amigos, amor, lutamos e tudo mais. Através dela, nos lançamos numa busca chamada desejo que jamais se satisfaz inteiramente e, portanto, nela somos continuamente relançados. Inclusive pelo desejo de saber. A libido é o capital do desejo de saber, entre outros.

Considero interessante destacar este componente de “força” deste capital com o qual se investe, e com o qual se tem prazer das mais variadas formas, e que fica como que obscurecido ou diluído na força discursiva da complexa engrenagem montada nos dois últimos séculos em torno da idéia de sexualidade, sobre o que Foucault tão brilhantemente nos fala em *A história da sexualidade* ao caracterizar a “sociedade disciplinar” dos estabelecimentos de ensino, dos manicômios, das prisões, desde o século XIX. No máximo,

fala-se de libido para caracterizar o comportamento sexual estrito senso. Sem exageros, pode-se dizer que ocorreu algo da ordem de um apagamento, ao nível dos discursos em relação à libido e a seu correlato, o prazer. Estaríamos então destinados à “miséria erótica”, como diz Freud?

Por que isto ocorreria? Esta trama de saberes organizados em torno da sexualidade, constituindo-a como dispositivo, como mecanismo para se atingir certos fins, despojou esta noção de seu motor, a libido, tornando-a sexualidade acéfala, desvitalizada, “dessexualizada”, ou, se quisermos, uma produção esvaziada de força erótica propriamente dita, embora não de poder. Pode-se ver nisto algum sentido?

Como nos diz ainda Foucault, a sexualidade tornou-se no Ocidente “uma ciência sexual”, que se corre o risco de ensinar, diferentemente da arte erótica do Oriente. Em outras palavras, a prática do sexo, dos prazeres e mesmo a vida foram deserotizados ou deslibidinizados, resultando numa progressiva homogeneização e massificação das populações, impedindo o homem ocidental moderno contemporâneo de constituir estilos de vida singulares, dando sentido estético à sua existência, como o souberam fazer os gregos. Como então deixar de compreender o poder da mídia e da explosão dos micros, da internete de outros artefatos da tecnologia contemporânea neste apagamento?

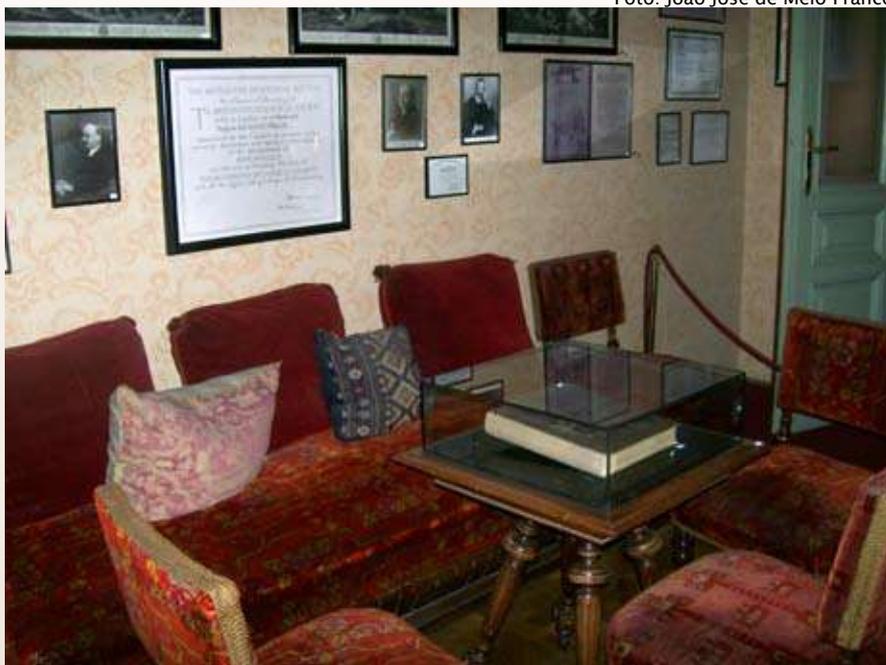
Pretendo destacar, tentando resgatar para esta reflexão sobre sexualidade e educação, o conteúdo libinal ou erótico da sexualidade, o valor cultural das pulsões sexuais, dando à libido seu lugar de direito: o de força que agita o mundo como reino do múltiplo, que relança o novo, a potência de pensar e fazer diferente, ou ainda, de dar brilho à existência, enxergando as diferenças, as *sexualidades*, como estilos singulares de vida.

Para isso, nada melhor que trazer Freud à conversa, este ilustre vienense



Museu Sigmund Freud, vista para a rua, Viena

que na passagem do séc. XIX para o XX revolucionou a história e a compreensão da sexualidade, libertando-a de seus protótipos vitorianos, suas hipocrisias, ao desatrelá-la de seus enredos históricos, científico-positivistas, médicos, adaptativos. Livrou-a das generalidades, das formatações impostas a serviço de uma moral sexual repressiva, dos preconceitos e do limbo dos julgamentos, e, principalmente, desatrelou-a da reprodução e libertou-a para o prazer. Com isto, abriu também para o homem do final do século XIX um campo de indeterminações a respeito de si próprio através da descoberta do inconsciente, de um eu que não era mais senhor em sua própria morada.



Gabinete de Freud

FREUD E A REVOLUÇÃO CRIADORA NA SEXUALIDADE

Na virada do séc. XIX/XX, circulavam no mundo médico e científico várias ideias relacionadas à sexualidade. A principal delas é que haveria um “instinto sexual genital”, cujo despertar só se daria na puberdade, e cuja finalidade seria a reprodução. A normalidade sexual era definida pela sexualidade genital do adulto heterossexual. Consequentemente, todo comportamento sexual que não se alinhasse sob este modelo era considerado como desviante, aberrante, e seu agente, um degenerado. Assim foram consideradas a masturbação infantil, as perversões do adulto, a simples busca do prazer sexual e a dificuldade ou impossibilidade de obtê-lo. A sexualidade infantil era recusada e qualquer manifestação de “apetite sexual” por parte da criança era vista como anomalia.

Diante de um quadro como este, os aportes de Freud tiveram caráter verdadeiramente revolucionário. Para muitos, escandaloso. Freud inscreve a sexualidade onde até então ela era impensável: na infância e no inconsciente, deixando para uma psicologia centrada na consciência a questão dos “comportamentos” sexuais; e fazendo a sexualidade existir em “outra cena” – na cena do inconsciente. Ela passa então a envolver um conjunto de atividades psíquicas inconscientes, como representações, sintomas, atos falhos, lapsos, sem relação direta com a sexualidade genital e comportamental amplo senso.

O inconsciente, até Freud, era apenas noção descritiva, designando o que não era consciente. Não

possuía, portanto, o *status* de conceito, que lhe foi concedido por Freud ao dotar o inconsciente – como substantivo – de estrutura, de lógica, de racionalidade baseada em princípios e leis. Isto foi conseguido através de sua genial observação clínica dos neuróticos, das crianças e de sua própria auto-análise, sonhos, lembranças, de imensa cultura sobre os povos, além da extraordinária capacidade de criar, inventar e depois conseguir sistematizar, formalizar. Ao criar o conceito de pulsão, ele rompeu com a ideia de instinto para o homem, ao articular a força sexual (componente da pulsão sexual originada no corpo) ao psiquismo, onde ela atuaria como libido ligada às formas de linguagem, dando, portanto, a este conceito dimensão fundamentalmente humana.

Em *Três ensaios para uma teoria da sexualidade*, 1905, Freud apresenta seu conceito de pulsão (sexual), abrindo toda a gama de possibilidades para o campo da sexualidade, que passa novamente a poder dar ao prazer seu lugar vital e, inclusive, de objeto teórico de estudo. O prazer conquista com Freud seu lugar de fato e de direito. O conceito de pulsão permite teorizar a permanente busca de satisfação, que só pode dar-se parcialmente – isto é, não é possível a satisfação plena. Esta busca pode acontecer de várias maneiras, passando por objetos que não estariam determinados a não ser pela própria vida ou história do indivíduo. Isto quer dizer muita coisa. Ao dotar a sexualidade de vida libidinal inconsciente, Freud afirma que ela poderia se expressar de formas diferentes (seu caráter *polimorfo*), com alvos ou fins diferentes (satisfação direta no corpo ou indiretamente nas realizações culturais), que partia de um corpo total-



Édipo e a Esfinge. Gustave Moreau, óleo sobre tela, 1864. Metropolitan Museum of Art, New York

mente erogeneizado e que permitia os mais variados objetos na sua procura de satisfação (seu caráter *perverso* no sentido de desviante). Não se trata mais, a partir de Freud, de sexualidade que visa à procriação, mas de *sexualidade perverso-polimorfa* que busca o prazer em suas várias possibilidades. A matriz desta sexualidade é a sexualidade infantil. Portanto, esta não só existia desde o nascimento como também era a responsável pela manutenção de suas características fundamentais ao longo da vida do indivíduo e de seus desdobramentos neuróticos.

Ao fazer este enlace entre a sexualidade infantil do adulto e do neurótico, em torno do caráter perverso-polimorfo da sexualidade humana, Freud

dá condições para que esta se liberte do campo dos julgamentos morais, dos preconceitos, do obscurantismo, do campo estreito do patológico. Ou seja, ele nos permite pensar diferentemente sobre aquilo que é nossa força e não nossa condenação.

FREUD E O DESEJO DE SABER

Freud foi muito curioso. Possuía aquela forma de curiosidade a que me referi no início deste texto: a que visa a descobrir coisas que fazem pensar e agir diferentemente, mesmo com o risco de desviar-se ou perder-se. Ele correu este risco. Deixou de lado promissora e confortável situação como neurologista da Faculdade de Medicina de Viena, por volta de 1890, apostou naquilo pelo qual fora fisgado por sua curiosidade esclarecida. Ao tomar contato com o sofrimento das histéricas, percebeu que ele estava ligado à sexualidade dessas mulheres, mas de forma diferente de sexualidade compreendida naquela época, e que não se expressava pela genitalidade. Por exemplo: a paralisia de um braço ou de uma perna, que não correspondia aos critérios diagnósticos de uma paralisia neurológica. Partiu, então, para investigar estas “paralisias”, sintomas de sexualidade que ele passou a compreender como *vida libidinal inconsciente*, onde circulavam desejos, interdições, censuras, recalcamientos, sonhos, constituindo o “lugar” de origem de seu sofrimento. Desejo de Freud de saber sobre a sexualidade.

À medida que avança nesta pesquisa, passa a indagar sobre sua própria sexualidade, principalmente ao encontrar em si mesmo vestígios da tragédia de Sófocles, Édipo-Rei: o desejo amoroso que tinha por sua mãe, e o desejo de afastar o pai, seu rival. Freud então enlaça suas reminiscências ao destino de Édipo, parricida e incestuoso, construindo o complexo nuclear da psicanálise que ele chamou de Complexo de Édipo, e sobre o qual baseou a estruturação do inconsciente e a produção da neurose. É interessante pensar que foi a partir de uma ficção (a da tragédia de Sófocles), à qual ele acrescentou recordações ou ficções de sua própria história, que Freud constituiu a pedra angular da psicanálise, dando a este “mito trágico” um valor de verdade universal, um valor de realidade psíquica.

GLAUCIA PEIXOTO DUNLEY

Psicanalista, médica, mestre em Teoria Psicanalítica (UFRJ) Doutora e pós-doutora em Comunicação (ECO/UFRJ), e em Serviço Social (ESS/UFRJ)

Autora de *Sexualidade & educação: um diálogo possível?* (org.). Gryphus/Forense, 1999

O silêncio da Acrópole: Freud e o trágico: Uma ficção psicanalítica. Forense Universitária /Fiocruz, 2001

e *A Festa Tecnológica - O trágico e a crítica da cultura informacional.* Escuta /Fiocruz, 2005

A interpretação dos sonhos em Freud e Piaget *

BARBARA FREITAG

No primeiro capítulo de sua *Interpretação dos Sonhos*, datado de 1900, Freud recapitula a explicação que as diferentes culturas humanas deram ao sonho através dos tempos. Muitas culturas (primeiro estágio) interpretavam o sonho como sendo uma espécie de “revelação” ou “ordem” dos deuses, transmitida ao sonhador por uma força divina (externa). Em outras culturas (segundo estágio), os sonhos foram concebidos como sendo a expressão de forças sobrenaturais, conferidas a pessoas selecionadas (pitonisas, pagés, líderes religiosos, políticos ou militares). Seus sonhos eram vistos como profecias, premonições sobre o futuro da coletividade



José interpreta o sonho do Faraó. Gustave Doré (1832-1883)

a que pertenciam. Finalmente, em nossa cultura ocidental (terceiro estágio), os sonhos foram compreendidos como sendo uma atividade do cérebro do sonhador (nível orgânico), traduzida em imagens e histórias pela mente humana (nível psíquico). Neste nível, Freud “descobre” as principais funções do sonho: preservar o sono (função orgânica) e realizar desejos de origem sexual, via de regra recalçados (função psíquica). Freud reconstrói assim a “filogênese” da interpretação dos sonhos pela humanidade.

Piaget, em contrapartida, ofereceu com seu estudo sobre o jogo, o sonho e a imitação infantil uma ontogênese da explicação do sonho, dada por crianças (e adolescentes) de diferentes idades. Em um primeiro estágio, segundo Piaget, a criança está convencida de que seus sonhos são realidades objetivas, exteriores a ela, que ocorrem fora do seu corpo e de sua mente. Em um segundo estágio, a criança começa a admitir que seus sonhos são produtos de sua mente, tornando-se contudo independentes desta e passando a constituir entidades próprias, alheias ao seu controle. Finalmente, o adolescente já admite que os sonhos são criações subjetivas que

acontecem no interior de sua mente, não tendo nenhuma realidade para os outros. Situando-se neste terceiro estágio, Piaget afirma que a função do sonho é ajudar a criança a tornar conscientes três dimensões antitéticas da estrutura cognitiva: interno-externo, subjetivo-objetivo, e pensamento-materialidade.

Enquanto Freud enfatiza a dimensão afetiva e inconsciente dos sonhos, Piaget interessa-se mais pela dimensão cognitiva e consciente.

Considerando-se a dimensão genética da conceptualização dos sonhos, as teorias de Freud e Piaget são perfeitamente complementares. Uma teoria sublinha as explicações

dadas pela história das ciências, a outra o processo de reflexão da criança sobre o sonho. Ambas procuram a explicação do sonho na gênese dessa conceptualização. Nos dois casos, os primeiros estágios são explicações simples, sobrenaturais; enquanto os estágios finais são complexos e racionais. No início, acredita-se que os sonhos sejam realidades objetivas, externas à mente humana; no final, que o sonho é uma realidade subjetiva, somente existente na mente do sonhador. Ambas as teorias foram influenciadas pelo evolucionista Hackel, segundo o qual a ontogênese (nível individual) refaz as etapas da filogênese (nível da evolução das espécies e do conhecimento científico da humanidade).

Freud enumera quatro “estímulos ou fontes” que dão origem a uma tipologia dos sonhos: estímulos sensoriais externos (objetivos), excitações sensoriais internas (subjetivas), excitações orgânicas internas (somáticas), e estímulos de natureza psíquica. Na verdade, Freud se interessa exclusivamente por sonhos decorrentes deste último tipo, aos quais dedica todo o seu esforço de investigação e interpretação. É a esses sonhos que Freud atribui a função de realização de desejo.





O sonho de Belinda. Johann Heinrich Füssli, 1780-1790, Art Gallery de Vancouver

Piaget concorda com essa tese central de Freud bem como com sua tipologia, à qual ainda acrescenta dois novos tipos: o sonho com caráter de autopunição (em geral decorrente da transgressão pela criança de uma proibição imposta pelos pais ou pela autoridade) e o sonho “substitutivo” que representa um objeto por outro.

Contudo, Piaget critica o “pansexualismo” que ele atribui a Freud – investir todo sonho com uma intenção sexual – como discorda das implicações da hermenêutica dos sonhos. Piaget, em contrapartida, insiste no estudo experimental dos sonhos, aberto à verificação científica. Sugere, ainda, inserir a teoria dos sonhos em um quadro mais amplo dos sistemas simbólicos, conferindo importância maior ao jogo e à imitação, já que a reprodução correta do sonho depende da competência lógica e linguística atingida pela criança. Sugere que se acrescente ao simbolismo afetivo estudado por Freud o simbolismo cognitivo estudado por ele e suas equipes.

Os dois autores convergem na constatação de que os sonhos têm sua origem nas estruturas internas (conscientes/inconscientes) do sujeito sonhador. Estímulos externos desempenham um papel secundário, negligenciável para a organização dos conteúdos latentes e manifestos do sonho. Há diferenças nessa organização, dependendo de ser uma criança ou um adulto o sujeito do sonho. A principal delas consiste na maneira como ambos os autores teorizam a questão da memória (a curto e a longo prazo).

Boa parte da argumentação freudiana com respeito ao sonho consiste em admitir traços de memória a curto prazo, restos diurnos (*Tagreste*), em praticamente todos os sonhos. Esses elementos de nossa memória “curta” são associados no sonho aos elementos de nossa memória a longo prazo, que via de regra remontam a experiências recalçadas da infância, estando

preservadas na memória mas muitas vezes inacessíveis. Durante a fabricação do sonho a mente recorre a dois mecanismos básicos do trabalho onírico: a condensação (*Verdichtung*) e o deslocamento (*Verschiebung*). Estes dois mecanismos, que descontextualizam (de diferentes maneiras) experiências passadas, procuram disfarçá-las de tal modo que elas escapem à censura do ego, revelando “às escondidas” e por imagens, nem sempre compreensíveis à primeira vista, a história que o inconsciente ou o pré-consciente querem contar ao autor do sonho. A interpretação do sonho (*Traumdeutung*) procura justamente reconstituir a história contada, de modo a torná-la significativa, compreensível para o sujeito do sonho e intersubjetiva com relação a terceiros. O segredo dessa interpretação está no fato de que Freud jamais considera o sonho como sendo uma totalidade e sim como um relato fragmentado, cujas partes componentes (uma vez decompostas) permitem uma infinidade de associações (e portanto, de interpretações).

Piaget critica o conceito de memória que estaria subjacente a essa interpretação do sonho. Na leitura de Piaget, Freud teria um conceito compartimentalizado da memória. Segundo esse conceito, antigas reminiscências e experiências são estocadas, sem sofrerem modificações através do tempo, à luz de novas experiências e em consequência ao crescimento biológico e intelectual do indivíduo. As memórias aguardam pacientemente sua decifração, qual múmias egípcias em túmulos ainda não violados por ladrões e aventureiros. Piaget contrapõe a esse conceito de memória uma visão processual: nossas lembranças de experiências passadas passam por processos de reformulação permanentes, ajustando-se às estruturas cognitivas e às experiências do presente. Uma reminiscência do passado, ativada pelo sonho

ou pelo recordar consciente passa por uma reconstrução no presente. Por isso Piaget distingue dois tipos de memória: a “evocativa” e a “reconstrutiva”, atribuindo a primeira à criança, e a segunda ao adulto. Essa diferenciação permite explicar a dificuldade de reprodução do sonho por parte da criança, em contraste com o adulto. Segundo essa concepção piagetiana, a criança, dotada predominantemente de memória evocativa, não se lembra do sonho por não possuir ainda a estrutura cognitiva competente para estocar a experiência onírica. O adulto, dotado de memória reprodutiva, recorre a estruturas cognitivas diferenciadas para reproduzir o sonho e lembranças passadas, à luz de suas experiências presentes. Piaget questiona, desta forma, a necessidade do recurso à “censura”, postulado por Freud como a principal barreira para que adultos e crianças possam lembrar os seus sonhos ao acordar. A anamnese durante a latência é atribuída a estruturas cognitivas “subdesenvolvidas”.

Abordar a questão das relações Freud-Piaget do ponto de vista do sonho e da memória permite trazer à tona uma das diferenças mais notáveis entre os respectivos modelos de personalidade.

O modelo de Freud é energético, baseando-se na teoria das pulsões, em que a ideia da descarga e compensação de energias excessivas ou deficitárias é central. É nesse contexto que devem ser compreendidos os conceitos de “realização de desejo”, “sublimação”, “recalque de pulsões” e “censura”. Os sonhos vêm a ser expressão de pulsões disfarçadas que conseguiram burlar a censura do ego consciente, durante o sono.

Em contrapartida, o modelo de Piaget é cognitivo. Baseia-se em processos conscientes e inconscientes de equilíbrio das estruturas cognitivas, que reorganizam a memória passada à luz de memórias e experiências recentes, incluindo materiais simbólicos produzidos pelo sonho. Os processos de equilíbrio cognitiva estão a serviço da produção de sentido e da transparência do discurso onírico para o autor do sonho.

Mesmo levando-se em conta essas diferenças, elas não nos autorizam a afirmar que Freud seria o psicólogo

do inconsciente e Piaget o pesquisador dos processos mentais conscientes. Ambos teóricos admitem que a afetividade, a cognição, a formação simbólica e o sonho lidam simultaneamente com processos psíquicos conscientes e inconscientes. Onde eles divergem é na ênfase diferencial dada a esses processos no que concerne à produção do discurso manifesto e latente do sonho.

Levando em conta a relação existente entre o inconsciente, o pré-consciente e o consciente, Freud definiu o sonho como sendo a via real (*Koenigsweg*) que nos levaria para o inconsciente, concebido como uma espécie de “caixa preta” do aparelho psíquico, de difícil acesso.

Piaget criticou Freud por ter criado um antagonismo entre o consciente e o inconsciente, como se se tratasse de duas “entidades” paradas e autônomas. Por que não compreendê-los como os polos de um contínuo, entre os quais os processos psíquicos fluem livremente, sem barreiras e limites? Aceita a ideia do contínuo, o sonho não pode mais ser visto como um caminho ou uma chave que dá acesso ao inconsciente, mas como um indício da maturação gradual da consciência em direção ao pensamento lógico, à descentração, à compreensão da perspectiva do outro e à aceitação dos papéis sociais.

Freud começou a estudar os sonhos em um contexto terapêutico. Seu interesse não era meramente acadêmico ou científico, tinha a motivação ligada à sua condição de médico – a de ajudar os seus pacientes, curando-os de suas neuroses.

Piaget não estava interessado nos sonhos por razões clínicas, mas enquanto pesquisador. Estudou o tema entre crianças normais que espontaneamente lhe contavam os seus sonhos. Piaget registrou-os para interpretá-los no contexto de uma problemática mais ampla: compreender os mecanismos de formação e funcionamento dos sistemas simbólicos e da linguagem.

Enquanto a interpretação dos sonhos foi para Freud e seus seguidores (mas também para os seus críticos) o fundamento da teoria psicanalítica e do método clínico, os estudos do sonho de Piaget foram capítulos menores em sua obra, considerada como um todo. Ela foi, como se sabe, dedicada em sua essência aos problemas da gênese do conhecimento individual (estruturas cognitivas do sujeito cognoscente) e coletivo (estruturas do conhecimento científico da humanidade).

Leituras sugeridas

FREUD, Sigmund. *Die Traumdeutung*, vol.II/III das obras reunidas. Frankfurt/M.: Fischer Verlag, 1973 (1.ª ed., 1900).

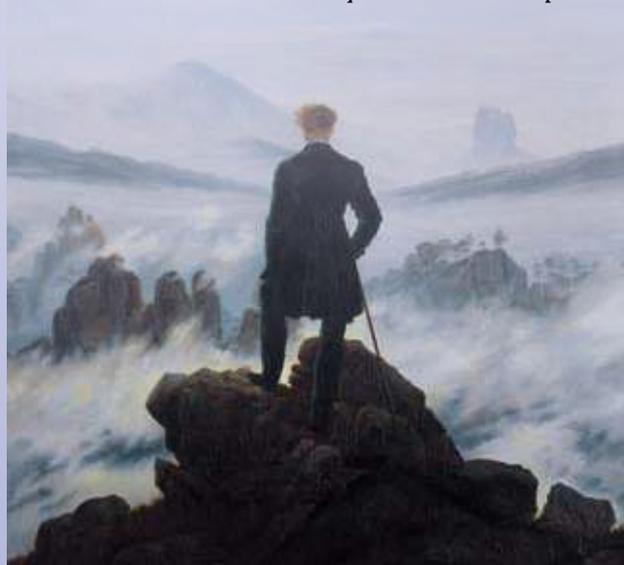
PIAGET, Jean. *La formation du symbole chez l'enfant. Imitation, jeu et rêve, image et représentation*. Neuchâtel-Paris: Delachaux et Niestlé, 1946.

PIAGET, Jean et INHELDER, Baerbel. *Mémoire et Intelligence*, Paris: PUF, 1968.

BARBARA FREITAG

Livre-docente e doutora pela Universidade Livre de Berlim
Prof.ª Emérita pela UnB/Brasília
Prof.ª visitante da Univ. de Humboldt e Univ. Carolina/Praga
Autora, entre outros, de: *Sociedade e consciência: um estudo piagetiano na favela e na escola; Dialogando com Habermas; Itinerâncias urbanas; Teorias da Cidade*

*Excerto de *Piaget: 100 anos*. Org. da autora, ed. Cortez, 1997, pp. 82-87.



O peregrino sobre o mar de névoa. Caspar David Friedrich, 1818. Kunsthalle de Hamburgo

JOVENS SEM CAUSA



JACIR J. VENTURI

É tristemente baixa a capacidade de mobilização dos nossos jovens. Salvo exceções, perderam o nobre sentimento da indignação diante dos problemas sociais e políticos, em um país com milhões de estudantes bem nutridos, bem instruídos, com tempo disponível e, no entanto, consumistas, hedonistas e sem qualquer participação comunitária. Poucos são os jovens que conhecem a crua e nua realidade da periferia de sua cidade ou que movem alguma ação concreta para debelar a perversa condição de miserabilidade de 19 milhões de brasileiros.

Em uma pesquisa que realizamos com 1900 alunos de três escolas de Curitiba, constatamos que apenas 8% participam sistematicamente de ações voluntárias. No entanto, 71% gostariam de participar, mas não sabem como. Assim, estamos muito aquém dos países da Europa e da América do Norte, onde a inserção dos jovens em projetos comunitários é relevante: de 40% a 62%.

Mesmo com a mídia concedendo espaços generosos a temas como justiça social, corrupção, impunidade, mais vagas nas escolas técnicas, qualidade do ensino público, poucos são os jovens que se apresentam. Cadê o frenesi que está no DNA da juventude, a exemplo das campanhas dos movimentos estudantis de 1968, das Diretas Já, dos caras pintadas pró-*impeachment* do Collor? Depois disso, duas décadas de tibieza e inércia, em meio a uma profusão de boas causas. Os lídimos aglutinadores dos anseios da sociedade, como a UNE, UBES, UPE, DCE, Grêmios, etc., pouco ou nada se manifestam. Falta-lhes representatividade, capacidade de mobilização e, comumente, se desgastaram com suas participações político-partidárias.

Mundialmente, vivemos duas realidades distintas: intensa participação estudantil, na denominada *primavera árabe*, fornecendo músculos aos legítimos e populares movimentos em prol da democracia; e, em contrapartida, o que se vê no Ocidente? Violência, quebra-quebras, saques, como os que eclodiram nas ruas de Los Angeles em 1992, de Paris em 2005, de San-

tiago, Londres, Madri e quase uma dezena de outras cidades em 2011. É a fúria das ruas. Não há causas, apenas caos.

Especialmente em relação aos recentes vandalismos em Londres, Zygmunt Bauman, 85 anos, professor universitário, autor de dezenas de livros e um dos mais respeitados sociólogos da atualidade, é enfático: “É uma revolta motivada pelo desejo de consumir, não por qualquer preocupação maior com mudanças na ordem social. Foi um motim de consumidores excluídos e frustrados. Todos nós fomos seduzidos para ver o consumo como uma receita para uma boa vida”.

Aos sábados, a *Gazeta do Povo* nos brinda com as deliciosas e afetivas crônicas da jornalista Marleth Silva. Há duas semanas, discorreu sobre os jovens ingleses que fizeram quatro noites de quebra-quebras e só pouparam as livrarias. A nossa jornalista indaga e já em seguida palpita: “Que livro essa rapaziada deveria escolher? Eu arriscaria *O Apanhador no Campo do Centeio*, do Salinger”.

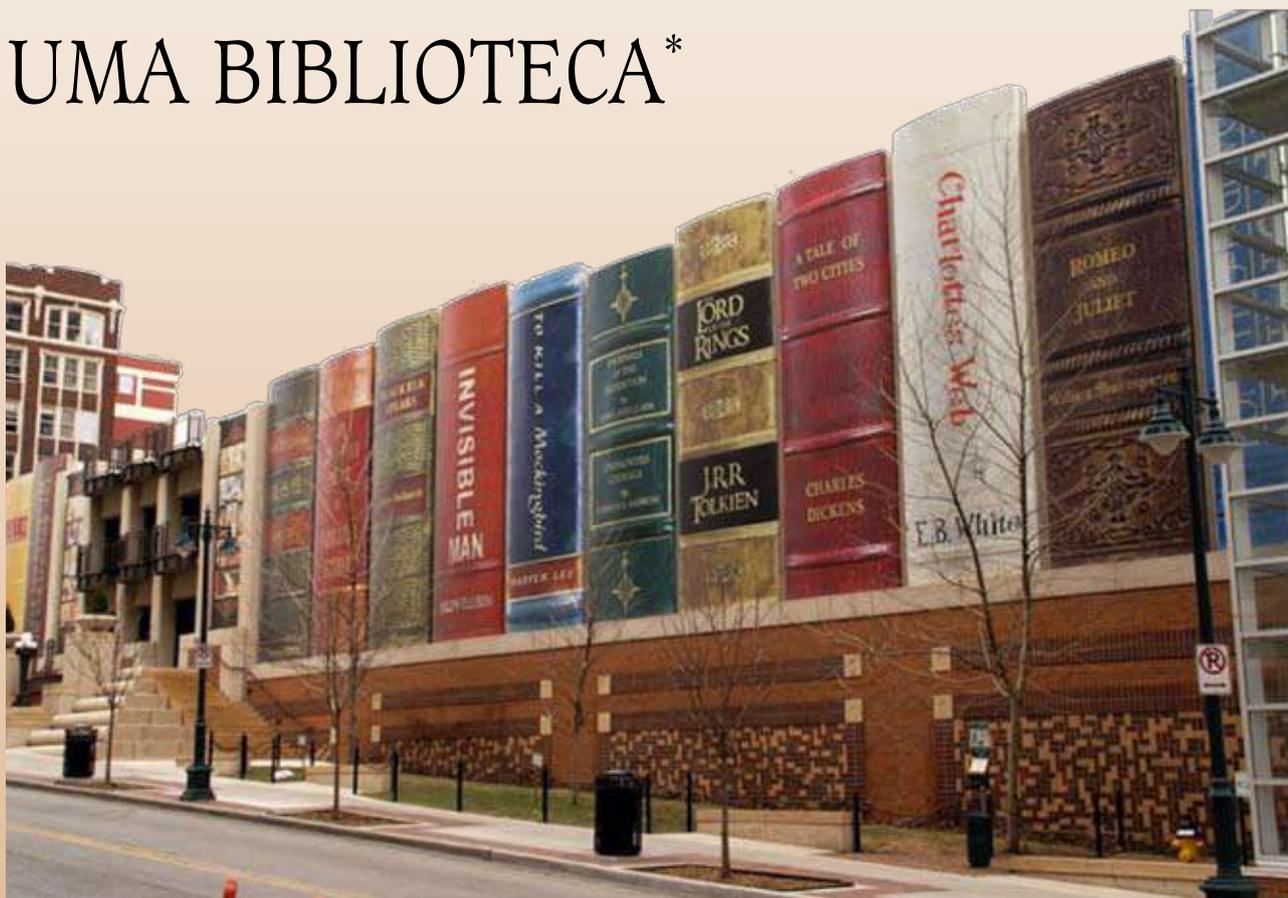
Realmente, uma ótima sugestão. Porém, nós, os sessentões remanescentes dos movimentos estudantis de 1968, líamos Sartre, Marcuse, Platão, Darcy Ribeiro, Celso Furtado. Pouco entendíamos dos dois primeiros, pois eram densos e maçantes, mas estavam na moda. E não nos faltava pilhéria e presunção quando afixamos um cartaz na parede da pensão da rua Riachuelo, onde morávamos em quatro: “Há muito mais filosofia numa república da Riachuelo, que em toda a República de Platão”.

Sempre atentos aos riscos iminentes, cantávamos as músicas de protesto de Vandré. Chico, Gil e Caetano. Hoje, um quase hino à apatia, a maioria dos jovens pratica o refrão de Zeca Pagodinho: “deixa a vida me levar”. No entanto, essa bela música tem um estribilho reparador: “mas meu coração é nobre”.

JACIR J. VENTURI

Professor, diretor de escola e vice-presidente do Sindicato das Escolas Particulares do PR

DECOMPONDO UMA BIBLIOTECA*



Uma biblioteca pública em Kansas City, EUA

ALBERTO MUSSA

Não sou capaz de dizer que obra ou que autor inoculou em mim o vício da leitura, porque nasci entre livros, milhares deles. Meu pai tinha estantes espalhadas por várias partes da casa, inclusive na garagem.

A presença da biblioteca, sua imponência concreta, material, sempre me impressionou. Por maiores que fossem minhas divergências com meu pai, eu sabia que aquele era o bem a ser legado. Em toda minha vida, creio que só não fui proibido de mexer nos livros. E isso, naqueles tempos severos, não era pouco. Obviamente, eu tinha títulos só meus, que ocupavam três ou quatro prateleiras: romances policiais e de terror, compartilhados com minha mãe, particularmente os da Agatha Christie; livros comprados em bancas de jornal, como a fabulosa série da Giselle Monfort, a espiã nua que abalou Paris, que ainda conservo; alguns livros sobre umbanda e

candomblé; e muita coisa do Círculo do Livro: Amado, Verissimo, Nelson Rodrigues. Não devo ter feito esta reflexão, na época; mas talvez intuísse que aquelas três ou quatro prateleiras materializavam o traço rebelde da minha personalidade. Meu pai não condescendia que eu experimentasse os prazeres simples da rua, pela mesma razão que via com desconfiança aquele gosto literário “popular”, que poderia me afastar da erudição.

Quando ingressei na faculdade de matemática, a noção de que o conhecimento é um bem físico – e cabe numa biblioteca – se manifestou em mim de forma consciente. Meus colegas estudavam em apostilas fotocopiadas. Aquilo, para mim, era inconcebível: eu necessitava de livros, dependia daquele objeto para aprender. Passei, então, a montar algo que não era apenas uma coleção aleatória, mas uma pequena biblioteca pessoal, que obedecia

a um plano rigoroso e predeterminado. Podia me orgulhar de ter livros que inclusive não faziam parte da bibliografia. Foi essa uma lição que a biblioteca me ensinou: a busca do conhecimento deve ser feita de maneira independente. Houve nessa época um caso curioso e decisivo, na minha história de leitor. Meu livro de cálculo diferencial era o de um certo Piskounov, um nome assim. Era uma obra que ninguém possuía. Logo que se espalhou a notícia de que eu estudava cálculo num livro russo, fiquei com um imenso prestígio entre os colegas comunistas; e ganhei de um deles um pequeno volume do poeta Agostinho Neto, o presidente comunista de Angola, que me iniciaria numa das mais importantes aventuras da minha vida: a literatura africana.

Quando meu pai morreu, eu deveria, naturalmente, herdar a biblioteca; mas uma outra circunstância triste mudou completamente meu destino. Como a casa ficara fechada, uma rachadura no teto permitiu que as chuvas destruíssem praticamente tudo. Nunca esqueci a imagem de toda aquela inteligência transformada em lama. Sabia que o conhecimento era concreto, mas não me dera conta de que fosse precível.

De toda aquela massa, só consegui salvar um exemplar das poesias completas do Fernando Pessoa. Este livro foi o único objeto pessoal que herdei. Passei a sentir, assim, uma necessidade radical de reconstituir a biblioteca. Não sei se foi isso que me fez decidir voltar à faculdade. Mas, dessa vez, para estudar literatura.

Meu primeiro projeto foi o de ler toda a literatura brasileira. Todos os sábados eu ia ao centro da cidade para pechinchar nos sebos, em todos eles. Talvez já tivesse consciência de sofrer de uma obsessão



Natureza-morta dos livros. Charles E. B. de Annonay, séc. XVIII, Museu de Ain, Bourg-en-Bresse, França

certamente adquirida em função daquela primeira biblioteca: a de obter um conhecimento que fosse total, absoluto, ainda que num campo específico do saber. O objetivo, na prática, era inalcançável; mas foi essa meta que me fez desenvolver a capacidade de ler tão rápido sem perder a concentração. A frase clássica *mens sana in corpore sano*, na verdade, é tautológica, porque o cérebro é uma parte do corpo. A leitura, assim, é uma atividade atlética como outra qualquer: exige treino, exige condicionamento físico. Por isso, não há livros difíceis, apenas leitores mal treinados. Embora minha biblioteca continuasse crescendo, percebi que para compreender a essência da literatura brasileira,

para obter um conhecimento total sobre ela, seria necessário compará-la a outras. Comecei, então, um processo compulsivo de comprar livros para formar, nessa mesma biblioteca, uma seção com os grandes clássicos universais, muitos dos quais eu conhecera na biblioteca paterna.

Então, aos autores brasileiros se somaram franceses, russos, portugueses, ingleses, italianos, norte-americanos, espanhóis, alemães e o magistral conjunto dos chamados hispano-americanos. Alguns dirão que essa biblioteca não tinha nada de especial, era uma simples coleção de clássicos. Mas havia uma diferença: é que, a partir dos poemas do Agostinho Neto, também passei a ler, e muito, os escritores da África. E foi a experiência profunda e original expressa na literatura africana que me fez perceber que os cânones convencionais são o reflexo de uma mentalidade colonial e evolucionista. Assim, para obter o conhecimento total da literatura, era necessário incluir, além dos africanos, o mundo inteiro. E era fundamental estudar as literaturas

antigas, clássicas e medievais. Porque a comparação tinha também que se fazer no tempo. O cúmulo desse processo ocorreu quando constatei que a literatura – aliás, a literariedade – é anterior à escrita; e para compreendê-la era necessário conhecer as culturas ágrafas, a mitologia dos povos ditos primitivos. E não bastava o texto dos mitos: tinha que ler também monografias etnográficas que me permitissem interpretá-los.

Minha biblioteca, nessa altura, atingira proporções enormes, borgeanas. Mesmo mantendo um sistema rígido de leitura, concluí que nem em 60 anos eu conseguiria ler todos os meus livros. E foi essa consciência que me fez, de uma hora para outra, simplesmente abdicar da literatura, como objeto de um conhecimento total. E talvez estivesse influenciado por uma estranha descoberta, lida em algum lugar: a de que Borges conservava em casa não muito mais que 500 volumes. Comecei, então, um processo muito mais complexo que o de construir uma biblioteca: o de desmontá-la. Talvez nem todos tenham noção do que significa, para um viciado em livros, reduzir todas as possibilidades de conhecimento (e de prazer) a não muito mais de 4 mil obras. Não vale a pena mencionar detalhes, que seções foram mais ou menos afetadas. Importa é que no fim desse drama consegui tornar a casa transitável, moderar a compulsão e descobrir coisas muito profundas a respeito de mim mesmo.

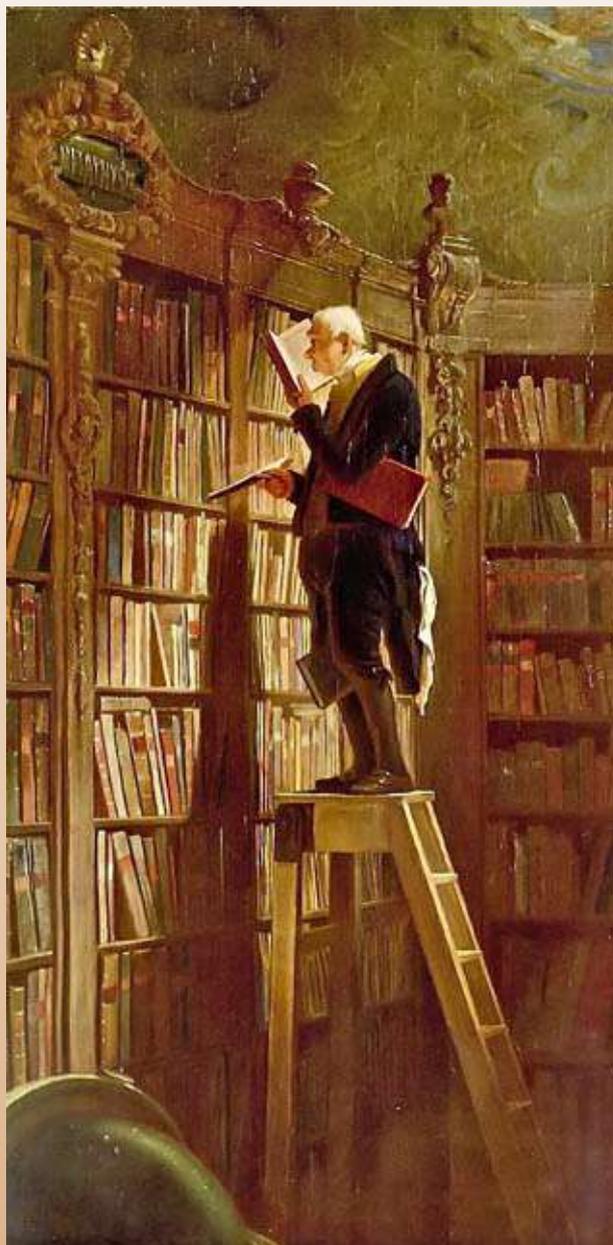
Primeiro: que o excesso de subjetividade me incomoda, que ainda conservo um certo espírito matemático. Por isso, a grande enxurrada que partiu foi de romances, enquanto permaneceu a maioria dos contistas – que lidam com um gênero mais intelectual.

Segundo: que, embora a ideia de “civilização” pressuponha ou enseje a de “palavra escrita”, não tenho por ela, a “civilização”, tanto apreço assim. Por isso, não consegui me libertar de nenhum livro de mitologia; concluí, depois de muito tempo, que os grandes feitos literários da humanidade foram alcançados na pré-história.

Terceiro: que sou quase um alienado, que não me interessa por muitos dos problemas do meu tempo. Por isso, conservei as literaturas antigas, clássicas e medievais, em detrimento da modernidade.

Quarto: que não passo de um provinciano. Por isso, mantive intacta a literatura brasileira, não fui capaz de retirar nenhuma obra escrita na minha língua, a língua hegemônica do Brasil, que nenhum acordo ortográfico tornará universal.

Os volumes que saíram da minha casa foram trocados por créditos num elegante sebo do centro do Rio, que dispõe também de um restaurante. Te-



O rato de biblioteca. Carl Spitzweg, c. 1850, Museu Georg Schäfer, Schweinfurt, Alemanha

nho, assim, bebido e petiscado boa parte dos meus antigos livros. Dizem que costumo frequentar o sebo para estar, de alguma forma, perto deles. É uma calúnia. Esses livros não me dão saudade. Vou lá para falar de futebol, beber uma cerveja, cantar sambas antigos. Porque a vida tem outras coisas muito boas.

ALBERTO MUSSA

Escritor, ensaísta e tradutor

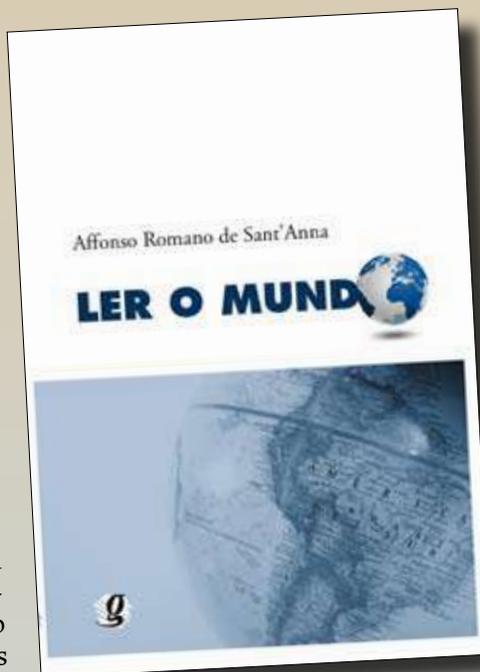
Autor de *Elegbara* (contos); *O trono da rainha Jinga*, *O enigma de Qaf*, *O movimento pendular* (romances); *Meu destino é ser onça* (ensaio); *Os poemas suspensos* – poesia árabe pré-islâmica (tradução)

* *In Prosa & Verso*, *O Globo*, 31/10/2009

Ler o mundo

Em *Ler o mundo*, publicado pela Global Editora, Affonso Romano de Sant'Anna, com respeitável experiência na área do livro, da leitura e da biblioteca, oferece amplo painel do que seja "ler o mundo". Baseado em sua experiência nas áreas cultural e administrativa, Affonso lê o ontem e o hoje a partir do espaço brasileiro, passando por França, Colômbia, Egito, Alemanha, EUA e Rússia, entre outros. Reflete sobre sua prática e questiona seu objeto – a leitura. Sua crítica é fruto da experiência, maturidade e inteligência de um dos grandes nomes de nossa literatura.

Sempre comprometido com a escritura, a leitura e a difusão da literatura, quando na gestão da Fundação Biblioteca Nacional reorientou suas ações, enfatizando sua vocação de formar leitores, com foco na qualificação



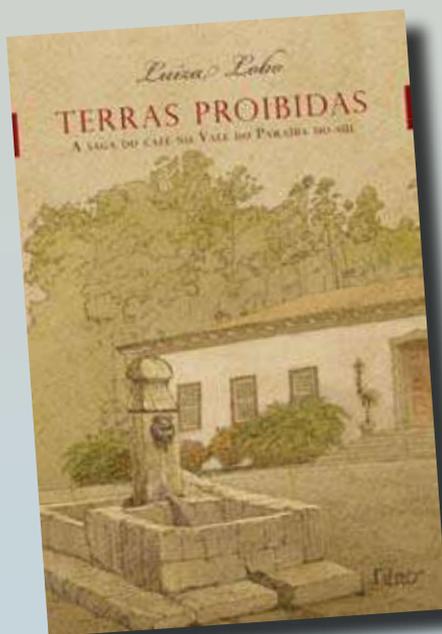
do público, em momento de grave crise na cultura. Em *Ler o mundo* Affonso apresenta seu testemunho sobre a época, sempre batalhando pela institucionalização de uma "política cultural".

Sobre o autor

Affonso Romano de Sant'Anna, licenciado e doutor em Letras, lecionou nas Universidades da Califórnia e do Texas (EUA); Aarhus (Dinamarca); Colônia (Alemanha); Aix-en-Provence (França) e Nova (Portugal). Organizou a pós-graduação em literatura brasileira e dirigiu o Departamento de Letras e Artes da PUC-RJ. Foi presidente da Biblioteca Nacional por seis anos – passando por três presidentes da República e seis ministros da Cultura. Autor de dezenas de livros e artigos, publicou recentemente *Crônicas para jovens* (seleta de Antonieta Cunha) e *Sísifo desce a montanha* (poesia). Foi, e é, cronista de vários jornais.

www.globaleditora.com.br

Terras proibidas



Terras proibidas, a saga do café no Vale do Paraíba do Sul, romance de Luiza Lobo, editado pela Rocco, focaliza a evolução de famílias portuguesas, desde o séc. XII, que emigraram para o Brasil no séc. XVIII, visando explorar as minas de ouro das Gerais. Após atravessar as *Terras*

Proibidas, elas se fixam no

Vale do Paraíba do Sul, no séc. XIX, criam fazendas de café baseadas no trabalho escravo, originando poderosos clãs.

O livro conta a saga da família de Francisco José Teixeira Leite, o barão de Vassouras. Empreendedor, criou império cafeeiro e poderoso clã, influen-

ciando o crescimento e a política de cidades da região, particularmente Vassouras.

A família sofre tragédias e mortes, testemunhadas pelo barão. Moradores da Fazenda Cachoeira Grande, onde ele viveu, acreditam em maldição de Manoel Congo, escravo que liderou rebelião nas fazendas de café e, capturado, foi condenado à morte.

O livro utiliza o fluxo da consciência e a história das mentalidades para penetrar na mente dos patriarcas e das mulheres que os cercam, evidenciando seus conflitos. O enredo cessa com a abolição da escravidão, quando esse modo de vida rural começa a perder suas características, dando início à vida urbana e republicana no Rio de Janeiro.

Sobre a autora

Luiza Lobo, professora de literatura comparada e teoria literária na pós-graduação da Fac. de Letras/ UFRJ. Doutora em literatura na Univ. da Carolina do Sul (EUA). Escreveu livros acadêmicos e de contos, entre os quais *Estranha aparição* (Rocco). Publicou mais de 100 ensaios em revistas, livros e enciclopédias no Brasil, Inglaterra, Itália, Portugal e EUA. Traduziu obras de Jane Austen, Virginia Woolf e Edgar Allan Poe. Proferiu palestras nas universidades de Londres, Oxford, Yale, Harvard e Columbia.

www.rocco.com.br

Crise Colonial e Independência: 1808-1830



O volume I da coleção *História do Brasil: 1808-2010* apresenta textos inéditos de Alberto da Costa e Silva (coordenador), Lúcia Bastos Pereira das Neves, Rubens Ricupero, Jorge Caldeira e Lília Moritz Schwarcz, tratando de população, sociedade, política, economia, cultura e relações internacionais. Nele, definem-se os contornos do que seriam a sociedade

e o Estado brasileiros, inclusive a unidade territorial que não ocorreu nos países hispano-americanos. A história do Brasil independente se inclui entre as “revoluções atlânticas”, percorrendo trajetória paralela à dos vizinhos sul-americanos.

Lília Schwarcz, diretora da coleção, indica a necessidade de nos questionarmos sobre a imagem que construímos para nós e nossa sociedade. A coleção permite leitura sintética e reflexiva sobre nossa história e dá condições para estudo da história comparada da América Latina, na qual o papel do único país lusófono é fundamental.

Coordenam os demais volumes: José Murilo de Carvalho, o 2.º; Lília Moritz Schwarcz, o 3.º; Angela de Castro Gomes, o 4.º; Daniel Aarão Reis, o 5.º; e *A História do Brasil através da fotografia*, o 6.º, Boris Kossoy. O projeto gráfico é de Víctor Burton e inclui farta iconografia, cada volume com anexo de imagens coloridas.

A coleção faz parte do projeto *América Latina na História Contemporânea*, parceria da Fundación Mapfre com o Grupo Santillana (pela Editora Objetiva), abrange as trajetórias de dez países nos últimos duzentos anos. Especialistas de cada país elaboraram sua coleção, mas todos seguem estrutura que permite visão de conjunto e comparativa. O conselho editorial da coleção é dirigido por Pablo Jiménez Burillo e coordenado por Javier J. Bravo García. Para mais ampla circulação, os livros serão vertidos para o espanhol.

www.objetiva.com.br

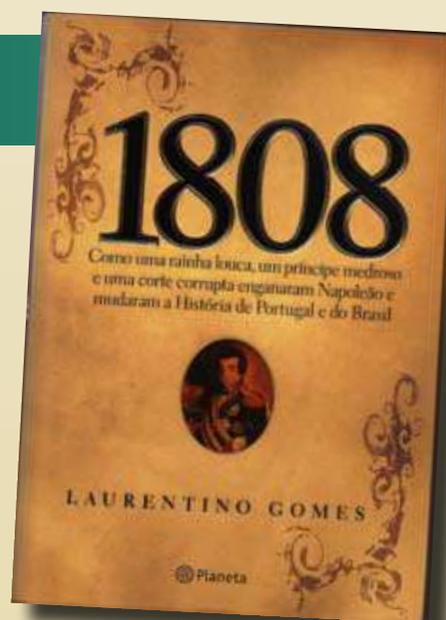
1808

1808, publicação da ed. Planeta do Brasil, é resultado de dez anos de investigação jornalística de Laurentino Gomes, que resgata e relata de forma acessível o contexto histórico que envolveu a vinda da Coroa lusa para o Brasil, apresentando os principais protagonistas da trama e os papéis por eles desempenhados.

Nunca algo semelhante aconteceu na história europeia: o príncipe regente de Portugal, D. João, foi o único soberano europeu a cruzar um oceano com a corte e a comandar seu império de outro continente. Reis e rainhas haviam sido destronados ou se refugiado no estrangeiros, mas só ele realizou tal façanha!

Frequentemente, seu reinado é tratado caricatamente apresentado-o como um rude fujão, mas isso não faz justiça à epopeia vivida por ele, outros portugueses e brasileiros na época. A fuga/traslado da família real ocorreu em momento revolucionário das histórias do Brasil, de Portugal, das Américas e do mundo ocidental.

As guerras napoleônicas na Europa, as revoluções republicanas nas Américas, o tráfico negreiro



e a escravidão formaram o caldo de cultura no qual se deram as mudanças políticas do Brasil, inclusive sua independência e a consolidação de sua unidade como povo.

Leitura instigante do princípio ao fim, parece mais um romance do que um relato histórico!

www.editoraplaneta.com.br

Leopoldina, a princesa do Brasil

L *Leopoldina, a princesa do Brasil*, do historiador Clóvis Bulcão, ed. Rocco, é biografia para jovens sobre a primeira esposa de Pedro, regente, depois, imperador do Brasil. O que o distingue de livros didáticos é sua forma narrativa, coloquial, interessante, lembrando ficção: conta, desde o nascimento e infância de Leopoldina, filha do Imperador Francisco I da Áustria e de Maria Teresa de Bourbon-Sicília, até sua morte no Brasil.

Muito unidos, os Habsburgo davam aos filhos formação humanística baseada na igualdade entre os homens. A arquiduchessa falava cinco idiomas e estudou ciências naturais. Após casamento na Catedral de Viena e grande recepção, acompanhada por um embaixador, dama de companhia, empregados e pela ama Annonny, foi para a Itália, onde viu o mar pela primeira vez e aguardou a esquadra portuguesa. Encantada, isso aumentou seu desejo de conhecer o Brasil e o príncipe.

Aqui, Leopoldina e Pedro cavalgavam pela floresta da Tijuca, admirando a grande variedade de vegetais e animais, ou nas praias, onde recolhia conchas para sua coleção. O amor à música os unia: Pedro tocava piano, compunha e iam a teatros.

Em 1820, as cortes portuguesas exigiam a volta de D. João e família, e o palácio foi cercado por tropas portuguesas. Mas Leopoldina, mesmo em adiantada gravidez, queria ficar. Ela e Pedro permaneceram, D. João, Carlota Joaquina e outros filhos retornaram a Portugal.

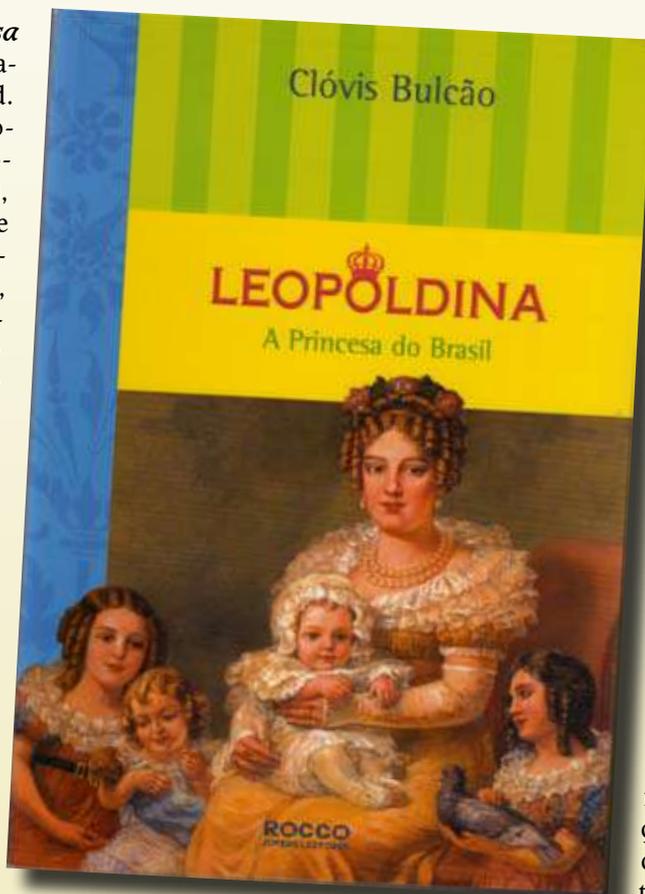
A alegria pelo nascimento da primogênita Maria da Glória contrastava com as pressões, pois o comandante do exército português não admitia a regência de Pedro. Como D. João VI sugerira que ele reinasse sobre o Brasil, diante das ordens para que voltasse, em 9 de fevereiro de 1822, de uma janela do Paço, anunciou à multidão: “Se é para o bem de

todos e felicidade geral da nação, diga ao povo que fico”. Era o primeiro passo para livrar-nos do jugo português.

Viajando pelo país em busca de apoios, Pedro deixou Leopoldina dirigindo o Conselho de Ministros, que o reconheceria como maior autoridade no Brasil e definiria que nada vigoraria sem seu aval. Numa das viagens, Leopoldina regente – a primeira mulher a governar o Brasil –, escreveu ao marido que era chegada a hora. Sua carta, com outras de José Bonifácio e a que determinara retornasse a Portugal, alcança o príncipe às margens do Ipiranga em 7 de setembro de 1822, de onde exclama: “independência ou morte será a nossa divisa!”. Todos a sua volta a repetiram com entusiasmo.

A morte de Leopoldina, em 12 de dezembro de 1826, no Palácio da Quinta da Boa Vista, entristeceu profundamente os brasileiros, que reconheciam seu amor ao país e ao esposo, e por tudo o que fizera, com sua inteligência e sólida formação humanista, para ajudá-lo. Seus restos mortais encontram-se no Monumento do Ipiranga, desde 1972. Os descendentes foram importantes protagonistas da História do Brasil: Pedro II, imperador de 1831-1889, e sua neta, a Princesa Isabel, liberou os escravos, assinando a Lei Áurea em 1888.

Leopoldina – a princesa do Brasil tem excelente qualidade gráfica, pinturas da época e informações que intercalam a bem construída narrativa. Uma ótima leitura que nos faz conhecer melhor uma figura importante e, no entanto, pouco estudada.



LAURA SANDRONI
www.rocco.com.br

Neukomm no Brasil – em CD e DVD

Sigismund Neukomm (1778-1858), o aluno predileto de Haydn, é quase um desconhecido, apesar do sucesso de que desfrutava em sua época. De índole nômade, abandonou o país natal, a Áustria, pela França, passou pelas cortes de São Petersburgo, Berlim, Londres, visitou a Itália, a Suíça e a África. Diz-se que teria sido um espião, a serviço do Príncipe de Talleyrand, a quem serviu como pianista particular durante mais de 20 anos. A incansável itinerância talvez explique o esquecimento ... é praticamente ignorado pelas histórias da música da Áustria e da França, país onde residiu a maior parte da vida.

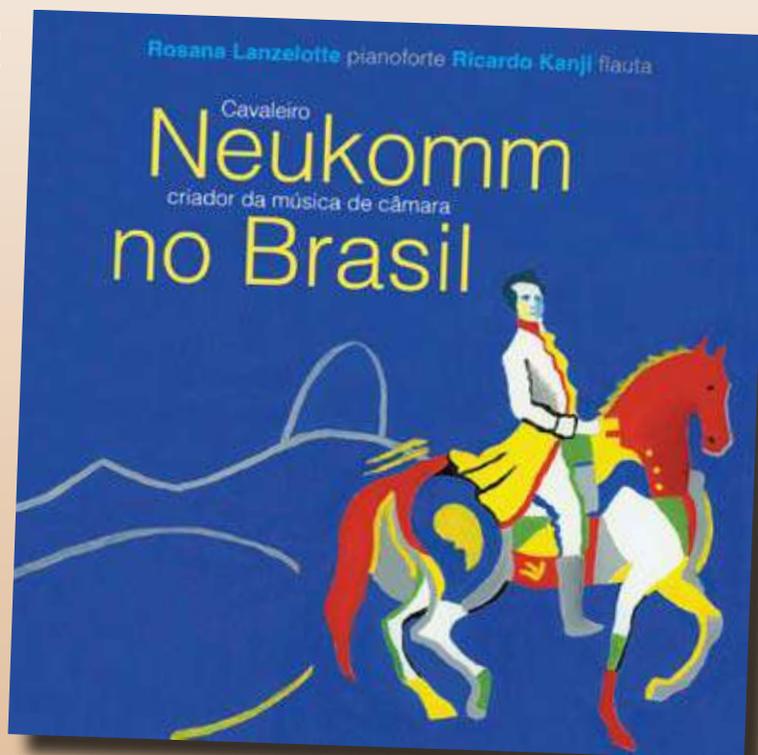
Para os brasileiros, sua obra é primordial e desperta a atenção dos pesquisadores, entre eles, e principalmente, a do saudoso José Maria Neves (1943-2002), falecido durante a catalogação da obra do compositor.

Nasci em Salzburgo, em 10 de julho de 1778, sendo o mais velho de uma grande família e fui batizado com o nome de Sigismund. Sem ser um prodígio, como imortal Mozart que também nasceu em Salzburgo em uma casa vizinha à nossa, minhas aptidões foram precoces...

Consciente de sua importância e de sua obra, Neukomm redige a autobiografia e organiza o catálogo que resume a produção de 2 mil composições, quase todas editadas na época, o que comprova o seu prestígio: “Em 1816, aproveitei-me da vantajosa oferta feita pelo Duque de Luxemburgo, para acompanhá-lo ao Rio de Janeiro.”...

Chega ao Brasil no auge da disputa entre José Maurício e Marcos Portugal pela preferência de D. João. Logo percebeu que não havia espaço para ele na Capela Real, palco principal do duelo entre seus talentosos colegas. Não havia música de câmara, música para piano, música para bandas, música sinfônica... Neukomm, nascido no berço do classicismo, a Áustria, onde reinava a magnífica obra de seus conterrâneos Mozart e Haydn, inaugura esses repertórios no Brasil!

Não há certeza sobre a identidade do flautista virtuose com quem tocava – poderia ser Pierre Laforge, chegado ao Brasil no mesmo ano, que se tornaria o nosso primeiro editor de música. Neukomm iniciou ainda a prática que se tornou a marca registrada da produção musical brasileira: a



mistura de gêneros clássicos e populares. Inspirou-se na modinha “A Melancolia” – de Joaquim Manoel da Câmara para escrever *L'Amoureux*, em um lundu, no caso de “O Amor Brasileiro”.

A pesquisa de repertório foi iniciada em 2003, na Biblioteca Nacional da França, onde se encontra grande parte dos manuscritos de Neukomm. A gravação aconteceu em junho de 2008 em local de acústica privilegiada: a Capela do Forum de Ciência e Cultura da UFRJ, no campus da Av. Pasteur, Urca, Rio de Janeiro. A riqueza do som ambiente, perfeitamente captado por Flavia Calabi e Maurício Gargel, levou-nos a optar pelo *dolby surround* e, em consequência, por uma tiragem em DVD. O casamento com as imagens de Debret foi uma escolha natural, uma vez que Neukomm seria parte da Missão Francesa que trouxe aquele e outros artistas ao país.

Este CD conta a viagem do Cavaleiro Neukomm pelo universo sonoro do Brasil, pelas modinhas e lundus, pelos príncipes e princesas, pelos verdes e pelos mares...

ROSANA LANZLOTTE
www.lanzelotte.com

A ABSURDA PODA ANUAL

JOSÉ A. LUTZENBERGER

Todos os anos, no inverno, repete-se, na maioria de nossas cidades, um fenômeno desconhecido em outras paragens. Há várias décadas fixou-se entre nós uma inexplicável tradição que consiste na mutilação pura e simples de nossas árvores urbanas, tanto nas ruas como nos jardins. Muitas vezes no campo, junto às casas de fazendas ou de colonos, pode ver-se o mesmo descabro. A esta mutilação é dado o nome de “poda”. O tratamento geralmente é aplicado aos cinamomos, jacarandás e plântanos, às vezes aos ligustros e extremosas, raras vezes com outras espécies como umbus, paineiras ou guapuruvus. Os maus-tratos são tais que muitas vezes as árvores pouco a pouco vão se acabando. No caso do cinamomo, ouve-se dizer que a árvore é de curta vida, mas ninguém se dá conta que tal fato se deve justamente às repetidas e contínuas mutilações. Um cinamomo não mutilado certamente viverá centenas de anos.

Em nosso meio é difícil de se ver uma árvore de rua em bom estado, desenvolvida segundo suas próprias leis. Quase todas são doentes, com tocos e troncos mortos ou parcialmente apodrecidos, impedindo assim a cicatrização e recuperação das mesmas. Uma vez que estão todas fracas e consumidas por dentro, tornam-se presa fácil para insetos, como no caso das cochonilhas do jacarandá. A reação comum é, então, cortar os galhos atingidos para eliminar os insetos, constituindo-se assim nova poda, agora com fins curativos, geralmente um choque que poucas árvores superam.

Se aceitarmos o argumento muitas vezes apresentado de que é necessário defender os fios elétricos

A árvore que está sendo cortada observa com tristeza que o cabo do machado é de madeira.

Provérbio árabe

do contato com as árvores, para evitar curtos-circuitos, ou acúmulo de umidade junto às casas, é surpreendente que mesmo em ruas onde não há energia elétrica a violência da agressão seja a mesma. Por exemplo, na Rua Eng. Álvaro Pereira em Porto Alegre, por volta de 1971, uma linda árvore que se encontrava na beira de um precipício, em local de rara beleza panorâmica, longe de fios e habitações, foi tão brutalmente mutilada, cortando-se galhos de até 20cm de diâmetro, rasgando-se lascas profundas no tronco, que é verdadeiro

milagre a sobrevivência da planta até os dias de hoje, apesar do visível definhamento que apresenta.

Outra justificativa que se encontra, proposta por “técnicos responsáveis”, é que se trata de “poda de recuperação”, argumento que vai às raízes do absurdo, como a proposição de se mutilar criancinhas para que cresçam melhor. Iludem-se com os brotos fortes e viçosos que surgem na Primavera após o corte, esquecendo as tremendas feridas que ficam e constituem janela de infecção para toda a sorte de bactérias e fungos, além de possível abrigo para insetos e animais maiores, que se encarregarão de continuar o processo de destruição.

Devemos compreender que, em princípio, árvore alguma necessita de poda. Se elas fossem tão necessárias como se quer fazer crer, os bosques e florestas nativas já há muito teriam desaparecido. Quanto mais livremente uma árvore consegue se desenvolver, tanto mais tempo viverá, por ser mais sã e bela. A poda sã faz sentido na fruticultura ou viticultura, onde, segundo esquemas racionais e bem definidos, se faz “amputações” com instrumentos adequados, como o podão, cortando-se, em pontos pré-estabelecidos, galhos de pequeno diâmetro, sempre sendo tomadas precauções adequadas. A finalidade desta poda é educar a árvore de maneira a propiciar uma forma que facilite a insolação em toda a periferia e interior, a colheita e a frutificação.



A poda na cidade do Rio de Janeiro, sob responsabilidade da Comlurb



Este tipo de poda constitui toda uma ciência, de certo modo pouco complexa.

Em árvores decorativas ou de sombra a poda sã teria sentido quando se quisesse educar ou moldar a árvore para formas artificiais, o que na maioria dos casos, termina com figuras de mau gosto. Por que não apreciar a árvore como a Natureza a idealizou? Nos demais casos, a poda se constitui em medida de emergência, nunca de rotina.

Quando constatada realmente a necessidade de se remover galhos ou troncos importantes de uma árvore adulta, para defender um fio elétrico ou uma construção, ocasionada pela falta de educação do crescimento ou uma construção nova, este trabalho deverá ser feito dentro de uma técnica especial, a “dendrocirurgia”. Galhos e troncos serão retirados de tal maneira que a cicatrização no local de corte seja rápida e eficaz, possibilitando a recuperação da árvore tal qual paciente após operação. Assim feito, após algum tempo, será difícil identificar o local onde foi feita a remoção, e a árvore seguirá vivendo como se nada houvesse ocorrido.

Para se realizar este tipo de trabalho, é necessário que se compreenda como cresce uma árvore. Isto é muito fácil, mas exige um pouco de observação, algo raro no mundo de hoje. Se o público houvesse observado de perto nossas árvores urbanas, há muito teriam sido tomadas medidas para evitar a destruição sistemática que sofrem.

O esquema de crescimento de uma árvore é fundamentalmente diferente daquele de um animal superior. Enquanto um mamífero, por exemplo, cresce interna e externamente como um todo, com manutenção da estrutura total, a árvore cresce como uma colônia de corais na superfície de suas estruturas originais. Os troncos e galhos se engrossam e se alargam, surgem sempre novas folhas quando morrem as velhas. Assim como no coral, onde o esqueleto calcário é uma estrutura morta que serve de suporte para os pólipos ainda vivos, o lenho do tronco da árvore é também uma estrutura morta, mas que funciona como condutor de seiva bruta, enquanto intacto, isolado do mundo exterior e das intempéries pela casca viva que o recobre.

De maneira muito simplificada, pode-se dizer que o tronco está constituído do lenho recoberto externamente pela casca. Entre a casca e o lenho tem-se o câmbio, tecido de crescimento que aumenta em diâmetro o tronco. É este o tecido que forma os anéis visíveis em um corte do tronco, os quais podem ser usados para determinar a idade da árvore.

Quando cortamos um tronco, é somente a linha fina do câmbio que possibilita reconstrução de tecidos



Vista da selva em Nova Friburgo, c. 1853. Hermann Burmeister (1807-1892)

novos. O erro mais comum quando se retiram os galhos é deixar um toco protuberante. Este toco, constituído de tecidos mortos depois que o câmbio deixa de atuar, quando não há brotação nova, acaba sempre apodrecendo. Assim é impedida a cicatrização, como uma amputação de membro animal onde não se retira a ponta do osso, propiciando entrada de agentes infecciosos.

Para possibilitar a cicatrização, é necessário retirar o galho até sua origem, emparelhando-se o local para evitar lascas. A superfície de corte confunde-se então com a superfície do tronco, devendo ser protegida contra o apodrecimento, como acontece com qualquer pedaço de madeira exposto ao tempo. Para tanto, utiliza-se uma camada de substância protetora. Existem ceras especiais para este fim, mas que, infelizmente, não se encontram no mercado local, devendo-se então recorrer à pintura com tintas sintéticas de toda a parte exposta.

Com o tempo surgirá um anel de tecido cicatrizante, a partir do câmbio circunjacente, que irá engrossando até cobrir toda a superfície de corte. Assim evita-se o surgimento dos conhecidos buracos nos troncos, que sempre vão se aprofundando até a morte da árvore.

Para corrigir erros cometidos em podas mal orientadas, ou acidentes causados por intempéries, há outras técnicas, como a obturação com cimento ou outros materiais inertes.

Faça agora você também a sua parte. Observe as árvores com mais atenção na sua vizinhança, aprenda com suas próprias observações. Não mutilie desnecessariamente as poucas árvores ainda remanescentes nas cidades. Esclareça os perniciosos métodos de poda daqueles que, por falta de informação, ou alienação, insistem em destruir estes seres vivos, que têm direito à vida tanto quanto nós...

JOSÉ A. LUTZENBERGER

Fonte: Fundação Gaia
www.fgaia.org.br

Franz Weissmann: trabalho com o vazio, o espaço

ANNA LETYCIA

Foto: acervo da autora



Weissmann, Krajcberg e Anna Letycia, da esquerda para a direita

Franz Weissmann era uma figura silenciosa, concisa e observadora. Franz Josef, nascido na Áustria em 1914, vem para o Brasil ainda na infância, naturaliza-se brasileiro. Desde criança queria ser pintor e isso o leva à Escola de Belas Artes no Rio de Janeiro, onde assiste às aulas de desenho, pintura e escultura. Começa figurativo, mas considerado um rebelde, diz ter sido praticamente expulso da escola. Estuda então com o escultor Zamoyski, cujo ateliê no Rio de Janeiro frequentava de 1942 a 44.

No final da década de 40 muda-se para Minas, onde, com Guignard, funda a Escola de Arte de Belo Horizonte. Segundo Roberto Pontual, “a definição de sua linguagem se fez no período que passou em Belo Horizonte, como artista e como professor, entre 1945 e 1956”.

A Escola de BH tem grande importância, pois por ela passam inúmeros artistas que, posteriormente, alcançam grande expressão em nosso meio cultural.

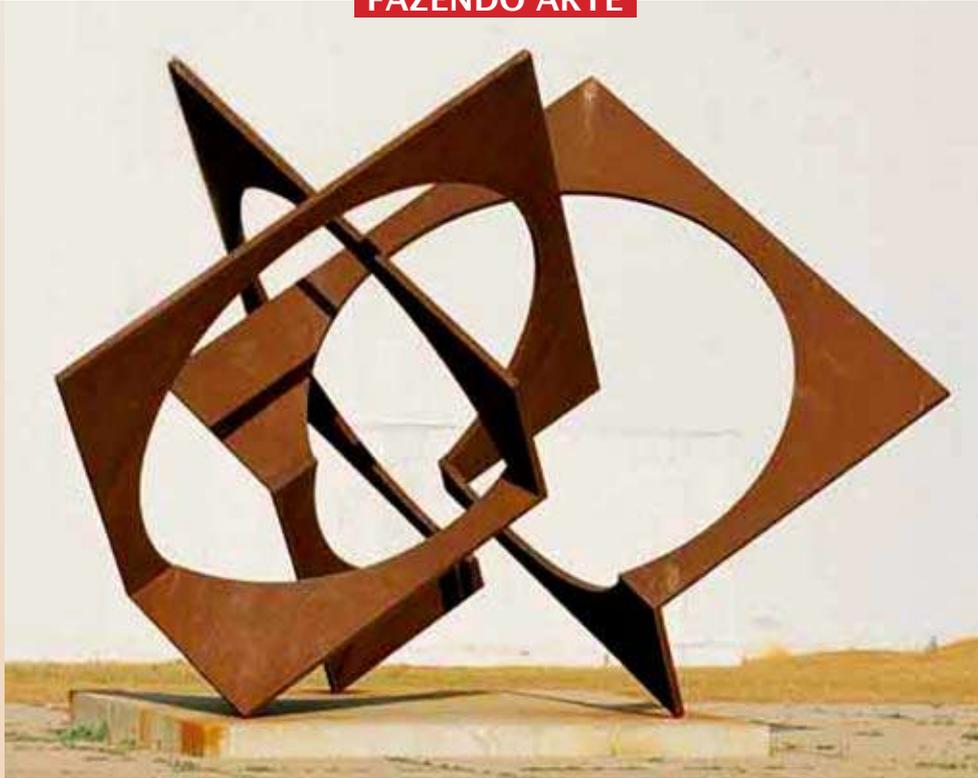
Em 1958 ganha o Prêmio de Viagem ao Exterior do Salão Nacional e durante seis anos fica na Europa, com uma viagem ao Oriente. Nesse período mora inicialmente em Madrid, na Casa do Brasil, onde

trabalha uns relevos ou amassados, pouco conhecidos. De lá Weissmann também é expulso pelo barulho que fazia, martelando folhas de zinco.

Comentando esse período, Mario Pedrosa escreve: “armou-se ele para essa luta, de martelo, luvas de boxe, macete e foi aos pedaços de zinco para arrancar deles um colóquio. Martelou-os até que se abrissem, desabrochassem como um ser sensível (...)



Grande Flor Tropical. Praça Cívica do Memorial da América Latina, São Paulo



Monumento à Democracia. Parque das Esculturas, Brasília

os vincos feitos a marteladas na matéria deixam passar a luz e, em sua perseguição, uma arquitetura de planos e de linhas que se sucedem e se armam, como o capricho de nuvens que passam”.

Em Paris divide um ateliê com Frans Krajcberg, que um dia chega para trabalhar e encontra o ateliê todo pintado de preto. Quase mata Weissmann. Duas figuras difíceis, mas que se entendiam e se admiravam.

Em 1954 Weissmann liga-se ao Grupo Frente, movimento de vanguarda neoconcreta liderado por Ivan Serpa, surgido numa época em que era preciso união para enfrentar o grupo acadêmico que controlava o ambiente artístico.

Na I Bienal de São Paulo tem oportunidade de ver exposição de Max Bill, fundador da Escola de Ulm, Alemanha, e líder do movimento concreto. Weissmann é muito influenciado pela obra desse artista. Participa das seis primeiras Bienais de São Paulo e, em 1957, conquista o Prêmio de melhor escultor nacional.

Do figurativo parte para a ideia abstrata, formas e movimentos. Faz sempre inúmeras maquetes, partindo de uma ideia inicial e, se não encontra o ritmo desejado, vai mudando; usa cartão e arame nas maquetes. “Chegar à simplicidade é muito difícil”, dizia.

Procura a exatidão da forma, em que nada é demais, nada pode ser demais. O vazio é a respiração, os espaços entre as formas a sustentação da obras.

Um exercício de desenho, bom para se entender a ideia, é aquele em que se pega o objeto e, ao invés de desenhá-lo, desenha-se o vazio, os espaços que existem em volta dele, daí resultando o objeto.

Weissmann usa aço ou ferro em suas esculturas. É exceção entre os escultores que trabalham com metal, pois pinta suas esculturas com cores fortes, vermelhos, amarelos, azuis.

No final da década de 60, nos encontramos em Roma e fomos de carro a França, Espanha e Portugal, Weissmann dirigindo. Se considerava um ás do volante. Era péssimo, assim como eu. Felizmente apareceu um carona que resolveu o nosso caso e chegamos até lá.

Em 2001 Weissmann realiza sua última grande exposição na Casa França-Brasil. Em 2004, juntamente com Tomie Otake e Oscar Niemeyer inaugura a exposição “A poética da forma” no Museu de Arte Contemporânea de Niterói.

Weissmann, figura discreta, de poucas palavras, sempre presente. Amigo.

OS FIOS DE WEISSMANN

Ferreira Gullar

O espaço é nada?

(o nada, dizem os físicos, é energia)

o espaço é também ideia, possibilidade de impressões vistas a olhos

o espaço é nada ao olho

a menos que o escultor o torne visível

por um fio

ANNA LETYCIA

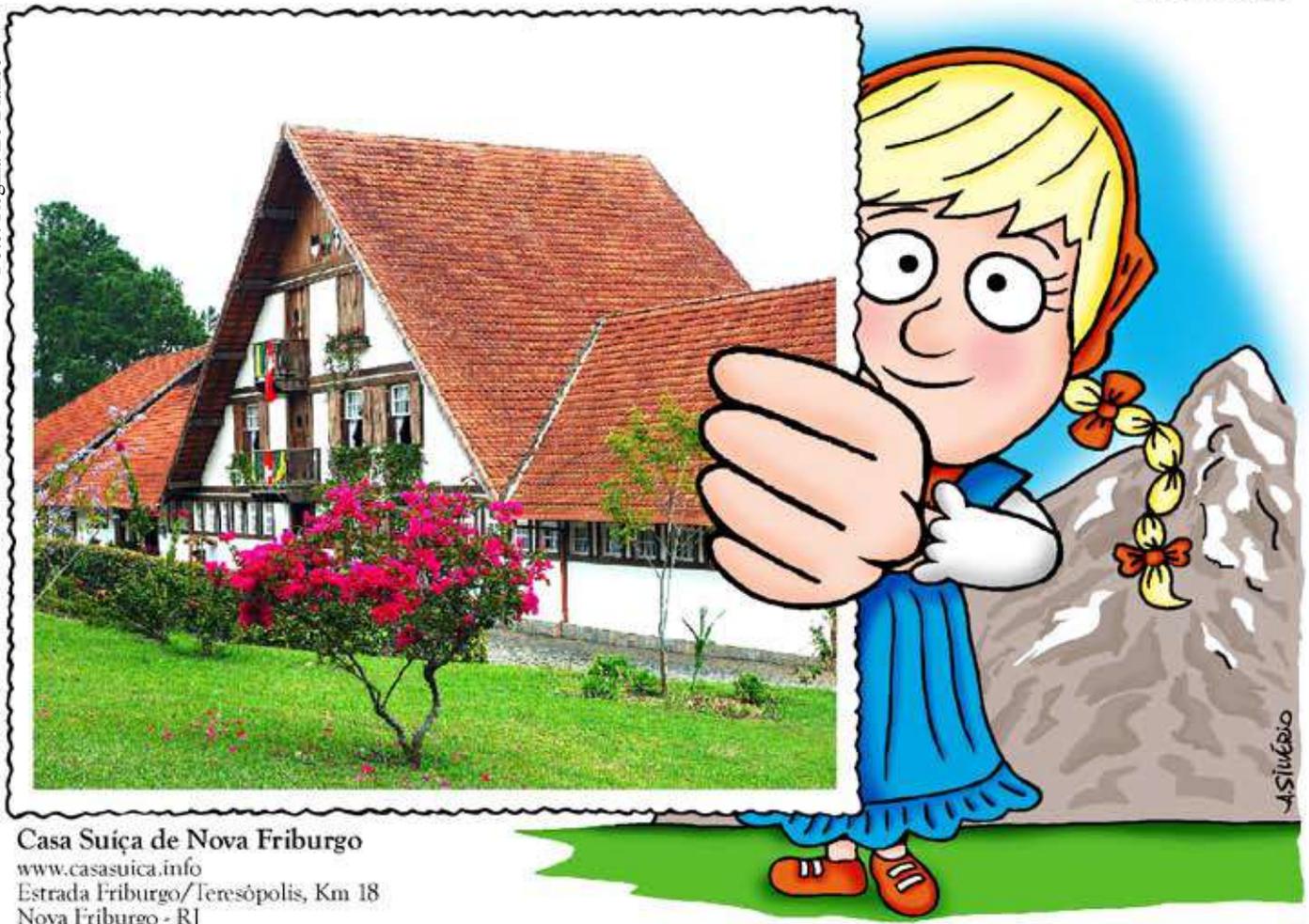
Gravadora, professora, cenógrafa e figurinista Criadora e coordenadora da Oficina de Gravura do Museu do Ingá/Niterói

Dos Alpes para o trópico...



Consulado Honorário da Áustria em Treze Tílias
www.trezetilias.com.br/consulado/index.htm
Rua Leoberto Leal, 160
Treze Tílias - SC

Foto: Regina Lo Bianco



Casa Suíça de Nova Friburgo
www.casasuica.info
Estrada Friburgo/Teresópolis, Km 18
Nova Friburgo - RJ

A. Silvério